



DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE JULHO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. José Ernesto Figueira dos Reis
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos

Deu-se conta da apresentação na Mesa da proposta de lei n.º 36/VIII, da proposta de resolução n.º 36/VIII e dos projectos de lei n.º 253/VIII a 257/VIII

Foi aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição de um Deputado do PS

A abrir o debate da moção de censura n.º 1/VIII, apresentada pelo CDS-PP, intervieram o Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP) e o Sr Primeiro-Ministro (António Guerreiro)

Seguidamente, usaram da palavra, a diverso título, alem daqueles oradores e dos Srs Ministros do Trabalho e da Segurança Social (Ferro Rodrigues) e Adjunto e da Administração Interna (Fernando Gomes), os Srs Deputados Durão Barroso (PSD), Francisco Louçã (BE), Artur Penedos e Strechi

Ribeiro (PS), Luis Fazenda (BE), Basílio Horta, Telmo Correia e Silvio Rui Cervan (CDS-PP), Manuel dos Santos (PS), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), António Capucho (PSD), Francisco de Assis (PS), Octávio Teixeira (PCP), Joel Hasse Ferreira (PS), Rui Rio (PSD), Heloisa Apolónia (Os Verdes) e Adão Silva (PSD)

No encerramento do debate, proferiram intervenções o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama) e o Sr Deputado Basílio Horta (CDS-PP)

No final, a Câmara procedeu à votação da moção de censura, que foi rejeitada

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 15 minutos

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 55 minutos

O Sr Presidente. — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carla Maria Nunes Tavares Gaspar
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Emanuel Silva Martins
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador

José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Sarava
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânia
 José Manuel Rosa do Egito
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luisa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira

António de Carvalho Martins
 António D'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira
 Partido Comunista Português (PCP)
 Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Martins Pires da Silva
 Luis Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (António Reis). — Sr. Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 36/VIII — Autoriza o Governo a proceder à reforma da tributação do rendimento das pessoas singulares e a adoptar medidas de combate à evasão e à fraude fiscais; proposta de resolução n.º 36/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às implicações da Biologia e da Medicina, Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina, aberta a assinatura em Oviedo, em 4 de Abril de 1997, e o Protocolo Adicional que proíbe a clonagem de seres humanos, aberto a assinatura em Paris, em 12 de Janeiro de 1998, que baixa às 1.ª e 2.ª Comissões, projectos de lei n.º 253/VIII — Elevação de Ermidas-Sado, no concelho de Santiago do Cacém, à categoria de vila (PS), que baixa à 4.ª Comissão, 254/VIII — Reenquadramento do pessoal da

Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) (PSD, PCP e CDS-PP), que baixa à 9.^a Comissão, 255/VIII — Elevação da povoação de Ramada à categoria de vila (PS), que baixa à 4.^a Comissão, 256/VIII — Elevação de Santa Cruz da Trapa, concelho de São Pedro do Sul, à categoria de vila (PSD), que baixa à 4.^a Comissão, e 257/VIII — Confere aos municípios o direito à detenção da maioria do capital social em empresas concessionárias da exploração e gestão de sistemas multimunicipais (PSD), que baixa à 4.^a Comissão

Deu ainda entrada na Mesa um relatório e parecer da Comissão de Ética, que se refere à substituição do Sr Deputado Rui Solheiro, do PS (círculo eleitoral de Viana do Castelo), com início em 1 de Julho de 2000, inclusive, pela Sr.^a Deputada Rosalina Martins

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Vamos dar início à ordem de trabalhos, que é preenchida, como sabem, com a discussão da moção de censura ao Governo apresentada pelo CDS-PP

Para uma intervenção de abertura do debate, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr.^m e Srs Deputados O CDS deu a este Governo o benefício da dúvida que os portugueses deram, o CDS decidiu censurar este Governo no preciso momento em que o povo português, na sua maioria, censura o Primeiro-Ministro e o Governo

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador — Demos a este Governo o benefício da dúvida e, por isso, não votámos uma moção de rejeição que aqui foi apresentada no momento da discussão do Programa do Governo Compreendemos as suas razões, mas entendemos que, como os portugueses tinham acabado de dar aos socialistas 115 Deputados, estes deveriam ter a oportunidade de mostrar o que valiam

Demos o benefício da dúvida quando, na discussão do Orçamento do Estado, viabilizámos o Orçamento em nome de um princípio de solidariedade, de que nos orgulhamos e que voltariam a praticar, com a possibilidade de 500 000 portugueses viverem, a partir deste mês, um pouco melhor, porque a pensão que recebem subiu de 25 000\$ para 28 050\$, e também por um princípio de estabilidade, para lhe dar a oportunidade de provar o que vale

Temos, por isso, mais autoridade, uma especial autoridade,

Vozes do PS — Oh!

O Orador — ... para chegar aqui hoje e apresentar uma moção de censura Quem ao Governo deu todas as oportunidades pode e deve reclamar para si a circunstância de considerar que a opinião pública já percebeu o desgoverno em que o Governo caiu, que é tempo de vos

apresentar uma moção de censura, em nome dos pensionistas, que continuam a viver na miséria...

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador — . em nome das famílias, que temem ser assaltadas e das que já o foram, ..

Protestos do PS

em nome da classe média, que está aflita com as prestações ao crédito que tem de pagar todos os meses,..

Protestos do PS.

em nome dos trabalhadores, que já trabalham mais de metade do ano para o Estado e para o Governo,

Protestos do PS

em nome dos doentes, que não esperam às vezes pela cura, esperam por uma simples consulta ou por uma simples cirurgia,

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — e em nome dos cidadãos, que reclamam o direito de dizer o que pensam sobre a questão da droga, talvez uma das mais complexas do nosso tempo e que os senhores querem resolver de forma simples e expedita.

Aplausos do CDS-PP

Por quê a moção de censura? Desde logo, é um acto de coerência

Vozes do PS — Não se nota!

O Orador — E, quando os cidadãos entendem, cada vez mais, que os políticos são cada vez menos coerentes,...

Protestos do PS

. é bom dar-lhes o sinal e o testemunho da coerência de um partido que apresenta uma moção de censura, que não é traíçoeira nem foi escondida, é de uma lealdade exemplar, como oposição, porque foi anunciada há muitos meses e condicionada ao acontecimento de um conjunto de resultados

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Em última instância o fazemos, a última instância de quem, na reforma da segurança social, fez centenas de discursos, dezenas de propostas e inúmeras tentativas para convencer os socialistas de que esta reforma devia ser feita do centro-esquerda para o centro-direita, como em toda a Europa, com um perfil moderado, solidário para com os mais pobres e liberalizador para os mais novos

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador — Sr Presidente, peço-lhe...

O Sr Presidente — Sr Deputado, como sabe, tenho feito porfiados esforços no sentido de todos os grupos parlamentares respeitarem quem está no uso da palavra, não tendo tido êxito em qualquer deles. De modo que, quando alguém se queixa, tem de olhar também para o seu próprio grupo parlamentar.

O Orador — Muito bem, Sr Presidente

O Sr Presidente — No entanto, peço aos Srs Deputados do Partido Socialista que, se querem ser respeitados quando os vossos membros estiverem no uso da palavra, comecem por respeitar quem, neste momento, está a usar dela.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado

O Orador — Muito bem, Sr Presidente

É também uma moção de combate, de combate político democrático. O País perdeu a confiança neste Governo, é essa a nossa opinião. Os povos não vivem sem esperança, a nossa obrigação é dar esperança aos portugueses de que há outro caminho, outra política e uma alternativa séria que passa pela democracia cristã.

Aplausos do CDS-PP.

Vozes do PS. — Olhe que não!

O Orador — Quero dizer-lhe, como ponto prévio, Sr. Primeiro-Ministro, que o senhor não é vítima da oposição; o País é que é vítima dos seus erros!

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador — Não sei se o senhor se cansou do País, mas o que vejo é que o País se começou a cansar de si!

Aplausos do CDS-PP

E como, decerto, V. Ex^a ou as intervenções do Governo discutirão não os fundamentos da moção de censura mas a sua própria legitimidade, recorrerei, como questão prévia, a alguns discursos dos socialistas, que comprovam que temos inteira razão ao apresentar esta moção de censura.

Primeira pergunta: quando há um descontentamento, que todos os estudos de opinião provam, deve a oposição apresentar uma moção de censura? Responde o Sr Dr Jorge Sampaio: «O notório sentimento geral de descontentamento que grassa no País deve ter expressão institucional na Assembleia da República» — disse-o quando aqui apresentaram uma moção de censura a outro governo.

É papel da oposição apresentar uma moção de censura, mesmo que não passe? Responde o então Deputado António Guterres: «Esta moção de censura é oportuna porque permite dar voz, no plano político e institucional, ao crescente descontentamento que grassa de Norte a Sul do País». A situação repete-se, Sr. Primeiro-Ministro!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Ai falou bem!

O Orador — Deve o Governo desqualificar ou desvalorizar uma moção de censura da oposição? Responde o presidente Dr. Jaime Gama: «Acho naturalíssimo que o CDS tenha

apresentado uma moção de censura, está no seu papel, é para isso que os portugueses nos pagam. Por isso não estranho e acho naturalíssimo! Eu também, Dr Jaime Gama!

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Nós também!

Aplausos do CDS-PP

O Orador — E, por fim, pode a situação dos pensionistas ser fundamento de uma moção de censura? Pode e deve ser? Responde, mais uma vez, o actual Presidente da República, Dr Jorge Sampaio, ao justificar a sua moção de censura quando aqui a apresentou: «Centenas de milhares de pensionistas têm acesso a uma sobrevivência abaixo de qualquer mínimo justo e dignificante»

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Vozes do PS — Era assim na altura!

O Orador — A situação dos pensionistas não deixou de ser indigna e abaixo do limiar da sobrevivência!

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Exactamente! É que nada mudou!

Aplausos do CDS-PP

O Orador — De modo que, Sr Primeiro-Ministro, todas as críticas que nos façam quanto à legitimidade da moção de censura hão-de ser devolvidas à procedência, porque VV Ex^a respondem por mim, bem melhor do que eu.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Vamos, então, à primeira causa da moção de censura, à questão da reforma da segurança social. Todos conhecemos a importância desta reforma, não só porque atravessa diversas gerações — quem já descontou, quem está a descontar e quem vai descontar para o sistema, quem já trabalhou, quem trabalha e quem vai trabalhar — mas também porque visa assegurar a coesão entre as várias gerações de portugueses. Por outro lado, havia muito mais consenso técnico para fazer esta reforma do que, por exemplo, a da saúde, e, se esta não foi feita, não sei como farão a da saúde!

Qual é a moral social que resulta da lei de bases aprovada entre o PS e o PCP? A quem tem uma pensão de 34 000\$ dão um aumento de 1500\$, a quem tem uma pensão de 25 000\$ não dão nada, mas a quem tem salários de 500 000\$ ou de 1 000 000\$ dão a garantia, absoluta e para sempre, de que o Estado, quando forem pensionistas, lhes pagará pensões de centenas e de milhares de contos.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Isto é ou não verdade? É verdade!

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — É aqui que bate o ponto!

Protestos do PS

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Demagogo! Demagogo!

O Orador — Custa ouvir, porque a verdade dói, mas a verdade é exactamente esta!

Aplausos do CDS-PP

Esta lei, Sr. Primeiro-Ministro, é forreta para os pensionistas, dá-lhes um aumento de mais 100\$/mês do que aquele que tiveram este ano, no caso da pensão mínima, onde o aumento foi de 32 600\$ para 34 000\$.,

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — É verdade ou não é?

O Orador: — . mas é uma lei fabulosa e garantística para os salários mais altos, porque, ao quererem apenas uma segurança social do Estado, apenas do Estado e só pelo Estado, é o Estado que amanhã vai pagar pensões de centenas e de milhares de contos

Aplausos do CDS-PP.

Vamos, então, ao primeiro chavão com que os socialistas tentam criticar as nossas propostas em matéria de segurança social. Dizem os socialistas que a convergência das pensões custa demasiado cara. Mas, se custar, na máxima estimativa, 82 milhões de contos, Sr. Primeiro-Ministro, isso significa o quê.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Significa menos benefícios fiscais para as empresas!

O Orador: — . no orçamento da segurança social? Pouco mais de 3,5%

O Sr Artur Penedos (PS) — Agora, já fala em percentagens!

O Orador: — Pergunto-lhe, Sr Primeiro-Ministro é ou não verdade que, se o crescimento do Produto deste ano for de 2,5%, isso significará, em princípio, em termos de salários, mais 2,5% de contribuições, um orçamento da segurança social de mais 2,5%, e que só ai a segurança social ganhará mais de 50 milhões de contos, o que paga dois terços da convergência anual que nós pedimos?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Por outro lado, é ou não verdade, Sr Primeiro-Ministro, que é possível, como outros países fizeram, afectar uma parte das receitas dos impostos sobre «o vício» — assim chamados pelos técnicos às receitas sobre o álcool, sobre o tabaco, sobre o jogo — ao financiamento de uma solidariedade para com uma geração que contribuiu para a riqueza do País, mas que recebe, em troca, pensões absolutamente miseráveis?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — E direi ainda, porque entendemos que as privatizações devem, também elas, exercer uma função social — e orgulhamo-nos de fazer esta proposta — que uma parte da receita das privatizações possa também, além de acorrer à dívida, ser usada em financiamentos de solidariedade e de prestações futuras da segurança social!

Aplausos do CDS-PP.

Mas se tudo isto o Sr. Primeiro Ministro desconfia dou-lhe outro caminho «corte onde pode cortar»

Corte, por exemplo, na parte das prestações que é verificável e fiscalizável como abuso ou como fraude, seja no rendimento mínimo garantido, seja no subsídio de desemprego! Corte, se não quiser ir por aquí

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — É sempre à custa dos pobres!

O Orador: — Não, Sr Deputado, é à custa de quem engana!

Aplausos do CDS-PP

O Orador. — Corte, por exemplo, nas dezenas de milhões de contos pagos a mais por obras feitas fora de tempo na Junta Autónoma de Estradas!

Corte, por exemplo, na subsídio-dependência da TAP, em Portugal! Veja o défice do ano passado! Ia dar lucro não ia? Deu mais de 20 milhões de contos de prejuízo!

Corte naquilo que é supérfluo! Eram necessários os tais 95 milhões de contos para a Parque EXPO?

Corte, Sr Primeiro-Ministro, nas próprias dotações de capital! Era absolutamente necessário mais 50 milhões de contos para a Caixa?

Sr Primeiro-Ministro, trata-se de escolher onde gastar e onde poupar!

Para nós, o essencial é, a tempo, ajudar uma geração de portugueses mais idosos, que são os mais pobres, a poder ter pensões melhor remuneradas, pensões mais justas! É isto prevalece sobre os exemplos que aqui lhe dei!

Aplausos do CDS-PP

O segundo problema da segurança social, o segundo chavão que os socialistas agora descobriram é o problema do tecto contributivo

A ideia de que possa haver liberdade de escolha acima de um determinado montante para que, sobretudo, os mais novos ingressem numa cultura de solidariedade e de responsabilidade é uma ideia que os senhores já tiveram! Abandonaram-na por razões que nada têm a ver com a segurança social. Não nos venham falar em seguradoras quando quem propôs o tecto contributivo de 300 contos foi o Sr Primeiro-Ministro e foi o Ministro Ferro Rodrigues!

Aplausos do CDS-PP

O que nós queremos nesta matéria, Sr Primeiro-Ministro, é o que o *Livro Branco da Segurança Social* recomenda, é o que a Europa já fez e é o que VV Ex " já prometeram"

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — O *Livro Branco da Segurança Social* propõe, com toda a clareza, «um tecto contributivo acima de cinco salários mínimos nacionais» e prova que a perda de receita, no curto prazo, é inteiramente compensada por um saldo a favor do Estado nos ganhos em poupança que se têm no médio e longo prazo!

O *Livro Branco da Segurança Social* foi feito por mim? Não foi! Foi feito pelo Dr Bagão Félix? Não foi! Foi feito pelo Professor Correia de Campos, eminent socialista, que, certamente, não é advogado das seguradoras!

Aplausos do CDS-PP

Mas, Sr Primeiro-Ministro, vejamos se aquilo que os senhores decidiram com o PCP vai a caminho da Europa ou faz de Portugal uma ilha isolada na Europa

O tecto contributivo existe na maioria dos países europeus, ou não? A liberdade de escolha entre o sistema público e o sistema privado — e fredo bem, a liberdade de, acima de um certo nível do salário, escolher o sistema que for melhor, o público ou o privado — e até a de escolher não poupar e apenas consumir se o cidadão, o trabalhador, assim o quiser!

Na Alemanha, Sr. Primeiro-Ministro, há tecto contributivo, na Holanda há tecto contributivo; .

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador. — ... no Reino Unido há tecto contributivo, na Itália há tecto contributivo; na Irlanda há tecto contributivo, na Dinamarca há tecto contributivo; e até no «paraiso da social-democracia», a Suécia, há tecto contributivo e bem mais veemente do que aquele que nós propomos, porque, dos 19% de contribuições, 2,5% vão obrigatoriamente para regimes complementares. Isto, no «paraiso da social-democracia»!

Até na Grécia, Sr. Primeiro-Ministro, há tecto contributivo! Em dracmas ou em euros, mas até na Grécia as pessoas já têm liberdade para escolher a programação da sua velhice! E até na Grécia já não há um Primeiro-Ministro ou um Deputado, seja qual deles for, com a presunção de pensar, em nome e em vez do trabalhador, para onde deve ele descontar, para onde tem ele de descontar obrigatoriedade e necessariamente!

Aplausos do CDS-PP

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me dizer-lhe que há uma lista de incoerências pior nesta matéria. Basta ouvir as suas palavras e as palavras do seu Ministro do Trabalho e da Solidariedade quando defendiam o tecto contributivo

Disse o Dr. Ferro Rodrigues, em 1998, ao *Diário de Notícias*: «Eu vejo como positivo que as pessoas, sobretudo as mais novas, possam ter uma autodeterminação na sua reforma futura. As pessoas ficam avisadas de que, quando chegarem a um determinado salário da ordem dos 300 contos, ...» — o número é dele, não é meu — «... não contribuirão acima desse valor, mas também não receberão pensões superiores a esse valor.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Deve haver incentivos fiscais muito importantes para os esquemas complementares».

Sr. Primeiro-Ministro, quem disse isto é um advogado das seguradoras? Não, Sr. Primeiro-Ministro, é o seu Ministro do Trabalho e da Solidariedade!

Aplausos CDS-PP

Mas dizia o então Deputado e líder da oposição, António Guterres, em 1995. . .

Vozes do CDS-PP — Oh!...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Isso já lá vai!

O Orador — . «Uma medida dos socialistas será a concretização de um tecto para as responsabilidades do

Estado, quer ao nível do montante das pensões, quer dos descontos. Acima desse tecto caberá às empresas.. » — fredo bem, caberá às empresas — «... ou ao esforço individual das pessoas a cobertura do grau de segurança social que considerem desejável»

Sr Primeiro-Ministro, foi alguma vez advogado das seguradoras ou acusado de o ser? Então, se, nessa altura, defendia o que nós hoje defendemos, tenha mais humildade nas críticas que nos faz!

Aplausos do CDS-PP

A segunda grande razão para esta moção de censura é o estado da insegurança em Portugal

Os números, Sr. Primeiro-Ministro, são conhecidos: 170 000 assaltos declarados num ano — é o resultado da soma dos números da PSP e da GNR —, cerca de 5000 automóveis roubados por mês, cerca de 400 lojas assaltadas por semana

Sr Primeiro-Ministro, quando era da oposição, chegou a dizer à pessoa que se sentava no lugar que hoje é seu isto que vou ler. «Compreendo que o Sr. Primeiro-Ministro não seja sensível à insegurança até porque o vejo sempre rodeado de guarda-costas» Disse isto o Engenheiro António Guterres ao Professor Cavaco Silva.

Há hoje muito mais criminalidade do que existia nessa altura. A criminalidade aumentou e tornou-se mais preocupante em vários do seus factores.

Vozes do CDS-PP — Mas de que maneira!

O Orador — Sr. Primeiro-Ministro, não diga «não» com a cabeça, porque vou revelar-lhe números, que ainda não são conhecidos,

Protestos do PS.

relativos aos cinco primeiros meses deste ano!

Protestos do PS

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP): — Oiçam, Srs. Deputados!

O Orador. — Segundo a Polícia Judiciária, nestes primeiros cinco meses o roubo aumentou, face ao ano passado, 12%, Sr Primeiro-Ministro! No ano passado foram registados 1774 roubos, este ano já estão registados 1932!

Na GNR já houve mais 3220 participações de crimes, nomeadamente, contra as pessoas e contra o património.

Sr. Primeiro-Ministro, tem alguma dúvida de que a criminalidade está a aumentar? Tem alguma dúvida de que o fenómeno do ano passado continua em alta? Tem alguma dúvida de que é preciso mudar a política de segurança? Sr Primeiro-Ministro, eu não venho aqui acusá-lo de, por ter guarda-costas, não perceber o problema da segurança. Acuso-o de não mudar o Ministro, de não mudar a política e de consentir, por omissão, no aumento da criminalidade!

Aplausos do CDS-PP.

Houve um erro de estratégia, porque passámos um ano a discutir a polícia e não como combater o crime, como se o adversário — como aqui disse na semana passada — fosse o polícia, quando ele é, obviamente, o ladrão,

Aplausos do CDS-PP

. . . porque passámos aqui um ano sem olhar para os erros de organização. Não são os polícias que entram para a organização que vão recuperar os que se reformam, são os quadros da Polícia Judiciária que não estão preenchidos, são os quadros da GNR que não estão preenchidos!

Sr Primeiro-Ministro, foi um erro de gestão! Só a PSP e a GNR continuam a fazer 900 000 mandatos de notificação por ano! É urgente alterar este regime!

Sr Primeiro-Ministro, não diga «sim» com a cabeça! Já aí está há cinco anos! Isto é urgente há cinco anos, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PS

Houve erros de política. Até queixas na Procuradoria-Geral da República já houve, para que se paguem os subsídios de turno e de piquete aos agentes das forças de segurança! VV. Ex " é que os prometeram — e bem! —, mas não os pagam, Sr Primeiro-Ministro!

Vozes do CDS-PP — Exactamente!

O Orador — Há um sinal claro da desvalorização da hierarquia e do comando policial. Só vemos o Secretário de Estado a fazer as vezes do Ministro da Administração Interna e o Ministro a fazer as vezes do comando da polícia.

Ora, Sr Primeiro-Ministro, numa instituição como a PSP ou a GNR, dissolver ou diluir o comando é dissolver ou diluir a hierarquia, e se na PSP ou na GNR não há hierarquia, instala-se a anarquia. Sr. Primeiro-Ministro, preocupe-se com o estado das forças de segurança

Aplausos do CDS-PP.

Há, Sr. Primeiro-Ministro, outra política de segurança, como o Sr Deputado Telmo Correia aqui tentará demonstrar, bem diferente da vossa, capaz de proteger os cidadãos e os seus bens, capaz de tranquilizar a opinião pública e de estimular os agentes de segurança! Há outra política!

Mas também há uma terceira razão de fundo para a apresentação desta moção de censura

O Sr. Primeiro-Ministro apostou muito mais, muitíssimo mais, no consumo do que na produção. As famílias têm todo o direito a consumir e a ganhar aquilo que os seus pais não lhes puderam dar. Mas o Sr Primeiro-Ministro tem o dever de sustentar o crescimento do consumo com o crescimento da produção e da competitividade da nossa economia, sem o qual o consumo, mal vire o ciclo económico, mal o «vento» lhe seja desfavorável, pode ficar em enorme «aflição», e foi isso que sucedeu

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — Ora, Sr. Primeiro-Ministro, nesta matéria cometeu três erros: previu que as taxas de juro iam baixar quando subiram, previu que as taxas de juro se iam manter quando voltaram a subir, e em vez de ajudar as famílias prejudicou-as e só tencionava ajudá-las se, se e se, daqui a 90 dias, quando elas já tiverem gasto mais um bocado do seu salário e do seu subsídio de férias para pagarem a bonificação que o senhor retirou!

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Ora, Sr Primeiro-Ministro, vejamos o que aconteceu a duas famílias típicas portuguesas.

Protestos do PS.

Oiçam, Srs. Deputados!

Vejamos o que aconteceu a duas famílias típicas portuguesas desde que o senhor ganhou as eleições até agora.

A família Rodrigues, que tem um rendimento de 160 contos/mês, comprou uma casa, para o que contraiu um empréstimo de 10 000 contos, a 30 anos, pelo qual pagava 40 contos/mês ao banco e já paga 49 940 contos/mês; por causa do aumento dos combustíveis já paga mais 1200\$ em gasolina, por causa do aumento das botijas de gás paga mais 1800\$/mês, ..

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — por causa das dificuldades, abriu uma conta-ordenado, para viver um mês de avanço em relação às suas posses, e, como os juros sobre estas contas são uma verdadeira agiotagem, já são mais 3300\$/mês! A família Rodrigues, Sr Primeiro Ministro, com 160 000\$/mês para viver, de um momento para o outro, paga em facturas indispensáveis mais 15 900\$ — mais 10%, no seu cabaz de despesas!

Protestos do PS

Sabe o que diz o Sr Rodrigues, Sr Primeiro-Ministro? Diz o que dizia o Jô Soares «Estão mexendo no meu bolso!».

Aplausos do CDS-PP

Risos do PS

A família Oliveira, que tem um rendimento de 250 000\$/mês, comprou uma casa, contraíndo um empréstimo de 15 000 contos a 30 anos, pelo qual pagava 78 000\$ e, agora, paga 97 000\$ ao banco, gasta mais 1275\$ em gasolina, mercê do aumento dos combustíveis, e, como foi apanhada na transição para o gás natural, pagou mais 1625\$ pela instalação do novo sistema e paga mais 1500\$ de factura por mês, porque, ao contrário do prometido, o gás sai mais caro do que antes

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Além disso, no seu cartão de crédito, a família Oliveira tem uma dívida permanente, estimada em mais de 300 000\$, Sr Primeiro-Ministro, o que significa, às taxas de juro altíssimas, mais 6250\$/mês

Vozes do CDS-PP — Exactamente!

O Orador — Significa tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro, que a família Oliveira paga mais 29 000\$ de despesas indispensáveis, com um rendimento mensal de 250 000\$! Diz a Sr " Oliveira: «Estão mexendo no meu bolso!».

Aplausos do CDS-PP.

Risos do PSD

Sr Primeiro-Ministro, o que é que tem para dizer a estas famílias? Não é a baixa do IRS, porque isso é para 2002, Sr Primeiro-Ministro!

Sr. Primeiro-Ministro, com o tempo de que disponho, quero apresentar-lhe aqui um «cartão amarelo» em nome dos pensionistas, que vivem com reformas de miséria, um «cartão amarelo» em nome da classe média, que tem aflições com o crédito todos os meses; um «cartão amarelo» em nome dos doentes...

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado Faça o favor de terminar.

O Orador: — Terminei sim, Sr Presidente.

Quero apresentar-lhe, dizia, um «cartão amarelo» em nome dos doentes, que esperam, e das famílias que querem o referido...

Vozes do PS: — Acabou!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, façam silêncio, por favor. Conclua, Sr. Deputado.

O Orador: — Apresento-lhe um «cartão amarelo», por fim, Sr. Primeiro-Ministro, por isto: V. Ex.^a virou à esquerda, nós tentaremos ganhar o centro.

Aplausos do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente. — Para fazer uma intervenção, no período de abertura, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres) — Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados: Este ano parlamentar ficou marcado por uma circunstância singular: o de ter registado, na sua fase de encerramento, dois verdadeiros debates sobre o estado da Nação, nos dias 17 de Maio e 30 de Junho, e não apenas aquele que é tradicionalmente marcado.

Independentemente dos pretextos que fundamentam, de forma, aliás, apressada, imprecisa e, em parte, contraditória com declarações anteriores, a moção de censura do CDS-PP, o que está verdadeiramente em causa hoje não é fazer um terceiro debate sobre o estado da Nação, repetindo os anteriores, mas analisar o acto político que a moção de censura em si constitui, as suas verdadeiras motivações e o seu verdadeiro significado

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador. — A forma mais simples de desmontar politicamente a moção de censura do CDS-PP, apresentada pelo Dr Paulo Portas, é recordar as palavras do próprio Dr. Paulo Portas, dirigindo-se ao Dr. Durão Barroso, ao comentar a moção de rejeição apresentada pelo PSD ao Programa do actual Governo — e não vou referir qualquer dos argumentos hoje aqui aduzidos, mas outros, de natureza completamente diversa. Substituamos a palavra «rejeição» pela palavra «censura» e ouçamos o que, nesta Câmara, o Dr. Paulo Portas tem a dizer ao Dr. Paulo Portas.

Passo a citar: «Vai V. Ex.^a, através de uma moção de rejeição — que, em tese, não passa —, dar a legitimidade ao Governo que o Governo não teve a coragem de pedir?» — fim de citação «Muito bem!», comenta o Dr. Basílio Horta, de acordo com o *Diário*.

Aplausos do PS.

Continua o Dr. Paulo Portas. «Está a fazer ao Partido Socialista o maior favor que, nesta Câmara, alguém lhe podia fazer» — fim de citação E logo sublinha, entusiasmado, o Dr Basílio Horta. «Evidentemente!».

Aplausos do PS

Omito, das minhas citações, as frases de conteúdo mais agressivo, como aquela em que o líder do PP admoestava vigorosamente o líder do PSD, considerando a sua moção não só politicamente irresponsável mas politicamente inconsequente.

Mais à frente, porém, dizia o Dr. Paulo Portas: «Eu tinha ouvido dizer que o Bloco de Esquerda — por quem, por razões até compreensíveis, hão-de compreender que eu tenha muito respeito — (.) ia apresentar uma moção de rejeição Percebo que o Bloco de Esquerda o faça: não aspira a governar e aspira a ter um certo protagonismo».

Risos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso é de rejeição! De censura já apresentaram vocês!

O Orador: — Fica assim claro que o Dr. Paulo Portas pensa que o Dr. Paulo Portas, no fundo, não aspira a governar mas apenas a ter um certo protagonismo.

Aplausos do PS.

E termina o Orador que venho a citar. «Esta sua iniciativa, Dr Durão Barroso... » — leia-se, hoje, Dr. Paulo Portas — « . lembra-me aquele provérbio que é considerado muito português, embora me pareça que isso seja uma injustiça. ‘agarra-me, senão eu bato-te!’»

Risos do PS

E continuou: «Deixe-me dizer-lhe uma coisa: assim nem bate no Governo e ainda corriamo o risco, se não existisse uma oposição de direita responsável, de tornar a oposição prisioneira de atitudes que, sendo irresponsáveis, não merecem mais outro comentário» — fim de citação.

Sr Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados: Poderia a minha intervenção ficar por aqui Para destruir o significado político desta moção de censura, bastariam, afinal, as palavras do seu autor.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Que arrogância, Sr Primeiro-Ministro!

O Orador: — Mas acontece que a moção de censura tem um verdadeiro objectivo e esconde uma estratégia, que merecem também a análise desta Câmara

O objectivo é o de condicionar o PSD, impedindo-o de afirmar uma política autónoma e pondo-o a reboque do PP

Vozes do PS — Exacto!

O Orador — A estratégia oculta — de que a ponta do iceberg é a insistente solicitação ao Governo para que apresente uma moção de confiança — é a de contribuir para um clima de instabilidade política, cujo objectivo último é o derrube do Governo e a realização de eleições antecipadas, num momento em que o PP considerar mais

favorável para si próprio e independentemente dos interesses do País

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Há que reconhecer que o objectivo foi alcançado, com a apresentação da moção de censura, na passada sexta-feira, o PSD rendeu-se ao PP

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O principal partido da oposição, elemento estruturante do sistema político, força que durante mais tempo exerceu o poder na democracia portuguesa, transformou-se, de facto, num satélite político do PP

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD

O Orador — Isto ocorre, ainda para mais, no fim de década e meia em que um dos vectores estratégicos fundamentais da sua actuação foi o de ocupar todo o espaço da direita portuguesa, procurando anular o CDS-PP, com o claro objectivo de o varrer da cena política nacional

Esta, é, por isso, uma rendição particularmente dolorosa, de consequências imprevisíveis para o nosso sistema político e para o próprio PSD

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Daí, o carácter confrangedor da intervenção do líder do PSD, ao tentar explicar atabalhoadamente nesta Câmara, na sexta-feira passada, as razões que levaram o seu partido a mudar de rumo, afastando-se de um consenso laboriosamente elaborado na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,.

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP): — Oh, Sr Primeiro-Ministro! Francamente!

O Orador — . para aprovar, com uma maioria alargada, a nova Lei de Bases da Segurança Social

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Orador: — Para justificar a sua atitude, o líder do PSD, de mão erguida, apresentava-nos a razão da viragem o texto de uma proposta, que, explicou-nos, quem conhecesse o PSD, saberia que este nunca poderia aceitar Terminados os trabalhos da Comissão, elaborada a versão da proposta de lei que vai ser submetida à votação final global deste Plenário, procurei nela, em vão, a proposta tão veementemente combatida. Afinal não está lá!

Risos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Aí não que não está!

O Orador: — O PSD afastou-se de um consenso alargado, não por razões de discordância política mas por não ter a coragem de sustentar as suas próprias posições ao confrontar-se, no momento, decisivo, com o facto de o PP se ter excluído da construção desse consenso

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O PSD sempre acusou o Governo de não avançar com reformas estruturais Quando o Governo as apresenta, o PSD fica paralizado e incapaz de para elas contribuir, enquanto não receber a autorização do PP.

Aplausos do PS

Face ao embaraço da situação surge, anteontem, em conferência de imprensa, a última desculpa atabalhada. O PSD, afinal, vai votar a favor da moção de censura, porque, em seu entender, o Governo virou à esquerda. E logo sai do bolso a prova fatal as medidas de reforma fiscal, que apresentei na sexta-feira passada. Ou seja, o PSD vota contra o Governo, dá o seu contributo, ainda que porventura ineficaz, para o derrube deste, porque o Governo quer aliviar a carga do IRS que incide sobre os trabalhadores por conta de outrem, sobre as famílias de mais baixo rendimento e, sobretudo, as da classe média, .

Protestos do CDS-PP.

. ao mesmo tempo que propõe um conjunto de instrumentos para obrigar a pagar impostos os que, com prejuízo de todos nós, não pagam e deveriam pagar.

Aplausos do PS.

Mas serão esses instrumentos de um tal radicalismo que o PSD os possa achar legitimamente intoleráveis? Não é verdade

Trata-se de medidas pensadas, ponderadas e prudentes, assentes em boa doutrina generalizada na União Europeia, recomendada em recente relatório da OCDE e praticada, por exemplo, aqui ao lado, na vizinha Espanha, que o PSD não cessa de nos apontar como exemplo

O Sr Pedro Pinto (PSD) — E é um bom exemplo a seguir!

O Orador — O PSD entrega-se, assim, sem apelo nem agravo, nas mãos da direita e sujeita-se a ser liderado pela sua forma mais populista, forma que o PSD desejavelmente não quis ou provavelmente não soube até hoje assumir ou protagonizar

Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados, vejamos agora a estratégia escondida do PP, criar as condições para aumentar a instabilidade política e para provocar, logo que lhe seja possível, a queda do Governo

É sabido que a moção de censura só muito improavelmente poderia ser aprovada nesta Câmara. Por isso, a insistência do PP em desafiar o Governo para uma moção de confiança, que, nos termos constitucionais, caso não viesse a ser aprovada, isto é, caso não contasse com o voto favorável ou a abstenção de um dos partidos da oposição, conduziria inevitavelmente à queda do Governo.

Se o Governo o fizesse, sem nenhuma razão imperativa que o pudesse justificar, estaria assim fazendo a vontade ao CDS-PP, a pôr explicitamente em causa a estabilidade governativa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sempre afirmei que a estabilidade em si mesma é um valor. O cumprimento integral dos mandatos governativos de quatro anos é um importante factor de

credibilidade interna e externa das nossas instituições e do nosso sistema democrático

É verdade que o Governo não dispõe de maioria absoluta, tendo o partido que o apoia rigorosamente metade dos Deputados desta Câmara. Mas é verdade também que o legislador constitucional teve a vontade expressa de criar condições de viabilidade reforçada para governos de maioria relativa.

E é verdade também que, durante a campanha eleitoral, todos os partidos da oposição — e, em especial, o CDS-PP — advertiram insistentemente o País para os riscos da maioria absoluta

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — E muito bem!

O Orador — Fizeram mais utilizaram a estabilidade política dos últimos quatro anos, com um Governo minoritário do PS, como argumento eleitoral destinado a dissuadir o eleitorado de lhe conferir uma maioria absoluta, em nome dessa mesma estabilidade política

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Mas o Governo está pior! Muito pior!

O Orador: — Esta moção de censura tem, assim, uma natureza radicalmente distinta das moções de censura apresentadas quando existe uma maioria absoluta monopartidária nesta Câmara.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Criou-se, assim, uma situação geradora de uma dupla responsabilidade.

Por um lado, o Governo tem obrigação de dialogar permanentemente com os partidos da oposição, no sentido de encontrar soluções comuns para os problemas do País, sem abdicar naturalmente dos traços essenciais do seu Programa. Assim fizemos sempre, nomeadamente em cinco propostas de lei do Orçamento do Estado, em anos sucessivos, procurando activamente consensos — e isto independentemente das indicações que os estudos de opinião davam, no sentido de ser favorável ao Governo a abertura de uma crise para a realização eleições intercalares, visando com elas obter uma maioria absoluta

Aplausos do PS

Sempre sacrificámos interesses eleitorais imediatos do PCP,...

Risos do PSD e do CDS-PP.

... digo, do PS,...

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Já é a mesma coisa!

O Orador — à estabilidade política e essa continua a ser a nossa linha de rumo

Neste sentido, na ausência evidente de qualquer razão imperativa, o Governo não deve e, por isso, em nome do interesse nacional, não vai apresentar uma qualquer moção de confiança.

Vozes do PS — Muito bem!

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — Bastava uma!

O Orador — Por outro lado, os partidos da oposição, no respeito pela sua autonomia e pelo pluralismo democrático, devem estar disponíveis para contribuir para os consensos necessários a que o País seja governável.

Por quê, então, neste momento, a moção de censura do CDS-PP e a insistência na moção de confiança, em contraste com o contributo dado há poucos meses para viabilizar o Orçamento do Estado?

Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a razão é óbvia e já foi, aliás, aqui indirectamente confessada: há alguns meses, o CDS-PP estava convencido de que nada tinha a ganhar com eleições antecipadas; hoje, inebriado pelas sondagens, o CDS-PP e o seu líder vivem na permanente ansiedade de concretizar em votos, o mais depressa possível, os seus índices de popularidade.

Aplausos do PS

Estou sinceramente convencido de que este comportamento se traduz num grave erro para ambos. E não é reversível, em termos de apontar com legitimidade a desconfiança em relação ao PS, porque todas as sondagens de opinião pública até hoje publicadas dão o PS em primeiro lugar e não o PP.

Aplausos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sem a maioria! Daí o PCP!

O Orador — Estou, por isso, sinceramente convencido de que este comportamento do PP e do seu líder se traduz num grave erro para ambos. É que a popularidade conseguida assentou em grande medida na forma responsável como ajudou a viabilizar o Orçamento. O PP aproveitou, e bem, a boleia que lhe foi dada pelo Governo, ...

Vozes do CDS-PP — Oh!

O Orador — . permitindo, e bem, que se associasse ao aumento justo das pensões de reforma para os trabalhadores rurais

Aplausos do PS.

É verdade que o PP teve depois a deselegância de, aproveitando a boleia, querer ficar com o carro só para si, reclamando a exclusividade de um mérito que, como o líder do PP bem sabe, deve, no mínimo, partilhar com o Governo

Aplausos do PS

Mas não estou aqui para fazer juízos morais. O que interessa são os factos objectivos. A verdade é que o PP, mal sentiu que as circunstâncias lhe podiam ser favoráveis, logo se predispondo a afundar o barco da estabilidade governativa, com o único objectivo de apanhar um quinhão relativamente maior dos destroços do mesmo

Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O CDS-PP está, assim, obcecado com os seus próprios interesses imediatos. O seu líder tem-se referido ultimamente às famílias portuguesas — hoje, os Rodrigues e os Oliveira e, mais

recentemente, a Maria e o José. É, por isso, particularmente estranho que o PP tenha apresentado uma moção de censura, imediatamente após o anúncio feito por mim de um conjunto de medidas de reforma fiscal.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Isso é para 2002!

O Orador — a concretizar em articulação com o Orçamento do Estado para 2001, medidas que visam precisamente um forte desagravamento dos impostos pagos pelas famílias cumpridoras, graças a uma maior justiça fiscal e à criação de novos instrumentos mais eficazes de combate à fraude e à evasão

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Onde é que estão?

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Chega de promessas!

O Orador — Afinal, ao PP não interessa que a Maria e o José, família com um filho e ganhando apenas 290 000\$/mês, tenham, como referi na última semana, uma redução de 22% no pagamento do seu IRS, ou seja, paguem menos 59 000\$

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Nessa altura, a Maria e o José já morreram!

O Orador — Sacrifice-se a Maria e o José em nome da queda do Governo e da glória efémera de Paulo Portas — permitam-me que o diga, com simpatia e sem acrimónia

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — O IRS é para 2002!

O Orador — Afinal, ao PP não interessa que a Maria e o José, com um rendimento de 560 000\$/mês e com dois filhos, possam pagar menos 10% de IRS, ou seja, menos 129 000\$.

Vozes do CDS-PP — Interessa!

O Orador — Não! Sacrifice-se a Maria e o José, façam-se cair o Governo e impeça-se esta reforma, para glória, penso que efémera, de Paulo Portas — e digo-o com simpatia e sem acrimónia

Applausos do PS

Afinal, ao PP não interessa que a Maria e o José, se auferirem 800 000\$/mês e tiverem dois filhos, possam ver o seu IRS reduzido em 7%, ou seja, em 161 000\$

Vozes do CDS-PP — Interessa!

O Orador: — Como é possível invocar permanentemente os nomes de todas as Marias e de todos os José, se, precisamente no momento em que o Governo pede a cooperação dos grupos parlamentares, incluindo o do PP,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E alguém já lhe disse que não?

O Orador — ... para beneficiar todas as Marias e todos os José, que vivem dos rendimentos do seu trabalho, que

pertencem às famílias de mais baixo rendimento ou às classes médias, o PP responde com uma moção de censura, cujo objectivo é, imediatamente ou a prazo, derrubar este Governo e impedir esta reforma. E tudo isto, permitam-me que o diga com simpatia e sem acrimónia, para que Paulo Portas possa, afinal, ter «um certo protagonismo», nas suas próprias palavras

Applausos do PS

Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados Sejamos claros, o que mudou essencialmente desde a aprovação, em Março, do Orçamento do Estado não foi o estado da Nação, o que mudou verdadeiramente foram as ambições do líder do PP e do seu partido

Protestos do CDS-PP

A prova de que assim é encontra-se, desde logo, na análise do primeiro fundamento da moção de censura, e passo a citar o que está inscrito no fundamento «Em primeiro lugar, e ao contrário dos compromissos assumidos perante a Nação, o actual Governo do Partido Socialista não levou a cabo o aumento das pensões de reforma mais degradadas, quando sabemos que Portugal se encontra entre os países europeus onde os reformados auferem pensões de absoluta miséria»

Em matéria de pensões de reforma, os governos do PS, este e o anterior, sobretudo em matéria das pensões mais degradadas, fizeram sempre mais do que os compromissos que assumiram perante o País, ao contrário, aliás, do que aconteceu com o PP e com o PSD.

Applausos do PS

Entre Outubro de 1995 e Outubro de 1999, a pensão social aumentou 34,86%, a dos trabalhadores rurais 23,47%, a pensão mínima do regime geral, na média das suas diversas situações contributivas, teve um acréscimo de 31,54%.

Vejamos agora a evolução recente, desde as últimas eleições. Afinal, em contraste com tudo o que disse hoje, a principal razão invocada que levou o PP, há três meses, a viabilizar o Orçamento do Estado para 2000 foi precisamente a vontade de o Governo, para além dos acréscimos gerais de Dezembro, realizar dois aumentos extraordinários para as pensões dos trabalhadores rurais, com uma elevação superior a 30%

O Sr José Barros Moura (PS) — Muito bem!

O Orador — Uma decisão inteiramente justificada e sem contradição com a política bem justa do Governo de valorização das carreiras contributivas, pelo facto de os rurais, não tendo embora uma significativa carreira contributiva, não terem disso qualquer culpa, antes tendo trabalhado arduamente toda a sua vida.

O que é que nesta matéria mudou de há três meses para cá? Mudou o Governo? Mudou a política do Governo? Mudou a política das pensões? Não, o que mudou foi o CDS-PP!

Applausos do PS

Mas vale a pena gastar dois minutos para chamar este debate, sobre pensões de reforma, que é da maior importância,

à objectividade. Porque, o que hoje temos é um sistema público de segurança social que está muito escassamente capitalizado. Ora, isto quer dizer que as actuais pensões de reforma pagas aos pensionistas são pagas, fundamentalmente, graças aos descontos feitos pelos trabalhadores e pelas empresas, com excepção dos regimes não contributivos, em que, pela primeira vez, com este Governo, o Orçamento do Estado passou a assumir essa responsabilidade, deixando com isso de descapitalizar e de levar para a ruina o sistema público de segurança social.

Vozes do PS. — Bem lembrado!

O Orador — Ora, o que é que há três dias disse aqui o Sr Dr Paulo Portas, para além das suas insistentes propostas de enormes aumentos para as pensões dos actuais reformados que todos gostaríamos de satisfazer?

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Então satisfaça!

O Orador: — Disse e repito «Queremos uma segurança social, queremos tectos contributivos justos, queremos liberdade de escolha para jovens que vão entrar no mercado de trabalho entre o público e o privado! Isto é que é uma solução moderna, e foi isto que vocês não fizeram para agradar ao Partido Comunista».

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — É verdade!

O Orador: — Ora, há aqui duas questões a primeira é a da existência de um tecto contributivo, cujas consequências, como aqui foram referidas, são as de diminuir as receitas da segurança social a curto prazo e as de aumentar ou diminuir os seus encargos a longo prazo

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — A segunda, e é o que aqui está dito, a liberdade de escolha para jovens entre o sistema público e o sistema privado Suponhamos que os jovens decidiam todos optar por esta possibilidade que o Sr Deputado Paulo Portas lhes quer dar

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E então?

O Orador. — O que é que isto quer dizer? Que deixaria de haver novas receitas no sistema público de segurança social!

Protestos do CDS-PP

E, não havendo novas receitas no sistema público de segurança social, isto representa que, porventura, seria ainda possível pagar as pensões de reforma este ano, para o ano e daqui a dois anos, mas todos os que têm 40 anos, 50 anos, e que descontaram toda a vida veriam as suas reformas a descoberto por não terem o sistema de segurança social alimentado devidamente

Aplausos do PS

Protestos do CDS-PP.

Quer isto dizer que se deva eliminar radicalmente a possibilidade de um qualquer tecto...

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — De um qualquer não!

O Orador — ou de uma qualquer escolha parcial em relação aos descontos feitos? É evidente que não! Mas qual é a condição essencial que todos nós temos de garantir para que uma escolha dessas possa ser feita? É a sustentabilidade do sistema público de segurança social Esta é a condição essencial!

Aplausos do PS

E o que a lei, que vai ser aprovada por esta Câmara, assegura reforçadamente não é a impossibilidade de se fazerem as escolhas que aqui foram referidas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então, não é?

O Orador — . mas, sim, a garantia de as submeter e passo a ler «A lei prevista no número anterior » — que se refere a esses aspectos — « deverá ter por base uma proposta do Governo, fundamentada em relatório demonstrativo que a medida prevista no número anterior respeita as condições estabelecidas naquele número » — sustentabilidade financeira do sistema público de segurança social — « . . . e é (.) precedida de parecer favorável da Comissão Executiva do Conselho Nacional de Solidariedade e Segurança Social prevista no artigo 85º»

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — É justo que assim seja? Claro que é! Quem é que está neste Conselho? São os trabalhadores e as empresas que fazem os descontos e que, por isso, devem ser obrigatoriamente ouvidos para verificar se é ou não sustentável introduzir as alterações que se pedem

Aplausos do PS

Ou seja, o que está aqui em causa não é a escolha entre o sistema moderno e um sistema antiquado, o que está aqui em causa é a escolha entre o aventureirismo demagógico

Vozes do PS. — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Seu!

O Orador — de quem promete «chuva no nabal e sol na eira», isto é, mais aumentos para os pensionistas de hoje e menos descontos dos trabalhadores para a segurança social, e quem entende que as opções modernizadoras do sistema de segurança social, devem ter sempre como pré-condição indispensável a sustentabilidade do regime público, sem a qual os José e as Marias, que têm hoje, 30, 40, 50 anos, correm o risco de não virem a ter pensões de reforma e são milhões e milhões de portugueses

Aplausos do PS

Sr Presidente, Srs.^a e Srs Deputados. Basta, assim, analisar a primeira razão invocada pelo CDS-PP para justificar esta moção de censura e verificar que as razões apresentadas são meros pretextos As verdadeiras razões têm de ser procuradas noutro lado

Têm de ser procuradas na vontade do PP em desestabilizar a vida política portuguesa para subordinar a

estratégia do PSD à sua e criar um clima propício às ambições do CDS-PP, a queda do Governo e a realização de eleições antecipadas, hoje, propagandeadas em grandes títulos, na voz do líder do PP

Por isso, Sr Presidente e Sr " e Srs. Deputados, a moção de censura que está perante vós deve ser derrotada! E por isso, Sr Presidente e Sr." e Srs Deputados, os seus autores merecem a reprovação da opinião pública

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental da defesa da consideração da bancada

O Sr Presidente — Sr Deputado, tal como mandam as regras, agradeço que mencione a matéria que considera ofensiva

O Sr Durão Barroso (PSD). — Sr Presidente, parece-me que foi bem claro que o Sr Primeiro-Ministro, para além de ter citado posições do meu partido no âmbito das conversações sobre a Lei de Bases da Segurança Social, posições essas que não correspondem de modo algum à verdade, também procurou ofender gratuitamente, da maneira mais vergonhosa, e que não lhe admito, o meu partido, o Partido Social Democrata.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS

Sr Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro fez aqui um discurso que só posso considerar como completamente impróprio de um Primeiro-Ministro

Risos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Em relação à questão da segurança social, já tive ocasião de dizer nesta mesma Câmara que não houve, em caso algum, qualquer acordo entre o PSD, o Partido Socialista e o Partido Comunista Português. Não houve qualquer consenso em termos de se juntarem. Não passa pela cabeça de ninguém, que esteja em seu perfeito juízo, que, sobre uma questão como a da segurança social, pudesse haver acordo do PSD com o PS e com o PCP.

Mas, apesar de eu já ter esclarecido isto, o Sr Primeiro-Ministro voltou aqui hoje a dizer esta falsidade, e de duas, uma: ou ele não está adequadamente informado pelo seu Ministro, e, nesse caso, não tem nível para continuar a ser Primeiro-Ministro.

Protestos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, peço-vos que deixem falar quem está no uso da palavra

O Orador — ... ou ele está informado, e, neste caso, mentiu

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — ... e se mentiu não tem nível para ser Primeiro-Ministro

Aplausos do PSD

Protestos do PS

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, a continuar assim, vou, outra vez, passar a tarde a pedir-vos que ouçam em silêncio e os senhores a não respeitarem o Presidente da Assembleia da República! Vamos voltar a isto? Peço-vos desculpa, mas daqui o pouco o ruído muda de campo e são os senhores as vítimas do próprio ruído

Srs Deputados, peço-vos, por favor, que respeitem quem está no uso da palavra, já que, ao que parece, não querem considerar isto uma obrigação.

Sr. Deputado Durão Barroso, faça favor de continuar

O Orador — Sr Presidente, hoje, está aqui em discussão uma moção de censura apresentada por um determinado partido a este Governo

Risos do PCP

O Sr. Primeiro-Ministro passou grande parte da sua intervenção não a discutir se o Governo merece ou não a censura mas em ataques absolutamente inúteis e vergonhosos ao meu partido

Vozes do PSD — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador — Sr. Primeiro-Ministro, falando-lhe agora não apenas como Deputado mas como Presidente do Partido Social Democrata digo-lhe o seguinte ou V. Ex.ª retira o que disse, e dou-lhe essa oportunidade.

Protestos do PS

O Sr Presidente — Sr Deputado Durão Barroso, terminou o seu tempo. Faça favor de concluir

Protestos do PSD

Srs Deputados, não vale a pena indignarem-se, porque costumam fazer o mesmo quando estão outros Deputados no uso da palavra. Peço muita desculpa, mas não posso fazer discriminações positivas nesta matéria

Sr Deputado Durão Barroso, faça favor de concluir.

O Orador. — Sr Presidente, ou o Sr. Primeiro-Ministro retira o que disse ou tenho de dizer-lhe que as suas declarações terão consequências profundas no relacionamento dos nossos partidos

Protestos do PS.

Sr. Presidente, se me dá licença, para terminar, quero dizer que não reconheço ao Sr Primeiro-Ministro autoridade para fazer o tipo de ataques que fez ao Partido Social Democrata e que considero esse tipo de ataques uma peça de pura intriga política, da mais baixa política que já vi na Assembleia da República

Aplausos do PSD

Protestos do PS

O Sr Presidente — Para dar explicações, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr Deputado Durão Barroso, não irei responder-lhe no mesmo tom, porque se alguém teria razões para, neste momento, estar ofendido seria eu e não o Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Que vítima!

O Orador: — Limitei-me a fazer uma análise política da situação incómoda em que está o seu partido neste debate. Uma análise política que, aliás, é subscrita por um número muito significativo de observadores na sociedade portuguesa.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Mas o senhor é o Primeiro-Ministro!

O Orador: — Não sou eu o único a fazê-la e não é indiferente para o Primeiro-Ministro de um país que o principal partido da oposição esteja hoje objectivamente colocado — e em minha opinião está! — numa situação de total dependência política em relação ao PP

Aplausos do PS

Protestos do PSD

Isto não é qualquer ofensa! Isto é uma questão de natureza política, não é qualquer ofensa!

O Sr. Durão Barroso (PSD) — E quando o senhor votou a moção de censura do PP, em 1994? Já se esqueceu? É inqualificável!

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Durão Barroso, peço-lhe o favor de não interromper o orador. Desta vez compete-lhe a si

Sr. Primeiro-Ministro, faça favor de prosseguir

O Orador — Em relação à questão que referiu sobre a segurança social, aquilo que utilizou como elemento demonstrativo da divergência de posições filosóficas de fundo entre os dois partidos foi uma proposta, citada por si, no sentido de que a lei poderá prever, salvaguardando os direitos adquiridos e em formação, o reforço da sustentabilidade financeira do sistema público de segurança social, bem como o princípio da solidariedade, a aplicação dos limites aos valores considerados como base de incidência contributiva ou a fixar anualmente a parcela das quotizações e das contribuições que poderão, por opção do trabalhador, ser transferidas para um regime de capitalização pública — e, Sr Deputado, foi sublinhado por si «para um regime de capitalização pública» — das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência. Esta proposta não foi aprovada e não consta da lei que foi apresentada, o que quer dizer que o argumento invocado não tinha subsistência.

Em relação ao conjunto de posições que o PSD tomou na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as actas falam por si e o argumento de que não é possível haver um consenso envolvendo outras forças políticas é um argumento de discriminação e de preconceito no que se refere a forças políticas, que, do meu ponto de vista, não faz qualquer sentido no debate político-democrático nesta Assembleia

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Paulo Portas, os Srs Deputados Francisco Louçã, Artur Penedos e Strecht Ribeiro e, para pedir esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Deputados Durão Barroso, Luís Fazenda, Paulo Portas, Basílio Horta, Telmo Correia, Silvio Rui Cervan e Maria Celeste Cardona.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr Presidente, estamos a considerar hoje uma moção de censura que tem a particularidade extraordinária de não censurar. É um divertimento, é um interlúdio, é um pequeno acontecimento, e não é, portanto, de surpreender que um determinado partido que a apresenta tenha que recorrer ao ambiente de telenovela para acrescentar um derivativo com sotaque brasileiro, o que, sem dúvida alguma, prova que sabe línguas mas não consegue demonstrar que transforma uma moção numa moção. Esta moção e a saga familiar dos «Rodrigues» é um refrão — não é uma moção, é um refrão!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — É a vida das pessoas!

O Orador — Há, portanto, duas razões fundamentais para, neste contexto, censurarmos o Partido Popular. A primeira é aquela a que o Deputado Paulo Portas chama a questão «mais complexa»

O Partido Popular, como prova na redacção da sua moção de censura, não se apercebeu sequer do que está em discussão a propósito das drogas e critica uma convergência maioritária desta Assembleia por querer descriminalizar as drogas leves. O Partido Popular não estudou, o Partido Popular não leu, o Partido Popular não sabe, o Partido Popular não quer...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ó Dr Louçã!

O Orador — porque a mudança que aqui está em causa é a de descriminalizar o consumo das drogas — todas elas —, tratando o toxicodependente com a ajuda, com a solidariedade e com a mão que temos de dar-lhe e que é a de tratá-lo como um doente em todas as suas circunstâncias, em particular naquela que mais precisa a do heroinómano, a do consumidor compulsivo, obrigado e dependente das drogas duras

O Partido Popular merece censura, porque nem sequer sabe do que está a falar.

Em segundo lugar, deve o Partido Popular ser censurado porque nos propõe uma viragem inconsistente, incoerente e catastrófica do ponto de vista do sistema da segurança social, não só porque retira viabilidade a curto prazo, não só porque introduz uma discriminação e um *apartheid* social, uma «sopa dos pobres» para uns e um regime para o sistema privado noutro contexto, mas também por duas questões políticas, Sr Deputado Paulo Portas, que quero colocar-lhe com toda a clareza. A primeira é a mais importante de todas, é uma questão de escolha, e isso divide a esquerda e a direita, tem que as dividir

Eu, Sr Deputado, não desconto para mim. O Sr. Deputado acha que cada um desconta para si.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Para todos e para si!

O Orador — e que por todos vigora o «salve-se quem puder».

Sr. Deputado, cada um de nós desconta para si e desconta para todos

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É isso mesmo!

O Orador: — Essa é a diferença. A solidariedade intergeracional é a de que, em cada momento

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — Sr Presidente, julgo que disponho de 5 minutos

O Sr Presidente: — Não tenho ideia que desta vez tenhamos combinado isso. Mas se entenderem que devem ser 5 minutos, eu não me importo!

O Orador: — Sr Presidente, é a regra que tem vigorado

O Sr. Presidente. — Não, Sr. Deputado. O que se passou no outro dia foi uma exceção. A regra impõe 3 minutos.

O Orador — Pensava que eram 5 minutos

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado. Faça favor de rematar

O Orador: — Como eu estava a dizer, essa é a grande diferença, Sr Deputado Paulo Portas. A grande diferença é a de a geração que hoje trabalha descontar para a geração que hoje precisa das pensões de reforma. A solidariedade intergeracional é a de viver em cada momento, criando uma consistência...

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei, Sr Presidente.

O Sr Presidente: — Agradeço-lhe, Sr Deputado. Para responder, se quiser fazê-lo já, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, aquilo a que chamou ambiente de telenovela é o que acontece à classe média portuguesa neste momento: ter de pagar prestações diversas com juros altos e não ter rendimento suficiente para fazê-lo

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — No dia em que houver incumprimentos, moras, falta de pagamentos, verá que a telenovela até a si — que, pelos vistos, vê muitas telenovelas — vai impressionar.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — É um drama!

O Orador. — Mas quero dar-lhe uma pequena explicação técnica, para ver se percebe o que ainda não percebeu relativamente à segurança social.

Quem, como nós, defende — e o Sr Primeiro-Ministro defendia até há pouco tempo — um tecto contributivo, está a defender, simultaneamente, a sua cidadania na segurança social, do ponto de vista da solidariedade — é o que fica abaixo desse tecto — e um exercício de maior responsabilidade — é o que fica acima desse tecto

Admitamos o tecto contributivo de 300 contos, que o Sr Primeiro-Ministro considerava desejável, sugeriu mas depois esqueceu

O Sr Primeiro-Ministro — Eu?! Não!

O Orador — Desculpe, Sr Primeiro-Ministro, eu citei-o e não me desmentiu. Está na revista *Visão*, entrevista dada em 1995. Se quiser, tiramos a prova dos nove! Cada um de nós deve assumir a responsabilidade pela coerência ou incoerência do que faz ou do que diz.

Agora, o Sr Deputado Francisco Louçã ainda não percebeu que um jovem cujo tecto contributivo é de 300 contos, desconta para a solidariedade até esses 300 contos, e só o que fica acima desse montante será da sua liberdade de escolha e da sua responsabilidade. Ainda não percebeu isto, Sr Deputado? É que o Sr. Deputado ainda não percebeu também outra coisa que em Portugal só existem tectos contributivos para os administradores de empresas, os quais podem ganhar 3000 contos e descontar apenas sobre 600

Profundamente injusto, Sr Deputado Francisco Louçã, é que para os administradores haja tectos contributivos...

O Sr Francisco Louçã (BE) — Aonde?

O Orador — e para a classe média não haja liberdade de escolha

E permita-me ainda que lhe diga, para usar uma expressão do Sr. Primeiro-Ministro, com estima e sem acrimónia o País pode achar o Bloco de Esquerda interessante, mas não quer, certamente, um *leasing* da política portuguesa sobre droga à Bloco de Esquerda.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — o País pode reconhecer a coerência do PCP, mas não quer, certamente, o PCP a mandar na segurança social nos próximos 50 anos

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem! ..

O Orador — É essa a nossa diferença. Daí a nossa moção de censura e esta clarificação

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Artur Penedos.

O Sr Artur Penedos (PS): — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr^o e Srs Deputados, porque há momentos foi feito aqui um conjunto de referências relativamente às posições do PSD, importa que, desde já,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Do PSD?!

O Orador — Sr. Deputado Paulo Portas, eu já lhe coloco a questão que tenho para si. Esteja sossegado, Sr Deputado. Não seja invejoso e permita que se esclareçam as situações

A questão é a seguinte o Sr. Deputado Durão Barroso acabou de perguntar como seria possível que o PSD aceitasse subscrever um artigo conjuntamente com o PCP e o PS.

Parece estranho, mas acontece exactamente isso, Sr. Deputado Durão Barroso, no artigo 56.º do texto aprovado,...

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — Mas o que é isso? Para quem é essa pergunta?!

O Orador: — ... que tem que ver com os limites mínimos das pensões. A vontade do PSD, bem como a do PCP e a do próprio Governo, estão contidas numa proposta que nós apresentámos e que mereceu o voto favorável do seu partido.

O Sr. Deputado afirmou que em circunstância alguma o PSD poderia concordar em formar consenso com o PCP e com o PS, mas a prova de que o fez está exactamente no artigo 56.º do texto aprovado.

O Sr. Deputado Paulo Portas, líder dos populares, do populismo,..

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — Não é verdade!

O Orador: — ... da demagogia,

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — Não é verdade!

O Orador: — ... do aventureirismo, ..

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — Não é verdade!

O Orador: — ... e até de alguma irresponsabilidade nas afirmações que produz,...

Protestos da Deputada do CDS-PP Maria Celeste Cardona.

Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona, tenha calma, não foi V. Ex.^a quem falou! Por que é que está a doer-se tanto se o seu líder está tão sossegado?! Deixe-o ouvir

Dizia eu que o Sr. Deputado Paulo Portas é o líder dos populares, do populismo e dessas coisas todas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Isso eu já ouvi!

O Orador: — Mas eu repito para que o senhor não se esqueça que assim é, porque às tantas fica convencido de que não é nada disso, o que seria gravíssimo na sua carreira política

Portanto, o CDS-PP procurou, desde o início, condicionar a atitude desta Câmara, primeiro dizendo que não era possível que nela se fizessem reformas com partidos não democráticos, tentando classificar os partidos com assento nesta Assembleia de democráticos e não democráticos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — A classificação não é minha, é do Dr. Mário Soares.

O Orador: — Sr. Deputado, é perfeitamente ilegítimo que tome uma atitude dessas.

O Sr. Presidente: — Ultrapassou os 3 minutos, Sr. Deputado. Perdeu o tempo em circunlóquios e o tempo passou. Tem de rematar, Sr. Deputado.

O Orador: — Eu remato, dizendo ao Sr. Deputado Paulo Portas que, relativamente às questões que eram fundamentais para o seu partido, ou seja, quanto à flexibilização da idade da reforma, foi concretizada, quanto ao plafonamento, encontra-se na lei, só que tem um conjunto de elementos que o condicionam, quanto à convergência da pensão mínima, também está na lei

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou tentar responder na exígua parte da pergunta que me foi dirigida

Sr. Deputado Artur Penedos, eu usei uma classificação que o fundador do seu partido usou,...

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Mário Soares. Conhece?

O Orador: — inventou e determinou a vida política portuguesa durante muitos anos. O que realmente aqui mudou nos últimos 15 dias foi o seguinte, Sr. Dr. Artur Penedos: os portugueses elegeram para Primeiro-Ministro uma pessoa cordata, moderada, que inspirava diálogo,...

Vozes do PS — Inspira!

O Orador: — que era a pessoa mais ao centro dentro do PS, mais à direita dentro da esquerda. Era este o retrato do Eng.^o Guterres para os portugueses.

O que é que acontece? Quando o PS faz um acordo com o Bloco de Esquerda na área da droga, quando o PS faz um acordo com o PCP no âmbito da segurança social, é evidente que o Sr. Primeiro-Ministro perde o centro e não é certo que ganhe a esquerda.

Por outro lado, este acordo tem um preço extraordinário, Sr. Deputado Artur Penedos, que é o de estar já a discutir-se o «pós-guterresmo».

Risos do PS.

E há, na bancada desta Assembleia onde se senta o Governo, um ministro que sacrificou uma reforma essencial para o futuro a um projecto legítimo mas perigoso, que é o de liderar no futuro uma frente de esquerda com o Partido Comunista

Aplausos do CDS-PP

E lembro-lhe isto, Sr. Deputado, porque os senhores têm que ser confrontados com as vossas responsabilidades e nós com as nossas. Se assim não é, por que é que vocês agora consideram quase como crime de lesa-Pátria que as pessoas fiquem avisadas de que quando chegarem a um salário da ordem dos 330 contos — o tecto dos 300, actualizado — não contribuirão acima desse valor, mas também não receberão pensões superiores, nem mais nem menos do que o Dr. Ferro Rodrigues há dois anos e que os senhores agora não aceitam e não querem.

É isto o que os senhores não conseguem explicar à nossa classe média e à opinião pública portuguesa.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Artur Penedos (PS). — Nós explicamos!

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Strecht Ribeiro

O Sr. Strecht Ribeiro (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, a reforma que os senhores não votaram é socialmente justa, economicamente favorável e financeiramente possível. A que os senhores queriam que nós votássemos era socialmente injusta, economicamente desfavorável e financeiramente desinteressante.

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS). — Muito bem!

O Orador — Portanto, meu caro Sr. Deputado Paulo Portas, aqui não se trata de alianças nem de «desalianças», trata-se de saber quem quer votar uma proposta de lei socialmente justa. Esse é que é o ponto. Se não a querem votar, isso é com os senhores, mas não vamos censurar os partidos que querem votar essa proposta.

Com a vossa proposta, os senhores reduzem claramente as receitas e propõem, absurdamente, um aumento de despesas incomportável.

Gostaria de saber, não tendo ouvido a vossa voz no que toca à reforma fiscal,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Vai ouvir! Vai ouvir!

O Orador — se estão ou não disponíveis para que quem não paga — e são muitíssimos — possa pagar, de forma a que, por via distributiva, se resolva o problema das pensões degradadas.

O Sr. Deputado Paulo Portas sabe que não é possível pagar igualmente a quem descontou 14 ou a quem descontou 40.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — A quem descontou 14, vocês não dão nada!

O Orador — O Sr. Deputado Paulo Portas sabe, de certeza, que não pode criar iniquidades no sistema contributivo e que só pode resolver o problema como o Governo o tem vindo a resolver. Por exemplo, quanto ao rendimento mínimo garantido, o senhor, a quem incomodam tanto as pequenas fraudes que detecta, mas não incomodam nada as fraudes maciças...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não sou eu! É o Tribunal de Contas!

O Orador — que, no plano fiscal, se têm registado, tem «zero» de iniciativa.

O Sr. Primeiro-Ministro disse, e com razão, que é precisamente na altura em que se faz uma proposta de reforma da lei da segurança social mais justa, mais sustentada e mais sustentável e quando se procura equidade no plano fiscal que os senhores avançam com a moção de censura. É, no mínimo, estranho, para não dizer paradoxal. Só que, como os senhores representam sociologicamente certos estratos sociais, não me espanta rigorosamente nada!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Estratos sociais?

O Orador — Se o senhor for capaz de me explicar as contradições dos vossos discursos e das vossas posições, ficava-lhe grato.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Strecht Ribeiro, devo começar por corrigi-lo, visto que represento 450 000 portugueses que votaram no CDS...

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — . e nunca perguntei a ninguém qual era a sua condição económica ou social.

Perguntei a todos se acreditavam na democracia cristã!

Aplausos do CDS-PP.

Em segundo lugar, ainda bem que cita a questão da reforma fiscal, porque me permite, sem acrimónia e com estima,

Risos do CDS-PP

desmistificar o que disse o Sr. Primeiro-Ministro. É que, para as famílias que estão numa verdadeira aflição por causa da subida das taxas de juro — os «Zés» e as «Marias» que aqui invoquei —, a reforma fiscal não resolve nada, porque se aplica a 2002..

Vozes do PS — A 2001!

O Orador — . e, nessa altura, já deixaram de pagar as prestações. se as coisas continuam

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Srs. Deputados, não façam demagogia!

Risos do PS

Vejam como reagem, logo, de acordo!

Quero, ainda, dizer-lhe que não perderá ocasião, porque, quando ouvir a intervenção da minha colega Maria Celeste Cardona, ouvirá qual é o projecto do CDS, em termos fiscais.

Em terceiro lugar, permito-me perguntar se confia na opinião técnica do Professor Correia de Campos.

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Não! Não confia!

O Orador — É socialista como o senhor; .

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Isso também não é bem assim!

O Orador — já foi, creio, «ministro sombra» daquele Primeiro-Ministro quando era líder da oposição, .

Vozes do PS — «Daquele»?

O Orador — é presidente de um instituto qualificado na nossa Administração Pública e foi presidente da Comissão do Livro Branco.

O Professor Correia de Campos assinou um «livro branco», onde se diz que a perda de receita por causa do tecido contributivo é de 30 a 40 milhões de contos

O Sr. Artur Penedos (PS). — Ele não diz isso!

O Orador — Compare com os mais de 2000 milhões do orçamento da segurança social para retirar daí as suas conclusões.

Algo que os senhores não devem negar é que o Professor Correia de Campos tem sustentado, tecnicamente, tópicos contributivos, política que os senhores deixaram de defender. Paciência, é a vossa opção!

Creio que terão problemas no vosso próprio partido, porque as pessoas moderadas, as pessoas sensatas, sabem que aqui, como na Europa, há uma forma de sustentar, a prazo, a segurança social. Os estudos estão feitos. Para que é que querem outro relatório e mais outra comissão?

O Sr Artur Penedos (PS) — Com responsabilidade!

O Orador: — Com responsabilidade O Professor Correia de Campos é irresponsável?

Mas dou-lhe mais um exemplo. O Dr Ribeiro Mendes que aconselhou uma reforma feita entre o PS, o PSD e o CDS e foi Secretário de Estado do Dr Ferro Rodrigues, escreveu no *Diário Económico* — está escrito, pode ser citado —, também é irresponsável? Também é aventureiro?

O Sr Artur Penedos (PS) — Esses não defendem o mesmo que V Ex^a!

O Orador: — Meus caros amigos, assumam essa opção de ter feito a reforma com o Partido Comunista. É uma opção legítima. A nosso ver, errada. Mas não nos venham dizer que é socialmente justa uma reforma que dá «nada» a quem tem 25 000\$, que dá 1500\$ a quem tem 34 000\$ e garante pensões altas para salários altos!

Isto não é justiça social em lado nenhum do mundo!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente — Vamos, agora, entrar nos pedidos de esclarecimento ao Sr Primeiro-Ministro

Tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso, para formular o primeiro pedido de esclarecimento

O Sr. Durão Barroso (PSD): — Sr. Presidente, quando pedi a palavra para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, julgava que o Sr Primeiro-Ministro tinha vindo aqui discutir a moção de censura apresentada pelo CDS-PP.

Entretanto, quando aqui usei o direito de defesa da honra em nome da minha bancada, não me foram dadas explicações, razão pela qual, hoje, não tenho mais nada, sobre esta matéria, a perguntar ao Sr Primeiro-Ministro

Vozes do PSD. — Muito bem!

Risos do PS.

O Sr Presidente. — Penso que não posso dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para responder a nada

Tem a palavra, para formular o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, hoje, fez uma intervenção polémica, sobre a qual é interessante reflectir, para além dos *facts divers* e da

discussão que aqui existiu, um pouco como uma querela de fim de estação, com o Partido Popular.

Já aqui tivemos ocasião de dizer que consideramos que a moção do Partido Popular não é verdadeiramente uma moção de censura, mas uma manobra de diversão política

Vozes do CDS-PP — Ah!

O Orador — E censurámos as razões, as causas e os fundamentos do Partido Popular para a moção de censura, que são verdadeiramente a oposição à descriminalização das drogas, o reforço policial sem política social, o procurar enganar os reformados e — coisa chocante, neste debate — o prever-se, até, para o aumento das pensões, ir buscar dinheiro ao rendimento mínimo garantido, ou seja, àqueles que são os pobres dos mais pobres Pôr pobres contra pobres é verdadeiramente uma indignidade

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por isso, Sr Primeiro-Ministro, não teremos qualquer dificuldade em votar contra a moção de censura do CDS-PP, porque marcámos claramente a nossa posição em relação ao Governo, rejeitando, desde logo, o Programa do Governo. Estamos, assim, em coerência, colocando os nossos pontos de vista

Para além deste episódio em que o CDS-PP veio «buscar lá e saiu tosquiado», há, no seu discurso, alguns pontos importantes

Disse o Sr Primeiro-Ministro que o Partido Popular foi «à boleia» do Governo quando, com o Governo, celebrou um acordo para o Orçamento. Ficámos, assim, a saber — parece que esse é um recado dado à generalidade dos partidos no Parlamento! — que quem alguma vez contratualizar algum Orçamento com o Governo anda «à boleia» do Governo

Por outro lado, também nos tranquilizámos quando o Sr Primeiro-Ministro, implicitamente, admitiu que o Governo não virou à esquerda, o que vem desmentir não só as teses do CDS-Partido Popular mas também alguns comentários políticos feitos nos últimos dias

Mas, verdadeiramente, queria colocar-lhe uma questão com maior centralidade

Diz o Sr. Primeiro-Ministro que Partido Social Democrata é, hoje, um partido satélite do Partido Popular, que deixou de ser um partido estruturante do sistema político, que haverá, eventualmente, consequências muito negativas para o sistema político, mas, entretanto, o Governo e o Partido Socialista mantêm a disposição de negociar com o Partido Social Democrata a lei eleitoral para a Assembleia da República

O Sr Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr Deputado.

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, não entendo vão abandonar essas negociações? É aquilo que, logicamente, se deveria concluir das suas palavras.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, disse, utilizando algumas figuras de estilo, que eu tinha feito uma intervenção viva e polémica. Já agora, atrevia-me a colocar mais uma, dizendo que é bom

que o Parlamento compreenda que o Primeiro-Ministro não é uma espécie de «bobo da festa», em que toda a gente pode bater e que nunca tem o direito de responder

Aplausos do PS

A prática parlamentar democrática dá a todos, naturalmente, o direito de se defenderem e de dizerem aquilo que pensam, desde que respeitando as regras de cortesia acerca das atitudes políticas dos outros

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Mas a questão essencial que colocou diz respeito ao diálogo com o PSD. Apesar de eu pensar, de forma objectiva, que o PSD está, neste momento, politicamente a reboque do PP, continuo a considerá-lo como um partido estruturante do nosso sistema político

Da mesma forma que não aceito que não se possa estabelecer um consenso seja com que partido for, nomeadamente com o PCP, em matéria de segurança social, não aceito que não seja possível discutir com o PSD seja que proposta for presente nesta Assembleia. Com o PSD e com todos os outros partidos aqui presentes. Não fazemos qualquer distinção. Todos os partidos têm, do nosso ponto de vista, o direito e o dever de contribuírem para a governabilidade do País.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, o discurso que V. Ex.^a fez pareceu-me — é um parecer¹ — o discurso de um líder político que se vai retirar e aderir ao sindicato dos comentadores e dos analistas

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Mas de V. Ex.^a não se espera que intrigue, espera-se que governe

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — V. Ex.^a começou por fazer uma confusão deliberada entre o que é uma moção de rejeição a um Programa do Governo e uma moção de censura a uma prática de Governo. Entre uma e outra medeiam nove meses em que, se o Sr Primeiro-Ministro ainda não se deu conta, muitos portugueses perderam a confiança em si, muitos portugueses ficaram desiludidos com o PS, muitos portugueses pensam que V. Ex.^a não cumpriu os seus compromissos, muitos portugueses querem uma mudança!

Para si, é indiferente a crise nas políticas. Não disse, aliás, uma palavra sobre segurança. Para si, é indiferente o que aconteceu com os quatro aumentos dos juros, ficou indiferente ao corte na bonificação, que só resolverá, se resolver, daqui a três meses. Para si, é indiferente que a maioria das famílias portuguesas esteja preocupada com a descriminalização da droga. Para si, é indiferente que a reforma da segurança social tenha sido feita em contravenção com as suas promessas — veja a Visão de 1995 e o Diário de Notícias de 1988 — e tenha sido feita com o

Partido Comunista, que está levemente atrasado, para não dizer mais, em termos económicos e sociais. Para si, tudo isto é indiferente. Portanto, o Sr Primeiro-Ministro é que ficou no dia 19 de Outubro de 1999.

Compreendemos o País. Demos-lhe a oportunidade que os portugueses deram, assumindo o risco de, apesar de sermos um partido da oposição, sermos criticados por não votar a rejeição e por viabilizar o Orçamento. Mas censuramo-lo no momento em que o País o censura.

Se o Sr Primeiro-Ministro ainda não viu, nem ouviu, nem leu, há muito português que censura este Governo e que censura a sua conduta, hoje, em Portugal!

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — E é por isso que estamos bem mais em sintonia com os portugueses do que o Sr Primeiro-Ministro.

Como também proporemos um moderado desagravamento fiscal e também temos soluções contra a evasão fiscal, queria, apenas, fazer-lhe uma pergunta. Pela sua proposta, quando é que o «Zé» e a «Maria» beneficiam de uma redução do IRS? Em que ano fiscal, Sr Primeiro-Ministro? Quantas prestações é que, até lá, já pagaram? E, já agora, quantos anos é que demorou a descobrir que era preciso uma reforma fiscal?

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro, para responder

O Sr Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, se pensa que venho para estes debates sem os preparar, tem azar.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É que eu fui à sua intervenção da moção de rejeição e tive o cuidado de seleccionar, dos seus argumentos, aqueles que tão válidos são para uma moção de rejeição como para uma moção de censura.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não, não são!

O Orador — Eu poderia ter utilizado outras frases do Sr. Deputado, que, essas sim, têm a ver, especificamente, com a moção de rejeição.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então e a prática, Sr Primeiro-Ministro?

O Orador — . nomeadamente, quando dizia que não fazia sentido votar uma moção de rejeição cinco dias depois das eleições. Eu não usei esses argumentos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ora nem mais!

O Orador — Eu usei os argumentos que têm a ver com as convicções profundas sobre a estabilidade política. E, nesses argumentos, o Sr. Deputado Durão Barroso está tão em contradição, hoje,

O Sr Durão Barroso (PSD) — Enganou-se não é Durão Barroso mas Paulo Portas!

O Orador — como estava quando foi votada a moção de rejeição

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — O senhor acha?

O Orador — *O Diário da Assembleia da República* não o deixa mentir. Há argumentos de circunstância para o tempo e há argumentos de doutrina.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não confunda!

O Orador: ... e é bom que os argumentos de doutrina sejam para sempre, porque quem tem uma doutrina para cada mês é porque não tem doutrina nenhuma!

Aplausos do PS.

E, agora, vamos à matéria que interessa

Uma coisa que me choca particularmente nas suas intervenções é o exemplo repetido sobre os aumentos que coincidem com a convergência para os 40 contos. É uma matéria que tem de discutir com o PSD, visto que foi o PSD que apresentou essa proposta.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não lhe perguntei isso!

O Orador: — Nós nunca pensámos que tínhamos, necessariamente, que colocar qualquer nível de referência. O PSD apresentou essa proposta e nós, em nome do consenso, aceitámo-la, com uma condição que constasse «no mínimo»!

Vozes do PS — Ele não lê!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ó Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador — Os Srs. Deputados discutirão com o PSD as razões de oportunidade dessa proposta. Devo dizer-lhe, com toda a sinceridade, que, em matéria de pensões do regime geral, é minha convicção de que se irá para além desse mínimo.

Vozes do CDS-PP — Ah!

O Orador. — Mas há uma coisa muito importante — e é uma questão de doutrina muito importante. É que isso ficou lá estipulado para as pensões de regime geral, mas se esse mínimo ficasse estipulado para todas as pensões, penso que seria financeiramente incomportável.

O Sr. Artur Penedos (PS) — E desastroso!

O Orador. — Depois, há uma outra coisa que me parece essencial

A tese do Sr. Deputado é a seguinte num ciclo político de quatro anos, logo que um governo tenha alguma quebra nas sondagens,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não é nas sondagens!

O Orador — mesmo que continue à frente dos outros partidos políticos, mesmo que tal quebra aconteça até por circunstâncias objectivas devidas a dificuldades do País, a lógica da oposição é derrubá-lo.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não! Quer que o cite?

O Orador — Ou seja, a oposição está à espreita e, estando à espreita, tem o seguinte raciocínio: «Não importa o interesse do País, não importa a estabilidade...»

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Importa!

O Orador. — Como é que estão os nossos índices? Estão bem moção de censura; derrube do governo. Como é que estão os nossos índices? Estão mal. viabilizemos o Orçamento para sobrevivermos mais uns meses».

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe, sinceramente — e faço-o com estima, que sabe que é verdadeira — e sem acrimónia, que não vou abordar a primeira parte da sua intervenção. E que me pareceu haver aí ressonâncias de uma figura típica do teatro peninsular que, para granjear apoios e solidariedades, fazia umas certas cenas de ciúmes, manipulando alguns instintos mais primários.

O Sr. Artur Penedos (PS) — Isso é só olhar para a bancada do PP!

O Orador — Assim, em relação ao que o Sr. Primeiro-Ministro acaba de dizer no tocante à fundamentação da moção de censura, lembro-lhe novamente o que já lhe disse o Presidente do meu partido quanto a uma declaração do Dr. Jorge Sampaio, enquanto Secretário-Geral do Partido Socialista: «O notório sentimento geral de descontentamento que grassa no País deve ter expressão institucional na Assembleia da República».

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Sr. Primeiro-Ministro, por uma vez, estamos de acordo com esta frase do Dr. Jorge Sampaio!

Risos do CDS-PP

Posto isto, Sr. Primeiro-Ministro, vou colocar-lhe uma questão completamente à margem de outras matérias que são marginais

Li algumas declarações do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, numa entrevista concedida ao *Público*, em que dizia textualmente o seguinte: «Sou muito favorável à ideia de uma construção europeia, sem medo da palavra». Considero interessante este tipo de afirmações, claras e que não oferecem dúvidas a ninguém...

Risos do Deputado do CDS-PP Sílvio Rui Cervan

Entretanto, hoje mesmo, li declarações do Sr. Primeiro-Ministro em que dizia que o debate sobre o federalismo é um debate vazio se o federalismo não for acompanhado dos efeitos políticos e orçamentais que essa forma de organização do Estado necessariamente comporta. É rigorosamente verdade e eu concordo!

No entanto, a questão é a de que, como só existe Constituição num Estado unitário ou num Estado federal, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros estava a apontar, claramente, para um modelo federalista na construção da Europa — creio que era isto! Ora, o Sr. Primeiro-Ministro diz que essa é uma discussão vazia. Em que ficamos, então?

Sr. Primeiro-Ministro, qual é, efectivamente, o seu modelo de construção europeia? Concorda com o Sr. Ministro

Negócios Estrangeiros? Continua a achar que é uma discussão vazia...

Vozes do PS — Isso é uma questão para ser discutida na sessão de amanhã!

O Orador — . ou entende que há um modelo novo que não é nem aquele que defende o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros nem o que, tradicionalmente, encontramos nos compêndios para integrar a definição de «Estado federal»?

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. Primeiro-Ministro. — Sr. Presidente, Sr. Deputado Basílio Horta, fico muito preocupado quando classifica como «instinto primário» aquilo que, obviamente, é, para todos, o objectivo central da vossa moção censura

Vozes do CDS-PP — Não, não é!

O Orador — Mas esse é um problema do PP!

Aplausos do PS.

Fico, por outro lado, muito satisfeito por verificar a sua adesão às teses do Dr. Jorge Sampaio, o que, seguramente, vai levá-lo a retirar a sua candidatura à Presidência da República

Risos e aplausos do PS.

Mas deixo-lhe uma nota muito importante. É que essas declarações que citou — e este é um debate que já tivemos várias vezes nesta Câmara — foram proferidas em circunstâncias politicamente diversas das actuais. É que é muito diferente haver ou não um governo com maioria absoluta na Câmara, em matéria de comportamento dos partidos da oposição no que diz respeito à governabilidade.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ó Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador — coisa que, aliás, foi muitas vezes utilizada pelo líder do seu partido, na campanha eleitoral, para justificar as vantagens da existência de um sistema em que não houvesse maioria absoluta

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Em matéria de federalismo, as coisas são muito simples

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Simples?

O Orador — .. e há uma total identidade de pontos de vista entre o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e eu próprio

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Então, a discussão é vazia!

O Orador — Tal identidade traduz-se no seguinte — e é para isso que temos procurado chamar a atenção

daqueles que avançam com certas propostas: quando se propõe uma solução federal para a Europa, essa solução não pode ser estritamente política.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Diga isso ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros!

O Orador — Estamos inteiramente de acordo!

Continuando, nenhum modelo federal é possível se não tiver um forte orçamento federal e fortes competências a nível federal

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Portanto, é federalista no sentido mais extenso!

O Orador — Se assim não for — e muitas das propostas que têm surgido são interessantes e devem ser estimuladas, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros disse, e muito bem —, não interessa a um país como Portugal um modelo de federalismo puramente institucional que, nessas circunstâncias, tenderia a derivar para um directório de países mais fortes

Se os Srs. Deputados estão de acordo connosco, isso é óptimo, porque «mata» um debate completamente estéril e revela que existe uma total afinidade de pontos de vista, não apenas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e eu próprio mas também em relação ao CDS-PP

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo por somar a estima e a ausência de acrimónia dos meus colegas ao respeito e consideração por parte de quem é mais novo nesta Casa

Quero colocar-lhe uma questão, fazendo, primeiro, uma consideração

O Sr. Primeiro-Ministro escolheu a estabilidade como tema da sua resposta à moção de censura apresentada pelo CDS-PP. Quero dizer-lhe que, conhecidas as suas paixões e a sua opção por várias paixões, o Sr. Primeiro-Ministro parece preferir, agora, a estabilidade à paixão

Só que não pode pedir estabilidade nem exigir tranquilidade

Vozes do PS — Ah!

O Orador — quem não for capaz de dar essa mesma estabilidade

Aplausos do CDS-PP

Pego, agora, num pequeníssimo exemplo, remetendo-o para um cantinho do País, ao pé de Espanha: Barrancos.

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Ó Diabo!

O Orador — A propósito de Barrancos, quero referir uma pequena história

Em Setembro, vários partidos, incluindo o PS, apresentaram propostas para resolver o problema de Barrancos; em Dezembro, o Parlamento chumbou essas propostas, com largo número de votos favoráveis do PS; em Janeiro, o seu

Ministro disse que se demitia se a lei não fosse cumprida e que, com ele, não haveria touros de morte em Barrancos, em Maio, o Governo apresentou uma proposta. E que disse o Ministro? Multas pesadas, mão pesada e «querer ver qual é o município que se arrisca a autorizar touros de morte, perante multas que vão de 20 000 a 80 000 contos».

Sr Primeiro-Ministro, sabe o que aconteceu quando foi discutida essa proposta? O seu grupo parlamentar desautorizou o Ministro, tendo dito que não eram possíveis aquelas multas. .

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... e, na discussão na especialidade em sede de comissão, tal como, depois, também em Plenário, impôs que não houvesse limite mínimo, que a multa pudesse ser 1\$.

O Sr. Artur Penedos (PS). — Isso é desautorizar?

O Orador: — Mais recentemente, perante isto, o seu Ministro disse que a multa pode ser de 50 contos, num dado dia, pode ser de 20 000 contos no dia a seguir e, afinal, o que seria bom — e escreveu-o recentemente, num artigo —, o que seria mesmo bom, seria a solução de exclusão de ilicitude para o caso de Barrancos. Só que esta última solução tinha sido a que propusemos na comissão e que o Partido Socialista rejeitou nessa mesma sede.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP). — A nossa solução é que era boa!

O Orador: — Sr Primeiro-Ministro, onde é que está a estabilidade? Onde é que está a tranquilidade? Onde é que está a serenidade? É que uma coisa é o diálogo, outra coisa é a trapalhada!

Aplausos do CDS-PP

A minha pergunta é muito simples: como é que se resolve o problema?

Por fim, faço-lhe uma pergunta ainda mais modesta do que a anterior. Afinal, de que valor é a multa? Talvez o País mereça saber. Qual é multa? Agradeço que me responda, Sr Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, sou, de facto, um homem de paixões, com uma vantagem: é que procuro ser um homem de paixões fíeis e é por isso que a estabilidade é muito importante.

Em matéria de Barrancos, a resposta à sua pergunta é muito simples

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP). — Quanto é a multa?

O Orador: — Perguntou onde está a estabilidade no caso de Barrancos. Respondo-lhe que está no bom senso. Temos, pois, andado à procura de uma solução de bom senso que permita que, no próximo Verão, haja estabilidade em Barrancos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador — ... em vez das cenas a que assistimos nos anos anteriores, fruto de um sistema legal que devia ser mudado, que o Governo, pela voz do Sr Ministro, pediu à Assembleia que mudasse,...

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Mas diga lá qual é a solução?

O Orador: — ... que, numa matéria em que os partidos deram liberdade de voto aos seus Deputados, a Assembleia não quis mudar, matéria relativamente à qual o Governo assumiu a iniciativa de propor uma mudança que a Assembleia aceitou, não tendo querido fixar um limite mínimo para o valor da multa.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP). — A Assembleia não, o PS!

O Orador: — Assim sendo, esse limite mínimo fica remetido para o que está fixado na lei, que é 50 contos, que compete ao Governo fixar, o que fará oportunamente, em Conselho de Ministros.

Aplausos do PS

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Não me respondeu!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o País que elegeu V. Ex.^a e o seu Governo era um país que percebia que o Sr. Primeiro-Ministro, quando se enganava, pedia desculpa com naturalidade, quando mentia..

Protestos do PS.

... dizia que o tinha feito involuntariamente e corrigia o que tinha dito, era um país que se habituou a ver em V. Ex.^a um dirigente moderado.

Sr. Primeiro-Ministro, sei que nunca mente com consciência de o fazer e, se o faz, é por mero lapso. Sei que o Sr. Primeiro-Ministro não deixa que o Partido Socialista minta, a menos que por mero lapso.

O Sr. Artur Penedos (PS) — Afinal, sabe muita coisa!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, infelizmente, o seu grupo parlamentar ri-se do caso triste da «família Oliveira» ou da «família Rodrigues». Mas, Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que comente o que se passou quando, há dois meses e dez dias, corria o dia 3 de Maio do ano da Graça de 2000,...

Risos do PS.

... foi apresentada a esta Assembleia da República, por proposta de todos os partidos e por nossa iniciativa, uma proposta para alterar o regime do Decreto-Lei n^o 353/89, ou seja, a matéria relativa às pensões degradadas da função pública, aquelas mesmo que, durante muitos anos, V. Ex.^a teve oportunidade de criticar. Nessa sessão, dois Deputa-

dos da maioria afirmaram que — e pode verificar-se pela leitura da respectiva edição do *Diário da Assembleia da República* —, no prazo de sessenta dias, comprometiam-se a trazer a esta Assembleia uma nova proposta de diploma para corrigir essa injustiça

Aplausos do CDS-PP

Sr. Primeiro-Ministro, sei que não mente, sei que o Partido Socialista não mente, mas o problema é que já passaram mais de sessenta dias .

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Manuel dos Santos (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Portanto, V. Ex^a e o seu partido têm de pedir desculpa e têm de dizer aqui, hoje, o que têm previsto apresentar e quando, porque há 43 000 reformados — repito, há 43 000 reformados — que vivem numa situação de grande dificuldade, numa situação que V. Ex^a considerava injusta, que nós próprios consideramos injusta e que também foi criticada em muitos pareceres emanados da Provedoria de Justiça

Portanto, Sr Primeiro-Ministro, para quando a apresentação da iniciativa legislativa? Já passaram os 60 dias! Já está em mora, Sr Primeiro-Ministro!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, em primeiro lugar, e em matéria de pensões degradadas, se alguém teve a coragem de começar a mexer nesse problema fomos nós, tendo dado início à sua recuperação

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD. — É mentira!

O Orador — Por isso, tenho quanto a essa matéria uma preocupação que não pode ser desmentida

Se alguém assumiu nesta Câmara algum compromisso, de que não tenho conhecimento, em relação a prazos que o Governo não cumpriu..

Vozes do PS. — É mentira!

O Orador — .. obviamente devo assumir que esse compromisso foi mal assumido, e não tenho qualquer dúvida em reconhecê-lo. Não tenho conhecimento dele, pelo que remeto para o grupo parlamentar do meu partido o seu esclarecimento. Pela nossa parte, estamos a trabalhar com toda a celeridade para resolver o problema

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, pretendo esclarecer o ponto que o Sr Primeiro-Ministro

acabou de referir. Se V. Ex^a não me der a palavra para interpelar a Mesa, terei de a pedir para defesa da honra da bancada

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado, dou-lhe a palavra para prestar um esclarecimento, dispondo de 1 minuto para o efeito

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — Não preciso de 1 minuto, Sr. Presidente, mas apenas de 30 segundos.

Sr Presidente e Srs Deputados, foi realmente aprovado um projecto de resolução apresentado pelo PS, em coordenação com o Governo, no sentido de o Governo tomar medidas legislativas para iniciar a resolução deste assunto no prazo de 60 dias. Este prazo acaba no dia 8 de Julho, portanto, ainda não está ultrapassado.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Sr. Presidente — Fica prestado o esclarecimento

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr. Presidente — Faça favor de dizer qual a matéria da ordem de trabalhos que está em causa, Sr. Deputado.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — É a mesma que o Sr. Deputado Manuel dos Santos invocou, ou seja, pretendo aclarar um ponto.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Manuel dos Santos não fez uma interpelação, recebeu autorização da Mesa para prestar um esclarecimento

Sr Deputado Sílvio Rui Cervan, posso dar-lhe a palavra para prestar um contra-esclarecimento, dispondo também de 1 minuto

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP). — Sr Presidente, nem de 1 minuto precisarei, mas agradeço-lhe.

Sr Presidente, no dia 4 de Maio, como consta do *Diário*, foi dito pelo Sr Deputado Menezes Rodrigues que o PS considera esta matéria importante, que obriga desde já o Executivo a «legislar, resolvendo-a com justiça, no prazo máximo de 60 dias». Isto está escrito no *Diário* do dia 4 de Maio do ano de 2000!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. José Magalhães (PS). — Quando foi aprovada a resolução?

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — O prazo só se conta a partir da data de aprovação da resolução!

O Sr. Presidente — Fica prestado o esclarecimento e o contra-esclarecimento, Srs Deputados

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona.

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP). — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, vou reportar-me a um

dos fundamentos da moção de censura apresentada pelo meu partido, designadamente aos rendimentos das famílias

Já percebi que quer o seu Governo, quer V. Ex.^a, quer o seu grupo parlamentar, não gostam das famílias Oliveira ou Rodrigues, nem dos «Zés» ou das «Marias»

Protestos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho em meu poder uma carta do Sr. Moisés Peralta dos Santos, que também lhe foi dirigida. Tomo a liberdade de a revelar porque julgo que o Sr. Primeiro-Ministro o mandou dirigir-se a qualquer uma segunda repartição para tratar da sua vida

Este cidadão contribuinte diz-nos, a si e a mim, que tem as seguintes despesas anuais 157 702\$ de retenção na fonte, fazendo acompanhar esta afirmação dos documentos complementares; 302 253\$ em segurança social; 180 666\$ para a creche dos seus três filhos menores. 42 715\$ de seguro de vida e acidentes pessoais. 37 782\$ de seguro de risco de saúde e no emprego. 84 000\$ de seguro do veículo automóvel; 985 152\$ de prestação anual da casa, o que significa que adquiriu uma casa recorrendo a um empréstimo no valor de 15 500 000\$ a crédito bonificado e mais 4 600 000\$ no regime geral, no valor total de 20 100 000\$

O total destas despesas, se o Sr. Primeiro-Ministro quiser ter a bondade de somar, dá 2 510 360\$/ano, sendo que este nosso cidadão contribuinte aufera, por ano, cerca de 2 859 930\$

Sr. Primeiro-Ministro, se deduzir o total das despesas que enunciei do rendimento que este cidadão contribuinte vai auferindo ao longo do ano, verifica que lhe restam 358 233\$/ano, o que dividido por cinco pessoas dá 71 460\$/ano por pessoa.

Protestos do PS

Este cidadão contribuinte termina dizendo muito simplesmente que a sua prestação mensal referente ao empréstimo da casa aumentou 17 000\$/mês.

O Sr. Presidente — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua, pois terminou o tempo de que dispunha

A Oradora. — Terminei já, Sr Presidente

Dirigindo-se ao Sr Primeiro-Ministro, este cidadão pergunta: o que devo fazer? Para onde devo ir viver com 29\$/dia por pessoa, se é que o Sr Primeiro-Ministro tem filhos e tem netos?

Aplausos do CDS-PP

Vozes do PS — Isso é demagogia!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não é demagogia! É o que diz na carta!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona, o conjunto de medidas tomadas por este Governo nos últimos cinco anos traduziu-se num aumento sem precedentes no rendimento disponível das famílias, como sabe.

Mesmo em relação à questão que nos preocupa, que tem a ver com as taxas de juro para aquisição de casa própria, é bom não esquecer que o nível das taxas de juro que neste momento se paga é equivalente ao de 1998. Se Portugal tivesse seguido o caminho na altura recomendado pelo CDS-PP e não tivesse aderido ao euro, provavelmente, o cidadão autor dessa carta, bem como muitos outros, nunca teriam podido aceder ao crédito bancário, porque as taxas de juro seriam mais do dobro das actuais

Aplausos do PS

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Primeiro-Ministro, seja rigoroso!

O Orador. — Por isso, se algum partido não tem qualquer autoridade moral para colocar a questão nesses termos, é o CDS-PP

Somos os primeiros a reconhecer essa dificuldade, por isso tomámos o conjunto de medidas que aqui enunciei

Já agora, quero dizer ao Sr. Deputado Paulo Portas, que conhece pouco destas questões fiscais, que, quando se altera o IRS no Orçamento do Estado para 2001, isso tem efeitos no Orçamento desse mesmo ano, na medida em que, como sabe, para além dos acertos feitos em 2002, há retenções feitas na fonte em 2001, sendo as tabelas de retenção ajustadas em função do nível fiscal admitido.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Pensa que não sei!
Pedimos-lhe a resposta!

O Orador — Por isso mesmo, o conjunto de medidas que estamos a tomar no sentido de melhorar o rendimento das famílias destina-se a ajudar casos como o que a Sr.^a Deputada referiu

Mas digo-lhe mais seguramente que em Portugal há milhões de portugueses que têm uma situação financeira menos favorável que o cidadão citado na carta que acaba de me apresentar

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Os pensionistas!

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Responda a este!

O Sr. Presidente — Srs Deputados, vamos entrar na fase das intervenções, sendo o Sr Deputado António Capucho o primeiro orador inscrito.

Tem a palavra, Sr Deputado.

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs Deputados O Partido Popular entendeu oportuno apresentar agora, no final da sessão legislativa, uma moção de censura ao Governo

Começo por lamentar profundamente a reacção que considero imprópria, com simpatia e sem acrimónia, do Sr Primeiro-Ministro, esquivando-se ao debate a coberto de insinuações despropositadas e de intrigas visando o PSD.

Protestos do PS.

Sr. Presidente, gostaria de recordar que a nossa censura a este Governo teve tradução prática e oportuna desde a primeira hora. Desde logo, tendo discordado frontalmente do Programa do Governo, traduzimos com naturalidade essa apreciação na apresentação de uma moção de rejeição

De seguida, perante uma proposta de Orçamento do Estado para 2000 merecedora também da nossa veemente discordância quanto à forma e ao conteúdo, não hesitámos, mais uma vez, em votar contra

Significa esta conduta que o Grupo Parlamentar do PSD assumiu plenamente, desde sempre e sem rodeios, uma estratégia clara de oposição ao Governo do Engenheiro António Guterres e vai prosseguir nessa linha sem hesitações

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — Assim, ao contrário do que se possa insinuar, se alguém está à vontade para apoiar com coerência a moção de censura em debate, esse alguém somos nós

O Sr Rui Rio (PSD) — Muito bem!

O Orador — Portanto, ao contrário do que insinua o Sr Primeiro Ministro, temos, de facto, uma estratégia autónoma, não andamos a reboque senão das nossas convicções e dos interesses dos nossos eleitores

Como é que V Ex^a — permita-me, Sr Primeiro-Ministro — se atreve a criticar o meu partido com grande indignação por apoiar a moção de censura do CDS-PP quando o seu partido, em 1994, consigo à frente, não se coibiu de votar a favor de igual moção do mesmo partido ao Governo do PSD?

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Bem lembrado!

O Orador — E não se esqueça, Sr Primeiro-Ministro, da moção de censura do PRD ao primeiro Governo do Professor Cavaco Silva, na qual — então, sim — o PS votou a reboque, que para vossa pouca sorte fez cair o Governo

O Sr José Magalhães (PS) — É preciso tirar lições!

O Orador — Digo «pouca sorte» porque, como se recorda, logo de seguida V Ex^a esperava pela nomeação de um governo PS/PRD mas o Dr Mário Soares não lhes fez a vontade e tiveram a maior derrota eleitoral de sempre

O Sr José Magalhães (PS) — Aprendemos a lição!

O Orador — Sr Presidente, constata-se que, até agora, pelo menos em duas ocasiões cimeiras — os debates sobre o Programa do Governo e sobre o Orçamento do Estado para 2000 —, o CDS-PP optou por uma postura de não afrontamento do Executivo e até de viabilização de instrumentos fundamentais da política governativa

Não questionamos, evidentemente, a legitimidade de cada um seguir o seu rumo e assumir livremente as suas responsabilidades nas opções que toma em cada caso face a este Governo, mas não queremos, dada esta inflexão, deixar de registar com muito agrado a postura nova do CDS-PP face ao Governo

Faço-o hoje com a satisfação inversa da perplexidade que causou antes a posição diversa assumida pelo CDS-PP a propósito do Programa do Governo e do Orçamento do Estado para 2000!

Sr Presidente, Srs Membros do Governo e Srs Deputados, dizemos isto apesar das reservas que temos quanto à oportunidade da iniciativa hoje em debate

De qualquer modo, é evidente que o problema de calendarização em causa não prejudica a nossa posição quanto ao fundo. Não confundimos o essencial com o acessório e o essencial é que o Governo merece ser censurado

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Merece ser censurado e não apenas pelas cinco razões aduzidas pelo CDS-PP.

Da nossa parte, podemos e devemos acrescentar muitas mais razões, como resulta da intervenção aqui produzida pelo Presidente do PSD, Dr Durão Barroso, no debate da passada semana a propósito do deplorável estado da Nação

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Desde logo, este Governo merece ser implacavelmente censurado pela deplorável política orçamental que prossegue e que constitui, do nosso ponto de vista, uma verdadeira fraude — e meço as minhas palavras —, para além de se traduzir num endividamento crescente e sufocante do Estado português

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Permitam-me ainda que recorde muito sinteticamente mais algumas razões, para melhor ilustrar as nossas razões de censura. De acordo com o Banco de Portugal, é muito provável que não venhamos a crescer, neste ano, acima da média da União Europeia. A este ritmo, os estudos que dão a Portugal um atraso de 50 anos relativamente à média europeia correm o risco de pecar por defeito

Em resultado de uma política económica errada, as famílias portuguesas, excessivamente endividadas, têm vindo a sofrer uma significativa perda de poder de compra

O défice externo subiu 65%, no primeiro trimestre desse ano, relativamente ao mesmo período de 1999. A manter-se este rumo, chegaremos ao final do ano com o pior resultado de sempre da economia portuguesa

Sectores estratégicos da indústria nacional foram cedidos a interesses estrangeiros e agravam-se os riscos de monopolização de sectores vitais à indústria portuguesa, como o dos petróleos e o da energia eléctrica

Em matéria fiscal, na suposta reforma apresentada ao Parlamento, o Governo assume orientações típicas do PCP, como sejam a quebra do sigilo por via administrativa e a inversão do ónus da prova, em claro atentado aos direitos e garantias dos contribuintes, para além de atingir os interesses legítimos da classe média e das famílias de menores recursos

Na segurança social, o PS acaba de transigir às teses do PCP — porque na realidade foi isso o que aconteceu, Sr Primeiro-Ministro —, opondo-se a que os portugueses possam, sem exceção, rentabilizar parte dos seus descontos para a segurança social através de um regime de capitalização por eles livremente escolhido

O rendimento mínimo garantido falhou por completo o objectivo último que o justificava, ou seja, a inserção social de pessoas marginalizadas (menos de 5% dos beneficiários foram abrangidos)

A criminalidade agravou-se em proporções alarmantes, sem que o Governo tenha promovido acções e medidas adequadas para a prevenir e controlar a níveis suportáveis.

O Governo pretende impor, de afogadilho, a descriminalização do consumo das drogas, sem se dignar ouvir os portugueses, como é devido — e o PSD não vai abdicar disso!

O acesso dos portugueses aos serviços públicos de saúde encontra-se, como é público e notório, em estado calamitoso.

Temos uma justiça distante e muito demorada. Os diversos agentes judiciários sentem-se cada vez mais mal apetrechados para darem satisfação aos legítimos interesses que os cidadãos desejam ver tutelados.

A defesa nacional está relegada para uma subalternidade evidente e cada vez mais preocupante. O orçamento da defesa nacional é um engano, unanimemente considerado insuficiente. Tudo o que é essencial à definição da estrutura e às capacidades futuras das Forças Armadas é sucessivamente adiado.

Em matéria de política externa, vimos o Governo passivo, nomeadamente, face a gravíssimas acusações a altos responsáveis políticos portugueses e incapaz de defender o respeito que ao País é devido.

Na área do ambiente, passados cinco anos de Governo socialista, continuamos sem saber que quantidades de resíduos produzimos, onde os produzimos, quem os produz e qual o seu destino. O Governo prepara-se para entregar um negócio de milhões de contos/ano às cimenteiras, com elevados riscos para a saúde pública e para o ambiente e que abrange apenas menos de 1% dos resíduos industriais.

No domínio da requalificação urbana e do ordenamento do território, ao fim de cinco anos sem iniciativa, o Governo escolheu sem concurso público 18 cidades para investir 3/4 dos recursos do Programa Polis. Das 8 cidades em que a intervenção será visível até às próximas eleições autárquicas, nada menos do que seis são de maioria socialista.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Estava-se a ver!

O Orador — As sociedades propostas para efectuar a gestão propõem-se esbulhar as autarquias locais das suas competências.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — A partidocracia prossegue, mais de 60 000 novas admissões na Administração Pública desde 1995 e nada menos do que 60 novos institutos públicos entretanto criados. De estratégia para o futuro, de reforma de fundo para o sector, nada! Nada, excepto os já tristemente célebres comissários regionais, superagentes eleitorais do Governo junto das autarquias.

Na comunicação social, prossegue impavidamente a política de controlo dos órgãos do sector público, com destaque para a televisão. A escandalosa criação da Portugal Global é o ponto alto da partidarização desenfreada deste sector.

Apesar do aumento significativo dos recursos afectados ao sector, o sistema de ensino agrava as desigualdades sociais e não prepara minimamente as gerações do futuro para os desafios da sociedade de informação.

Sr. Primeiro-Ministro, se estas razões de âmbito sectorial não bastassem para aprovarmos a moção de censura em debate e reprovarmos este Executivo, não podemos adicionalmente ignorar que, nas mais recentes tomadas de posição do Governo socialista, é bem patente uma acentua-

da mudança de orientação ideológica das políticas que prossegue

Revelando clara desorientação e incoerência quanto ao caminho a seguir, o Sr. Engº António Guterres, depois de ter procurado apoios à direita, negoceia agora junto da esquerda parlamentar. É indescritível que o Governo tem assumido orientações cada vez mais coincidentes com as reivindicações históricas da esquerda e do Partido Comunista.

Foi, precisamente, o que sucedeu nos últimos dias com a Lei de Bases da Segurança Social, com a Lei Eleitoral para a Presidência da República, com a prevável recusa de referendo sobre a liberalização do consumo de drogas, com a talvez já negociada viabilização do próximo Orçamento, e é também o que se prepara com a suposta reforma fiscal.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, esta viragem ideológica do Engº António Guterres e do PS representa não apenas um mal para o País mas um engano político e, mesmo, uma fraude política relativamente aos eleitores moderados que ainda recentemente deram o voto ao Partido Socialista, com base num programa moderado e liberalizante.

O que Portugal precisa é de reformas estruturais de sentido liberalizador que favoreçam as classes médias e a economia de mercado, o que o Governo se prepara para lhe dar é precisamente o contrário. A Europa moderniza-se, Portugal estatiza-se com este Governo, a Europa avança, Portugal recua.

Perante esta situação, o PSD, como alternativa de governo, reafirma que prosseguirá, sem hesitações, uma oposição frontal de oposição ao actual Executivo, procurando a convergência democrática de todos os sectores políticos e da sociedade civil que não se revêm na política e na prática socialistas.

O País já não acredita neste Governo, Governo que aqui hoje reage, lançando pequenas intriga para o debate, em vez de se justificar, com sentido de Estado, perante as razões que fundamentam a moção de censura.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O País já não acredita neste Primeiro-Ministro — e abstenho-me de referir o que o País pensa de alguns dos Srs. Ministros —

O Sr. José Magalhães (PS) — E do Durão Barroso?

O Orador — nem acredita nas repetidas e estafadas promessas que lhe fazem ciclicamente, como sucedeu no debate sobre o estado da Nação.

Mas o País tem de continuar a acreditar em si mesmo. O PSD quer um País capaz de se aproximar progressivamente dos padrões médios de vida europeus, em vez de continuar a perder terreno face aos seus parceiros da União Europeia. Para isso, é preciso mudar de governação. É esse o nosso objectivo, não como um fim em si mesmo, mas porque estamos firmemente convictos de que saberemos fazer mais e melhor em benefício do País e dos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr Francisco de Assis (PS): — Sr. Presidente, Sr Deputado António Capucho, começamos por registar com agrado que, contrariamente ao líder do seu partido, o Sr. Deputado não desistiu da discussão política e não invocou motivos ridículos para se escusar a participar neste debate

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador. — Sr Deputado António Capucho, longe vão os tempos em que, num célebre congresso de Tavira, o então Deputado do PSD, Dr Durão Barroso, subia à tribuna para invectivar o então líder do seu partido, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, acusando-o de querer «levar às cavalitas» o Dr Paulo Portas — era essa a expressão, recordo-me bem, então usada.

Passaram-se alguns tempos e agora, infelizmente para a vida política portuguesa — e é por isso que me refiro a esse episódio —, já não se trata apenas de uma incoerência e de uma mudança de posição mas de uma mudança estrutural da situação. Por este andar, qualquer dia, é o Dr Paulo Portas que leva todo o PSD «às cavalitas»!

Risos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Olhe o Narciso Miranda!

O Orador. — Tal corresponde, verdadeiramente, a uma alteração estrutural na vida política portuguesa que aqui carece de ser reflectida, porque à subalternização estratégica do PSD em relação ao PP, que se vinha a manifestar de há muito tempo a esta parte, sucede, inevitavelmente, a rendição programática, rendição programática essa que tem tradução nos mais diversos níveis da vida política portuguesa

Não é indiferente que a direita portuguesa seja liderada por um partido de centro-direita, com posições pró-europeístas, disponível para estabelecer consensos com outro grande partido que estrutura o sistema partidário — o Partido Socialista — em matérias fundamentais e em relação a reformas estruturais que estão hoje a ser levadas a cabo sob a orientação do Governo, ou, pelo contrário, por um partido radical, um partido populista, um partido que, permanentemente, recorre à demagogia mais infrene com um único objectivo: o de assegurar o seu próprio crescimento eleitoral!

Infelizmente, verificamos hoje que, na vida política portuguesa, há, na direita, uma situação verdadeiramente anómala que resulta, precisamente, da desistência do PSD e da circunstância de o PP estar a ocupar esse espaço político

Por isso, Sr Deputado António Capucho, quero dizer-lhe, muito claramente, que a única alteração que ocorreu recentemente na vida política portuguesa não tem que ver com uma «esquerdização» do Governo. O Governo está onde sempre esteve, fiel aos seus compromissos eleitorais, procurando assegurar o cumprimento do Programa que apresentou atempadamente à Assembleia da República. O que houve, sim, foi uma «direitização» da oposição situada à nossa direita, o que não augura nada de bom, nem para essa oposição, mas também não é uma situação que nos satisfaça, porque temos a convicção de que há reformas importantes que, desejavelmente, se deveriam fazer com o contributo dos partidos que sempre deram uma

contribuição historicamente relevante para garantir que o sistema português funcione

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador: — Termino, precisamente, com a afirmação de que a censura maior que aqui se pode fazer é à desistência do PSD, porque temos a convicção de que um PSD com as suas posições próprias também faz falta ao País

Aplausos do PS

O Sr Presidente — O Sr Deputado Basílio Horta pede a palavra para que efectue?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Para exercer o direito de defesa da honra da bancada, Sr. Presidente

O Sr Presidente: — Agradeço que identifique a matéria ofensiva, Sr Deputado

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Foram produzidas afirmações como a de «partido radical», «perigosamente radical», «ameaça à democracia».

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr Deputado.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, espantou-me o tom utilizado pelo Sr. Deputado Francisco de Assis, que me habituei a ouvir como um Deputado moderado, sereno

Vozes do PSD — Não, não!

O Orador: — e que aqui aparece com um radicalismo, um extremismo, que é, para nós, realmente, um motivo de grande surpresa

Esse tom e esse tipo de críticas feitas à bancada do CDS-PP revela uma grande fraqueza da sua parte e do seu partido

Aplausos do CDS-PP

É que o seu partido e o seu Governo estão a afastar-se do povo, estão a afastar-se irremediavelmente das famílias, dos portugueses! Riem-se quando aqui trazemos os problemas, chamam-nos demagogos.

Vozes do PS — E são!

O Orador — quando queremos falar do problema dos reformados, dos que vivem pior. Os senhores não têm respeito pelo País e é por isso que as sondagens são o que são. O pior cego é aquele que não quer ver e o Sr. Deputado e o seu Governo não querem ver o que está a acontecer

Mas não nos chame radicais, porque isso significa que o Sr Deputado tem, além de um deficiente conhecimento da história democrática portuguesa, também um deficiente conhecimento do funcionamento das instituições democráticas. Nós estamos no exercício pleno da democracia ao censurar o Governo, respeitando a Constituição e com um discurso em tudo coincidente com as aspirações populares e do nosso eleitorado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador. — Não podemos perdoar facilmente que o Sr. Deputado não entenda isso nem conheça a história de um partido que, em 25 anos, é fundador da democracia,

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — ... embora, pessoalmente, como é óbvio, nem sequer tenhamos ouvido o que o Sr. Deputado hoje aqui disse.

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr. Presidente, como é evidente, não ofendi em nada o Partido Popular.

Vozes do CDS-PP: — Oh!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Se não nos ofendeu, o Narciso Miranda não o ofendeu a si!

O Orador: — Naturalmente, não pus em causa, nunca o fiz nem o faria, a contribuição historicamente prestada pelo CDS-PP para a afirmação da nossa democracia. V. Ex.^a também reconhecerá que o Partido Popular já tem tudo uma história muito errática e que algumas posições que hoje defende não têm nada a ver com as defendidas pelos seus fundadores.

Em relação à presunção afirmada aqui pelo Sr. Deputado Basílio Horta, e já anteriormente pelo Sr. Deputado Paulo Portas, de que o PS e o Governo se estariam a afastar da população, devo dizer que ela não tem qualquer consistência na realidade.

Quando é que estamos a afastar-nos da realidade? Quando é que estamos a afastar-nos da população? Quando estamos a promover uma reforma fiscal séria, para combater mais eficazmente a fraude e a evasão fiscais, para que aqueles que não pagam passem a pagar e aqueles que pagam possam pagar menos? É nessa altura que estamos a afastar-nos?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É o PS mediocre!

O Orador — Ou quando estamos a garantir a viabilização financeira de um sistema de segurança social público para assegurar a todos os portugueses, independentemente da sua condição social, um futuro condigno na sua velhice? É nessa altura que estamos a afastar-nos dos portugueses?

Ou quando, através do rendimento mínimo garantido, procuramos combater fenómenos emergentes de marginalidade e de exclusão social? É nessa altura que estamos a afastar-nos dos portugueses?

Ou quando desenvolvemos uma política económica que permite um crescimento da economia portuguesa acima da média comunitária e tem como tradução um aumento substancial do rendimento das famílias? É nessa altura que estamos a afastar-nos dos portugueses?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Vocês estão feitos com os grandes investidores estrangeiros!

O Orador: — Ou quando avançamos com importantes reformas institucionais,

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Quais?

O Orador. — .. desde o sistema eleitoral até à organização do poder autárquico, no sentido de aproximar o poder político das pessoas? É nessa altura que estamos a afastar-nos dos portugueses?

É evidente, Sr. Deputado, que o Partido Socialista e o Governo têm plena consciência das dificuldades com que, muitas vezes, estamos confrontados, mas temos a noção de que, nas mais diversas dificuldades, confrontando-nos com os mais diversos obstáculos, estamos empenhados em prosseguir um caminho que, convictamente, estamos certos que é o que melhor serve os interesses de Portugal e vai ao encontro das necessidades e reais aspirações dos portugueses

Aplausos do PS.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP): — Não é essa a nossa opinião!

O Sr Presidente. — Srs. Deputados, duas notas

Em primeiro lugar, encontram-se a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 40 formandos da Associação Recomeçar, de Lisboa, além de um numeroso grupo de cidadãos, para os quais peço a vossa habitual saudação

Aplausos gerais, de pé.

Em segundo lugar, quero fazer uma advertência que já aqui repeti várias vezes. Não pude deixar de verificar que um Sr. Deputado usou longamente o seu telemóvel e, por isso, peço a todos que respeitem rigorosamente a proibição do uso de telemóveis no Hemiciclo, uso esse que pode interferir no sistema electrónico do Parlamento e criar problemas da maior gravidade. É tão fácil respeitar esta proibição! Agradecia a todos que o fizessem.

Para responder ao pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Deputado Francisco de Assis, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, creio que ainda me lembro das considerações feitas pelo Sr. Deputado Francisco de Assis

Sr. Deputado, começo por dizer-lhe que o PSD não se recusa a este debate, nem a nenhum debate, como é óbvio! O Presidente do PSD, com toda a legitimidade, prescindiu de um pedido de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro quando este abdicou de dar as explicações que eram pedidas, ..

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — nomeadamente as explicações que eram devidas depois de proferidas afirmações que consideramos totalmente inapropriadas e mesmo ofensivas, muito em especial vindas da boca do Sr. Primeiro-Ministro

Quanto à questão da coerência, o Sr. Deputado Francisco de Assis e o Governo escusam de invocar que «vamos a reboque», «às cavalitas», desta ou daquela maneira, porque, neste tema, o nosso sentido de voto tem apenas a ver com o mérito, com a substância da proposta. Ora, desde o início, quando este Governo tomou posse, entendemos que apresentou um mau Programa aos eleitores — dai termos apresentado uma moção de rejeição — e

um péssimo Orçamento do Estado, como está à vista, e por isso votámos contra

Actualmente, perante uma moção de censura e havendo não cinco mas mais de 20 razões adicionais, que têm a ver com a segurança e com, praticamente, todas as políticas desenvolvidas por este Governo, é evidente que o PSD vota favoravelmente a moção de censura. Isto é coerência!

Sr Deputado Francisco de Assis, peço-lhe, encarecidamente, que não acuse os outros de incoerência ou de irem a reboque de quem quer que seja.

O Sr José Magalhães (PS) — Mas vão!

O Orador — quando a experiência recente do seu partido é a de que foi a reboque de outros, nomeadamente do PP ou do PRD, para apoiar iniciativas que não foram vossas, moções de censura dos outros, ao governo do PSD

Portanto, «bem prega Frei Tomás»! V. Ex.^a não tem qualquer legitimidade para nos acusar de incoerência e o PSD, nesta matéria como noutras, está perfeitamente tranquilo

Por outro lado, quero agradecer-lhe as suas palavras e o enfoque que deu à posição do PSD, porque revela bem quem é o vosso adversário principal, ou melhor, quem é a verdadeira alternativa ao Governo do PS

Aplausos do PSD.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados A primeira entidade que é questionada por este debate promovido pelo CDS-PP é o próprio CDS-PP. De facto, o CDS-PP, que agora achou «engraçado» apresentar uma moção dita de censura ao Governo do Partido Socialista, é o mesmo CDS-PP que, há quatro meses, emprestou, aqui, ao PS o seu voto solidário e solitário para aprovar o Orçamento desse mesmo Governo.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E voltaria a fazer o mesmo!

O Orador — ... assim apoiando explicitamente voluntariamente a política do Engº António Guterres e garantindo a sobrevivência do seu Governo.

Aplausos do PCP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Repito, voltaria a fazer o mesmo! Não me arrependo!

O Orador — Eu sei, eu sei!

Haverá eventualmente quem diga (ele há gente para tudo!) que esta moção é um acto de arrependimento do Deputado Paulo Portas. Não seria a primeira vez, aliás, que o Dr. Paulo Portas dava o dito pelo não dito. Mas, na realidade, os que pretendem ver nesta recreativa moção um acto de arrependimento, estão completamente enganados. Esta moção está de há muito anunciada. O pré-anúncio foi feito em 10 de Março (cinco dias antes da viabilização do Orçamento do Estado), quando o CDS-PP

vivia publica e alegremente em «união de facto» com o Governo e o seu presidente resolveu dar uma conferência de imprensa para dizer, em estilo inquisitorial e estulto, que a alteração da Lei de Bases da Segurança Social só poderia ser feita pelo Governo em acordo com o CDS-PP e, vá lá, com o PSD. Depois, foi formalmente anunciada no dia 26 de Março, (11 dias depois da viabilização do Orçamento do Estado pelo CDS-PP), no Congresso deste partido. Anúncio feito em simultâneo e em íntima ligação com as fortes acusações então feitas ao presidente do PSD de ter «dado cabo da Alternativa Democrática, dando de bora as eleições legislativas e europeias aos socialistas»

Esta moção é, assim e antes de tudo, um assunto interno da direita

Aplausos do PCP

O CDS-PP não dá descanso ao PSD! Enquanto o líder do PSD andava pelo País em reuniões a preparar a sua intervenção no debate sobre o estado da Nação, o presidente do CDS-PP preparava o seu habitual «truque de magia». Mal o Deputado Durão Barroso falou, o Deputado Paulo Portas rapou da sua moção privada e lançou-a ao vento

Esta moção do CDS-PP, que de censura só tem o nome, é, pois e em primeiro lugar, uma arma de arremesso na luta pelas melhores posições no espaço político da direita

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador: — Mas ela é, igual e verdadeiramente, uma moção de apoio ao Governo, visando dar-lhe o espaço político e social que lhe está a faltar. Exactamente: uma moção de apoio ao Governo! Uma moção de apoio ao Governo porque, pelo tema escolhido pelo CDS-PP, que é, na realidade, a defesa dos interesses dos grupos financeiros, designadamente os das seguradoras e dos fundos de pensões que dominam a especulação bolsista, a moção nunca poderia ser votada por qualquer força política que defendia uma política de esquerda, isto é, a moção não faz nem nunca quis fazer o pleno dos votos da oposição, pelo contrário quis assegurar a sua divisão. Uma moção de apoio ao Governo, também, porque a moção do Dr. Portas encaixa como uma luva na despudorada e enganosa campanha da «viragem à esquerda» com que se procura agora salvar o Governo do Partido Socialista, precisamente quando, devido à natureza essencialmente neoliberal da política que vem segundo, a sua base eleitoral situada mais à esquerda se afasta do Governo e vem publicamente engrossar o protesto contra a sua política

Aplausos do PCP

Há quem, nesta Casa, reivindicando-se da esquerda, se queira voluntariamente deixar levar pela publicidade enganosa da direita mais à direita deste Parlamento, ou, quiçá, deixar-se levar por «aquela imaterialidade a que o Partido Socialista nos habituou quando precisa de florear à esquerda», em que Fernando Rosas hoje desanca num jornal diário,

Aplausos do PCP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É o 116º Deputado do PS!

O Orador: — ... esquecendo ainda o avisado Deputado Barros Moura que hoje mesmo escreve que, em certos sectores da esquerda e do próprio Partido Socialista, também pode gerar-se a ilusão de uma tal «viragem à esquerda», pelo que parece conveniente «pôr os pontos nos «»». É isto que diz o Sr. Deputado Barros Moura, e desta vez estou de acordo com ele!

Aplausos do PCP

Mas, para além das questuúnculas entre PSD e CDS-PP e do apoio implícito que tem para a continuação do Governo e da sua política de direita, a moção do CDS-PP é, ainda, uma moção de apresentação e defesa do caderno reivindicativo dos grupos financeiros e seguradoras interessados em abocanhar a parte rentável da segurança social. Nessa medida, a moção, mais do que um acto parlamentar, é uma acção explícita de *lobby*.

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP): — Não apoiado!

O Orador: — A lei da segurança social foi discutida e está em votação aqui na Assembleia da República com todos os agentes políticos em plano de igualdade. Não é o Deputado Portas que decreta «quem é quem» neste processo. As soluções da lei são votadas em liberdade por esta Assembleia. As seguradoras não têm cá assento mas, pelos vistos, têm aqui sentados procuradores atentos e obrigados.

Aplausos do PCP.

Assim, fica à vista a alegada «paixão» do Deputado Paulo Portas pelos reformados, que quer uma segurança social selectiva — uma, feita com as seguradoras para os que têm posses e, outra, deficitária, de pensões pequeninas e modestas para a gente pobrezinha e modesta —, ..

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — . que anda de feira em feira a aparentar chorar com os reformados mas que quer tirar à segurança social, de que estes dependem, as fatias mais apetitosas dos seus rendimentos para as dar aos grupos financeiros e alimentar a especulação bolsista com os dinheiros que devem garantir as pensões de reforma dos portugueses,...

Vozes do PCP. — Muito bem!

O Orador — . com isso impedindo, de facto, qualquer aumento das actuais pensões, cuja concretização, aliás, não foi consagrada no Orçamento do Estado porque o Governo não o quis...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Assim se vê a reforma que o Governo fez!

O Orador — . o que não impediu a sua viabilização pelo CDS-PP.

E, mais do que isso, inviabilizando a própria capacidade de pagamento das actuais baixas pensões de reforma. Com o plafonamento do CDS-PP teríamos, agora sim e a curto prazo, a insolvência da segurança social.

O CDS-PP e o seu presidente não são os amigos dos reformados que dizem ser, são apenas e tão só os campeões das seguradoras e dos fundos de pensões privados!

Aplausos do PCP

Sr. Presidente e Srs Deputados, da parte do PCP, somos claros estamos vacinados contra a demagogia sem freio e o populismo indecoroso

Vozes do CDS-PP — Oh!

O Orador: — Não estamos condicionados na apreciação que fazemos da política do Governo por qualquer razão nem por qualquer processo, mesmo que legislativo.

Somos oposição de esquerda ao Governo. Criticamos com clareza as políticas de direita do Governo no que toca à submissão aos interesses dos grandes grupos económicos, de que é exemplo gritante a complacência e a forma comprometida com que o Governo está a pactuar com o grupo Mello no caso Lisnave, .

Vozes do PCP. — Muito bem!

O Orador. — como no que toca à desvalorização dos estatuto dos trabalhadores e da dignidade do trabalho, à desgraçada política de saúde, à profunda penalização a que estão sujeitas as famílias portuguesas, como, ainda, no que toca à capitulação do Governo na União Europeia perante o crescente federalismo dos grandes, à submissão à NATO e à sua política militarista, e em tantos outros sectores e domínios

Aliás, ainda na passada sexta-feira, no debate sobre o estado da Nação, o Secretário-Geral do PCP aqui reafirmou as profundas críticas e censuras que fazemos ao Governo nas diversas áreas da acção governativa e não há qualquer razão que justifique a sua repetição agora

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador — Assim como nos opomos à política de direita do Governo, assim como apoiamos as lutas e protestos que crescem no País contra esta política, e que tiveram expressão maior nas manifestações de 23 de Março, em Lisboa, e de 19 de Junho, no Porto, assim também desenvolvemos, aqui e em todos os espaços onde isso é possível, a apresentação e defesa de propostas concretas, de acordo com a perspectiva que assumimos, como força de esquerda, para a garantia dos interesses do povo e do País.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Foi o que fizemos, por exemplo, com a defesa dos cidadãos face aos impactos do aumento dos preços dos combustíveis, com a defesa da baixa das tarifas de electricidade ou com a luta pela reposição das bonificações ao crédito para aquisição de habitação própria, ou, ainda, com as propostas de aumento do salário mínimo e das pensões de reforma, com o programa de redução dos gastos com medicamentos ou com o reforço das medidas de protecção às mulheres vítimas de violência

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — É o que fazemos com a segurança social, com a certeza de que as posições que aqui defendemos são as que, no quadro político actual, melhor correspondem aos interesses da grande maioria dos portugueses, são as que defendem os diferentes regimes e prestações a que o sistema público de segurança social está vinculado, são as que garantem os interesses dos actuais reformados e das futuras gerações de reformados e asseguram o aumento sustentado das pensões degradadas

Aplausos do PCP

As nossas posições são claras, repito, quanto ao Governo como quanto à segurança social e quanto aos partidos da direita.

A moção do Dr. Paulo Portas dar-lhe-á o enorme gozo de ficar convencido que, mais uma vez, «entalou» o Dr Durão Barroso. Quanto ao fio condutor da política do Governo, vai continuar o mesmo: à direita como tem sido. Fica até a dúvida se esta moção do CDS-PP, bem como a oposição bravie e máscula que a ela outros querem mostrar, depois de em Novembro terem apresentado uma não menos festiva moção de rejeição do Programa do Governo, não serve, afinal, de cortina de fumo para tentar fazer passar um voto amigo no próximo Orçamento do Estado.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — É um excelente tema de reflexão que deixei aos comentadores políticos

A moção das seguradoras apresentada pelo CDS-PP já foi! Aliás, o presidente do CDS-PP também já não está nesta, já está a pensar no que engendrará a seguir. Para ele, esta moção é chão que já deu as uvas que ele pretendia que desse.

Porque é uma moção virada para a luta na ocupação do espaço da direita portuguesa, nela não queremos混iscuir-nos.

O Sr João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador — Porque é uma moção das seguradoras e contra os reformados, tem o nosso claro voto contra.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Porque é uma moção que pretende branquear a política de direita do Governo do PS e reabilitar o Governo do Engº Guterres como um Governo de «viragem à esquerda», nunca poderia ter o nosso voto favorável.

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Querem ver que já está no Governo?

O Sr Artur Penedos (PS): — Ouçam, ouçam!

O Orador — Na verdade, esta moção não merece qualquer voto. Também por isso nos iremos abster.

Aplausos do PCP.

Vozes do CDS-PP: — Ah!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Calha a todos a abstenção com este Governo!

O Orador — Pela nossa parte, sabemos e somos sempre capazes de fazer escolhas, de optar sempre por uma posição de esquerda, assumida, coerente e responsável, não folclórica nem resvalando para o oportunismo.

Quanto ao Engº Guterres, pode continuar a contar com a oposição firme e combativa do PCP à política neoliberal do seu Governo

Aplausos do PCP, de pé

O Sr. Presidente — O Sr Deputado Paulo Portas pede a palavra para quê?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para defender a honra da minha bancada, Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Sr. Presidente, Sr Deputado Octávio Teixeira. V Exº veio trazer a esta Câmara, mais uma vez, a conversa das seguradoras. Faça favor de dirigir essa conversa ao Sr Ministro Ferro Rodrigues que, há dois anos atrás, defendia um tecto contributivo de 300 contos acima do qual as pessoas seriam livres de descontar para o Estado ou para as seguradoras. Provavelmente, dir-me-á que conseguiu obrigar o Ministro Ferro Rodrigues a mudar de opinião, agora, não dirija ao CDS a acusação, visto que o aprovador conjunto da lei de bases com VV Exº defendia o tecto contributivo há dois anos atrás.

Por outro lado, Sr Deputado Octávio Teixeira, tirando o facto de eu não ter percebido muito bem se o PCP é oposição ou Governo, pareceu-me que o Sr Deputado Octávio Teixeira era, pelo menos hoje, o 116º Deputado do PS

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Também me pareceu!

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Pareceu, pois!

O Orador — O seu discurso, nas palavras, quase foi igual ao do Primeiro-Ministro e ao dos dirigentes do Partido Socialista, de tal maneira que já não sei se foi o Dr Octávio Rodrigues se foi o Ministro Ferro Teixeira, mas um dos dois pode ser o mesmo nesta matéria

Não há qualquer dúvida, Sr Deputado Octávio Teixeira, que, assim, os portugueses podem ver a lei de bases que o Governo fez convosco. Até me parece normal que o Sr Deputado Octávio Teixeira não perceba que em Espanha há tecto contributivo, que em Inglaterra há tecto contributivo, que na Irlanda, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha ou na Holanda, também há limites aos descontos. Portanto, ainda que a vida democrática e ocidental num sistema político europeu lhe seja levemente estranha, o que considero mais extraordinário é que o Sr Primeiro-Ministro e o Sr Ministro da Solidariedade, futuro líder da frente esquerda no pós-guterrismo — já se viu, já se notou! —, estejam de acordo consigo. Repito, considero extraordinário que um Ministro do Governo Socialista venha aqui dizer, no fundo, aquilo que o Sr. Deputado Octávio Teixeira pensa e diz, aliás, com assinalável coerência. A incoerência não é sua, é do Governo!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. João Amaral (PCP) — Afinal, onde é que está a tal honra ofendida?

O Sr Presidente — Sr. Deputado Paulo Portas, mais uma vez, vi matéria de discordância, mas matéria de ofensa não consegui ver. Enfim, temos critérios diferentes

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, fica-lhe bem esta atitude de «virgem ofendida», mas, com toda a sinceridade, V. Ex.^a não tem qualquer razão naquilo que disse.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Então, explique!

O Orador — Em primeiro lugar, começemos pela questão do 116.^º Deputado do Partido Socialista Sr. Deputado Paulo Portas, quem é que viabilizou o Orçamento do Estado? Olhe que não fui eu o 116.^º Deputado! Foi dessa bancada!

O Sr João Amaral (PCP) — Foi o Jorge Ferreira que o disse!

O Orador — Já reparou que se alguns Deputados — do 116.^º até ao 230.^º — não tivessem votado o Orçamento do Estado, V. Ex.^a não estaria agora a apresentar uma moção de censura ao Governo, porque ele não estava aqui? A responsabilidade é sua!

Aplausos do PCP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E voltaria a fazer o mesmo!

O Orador — Por outro lado, quanto à questão das seguradoras, não há volta a dar-lhe! Já foi explicitado aqui várias vezes, mas vou explicar-lhe de uma forma que talvez a população portuguesa perceba melhor: o nosso povo costuma dizer que «não há omeletes sem ovos» e isso toda a gente percebe. Ora, o que é que V. Ex.^a queria fazer com o plafonamento? Queria tirar «os ovos» à segurança social pública, e, sem os recursos financeiros na segurança social pública, não havia «ovos para fazer as omeletes», ou seja, para dar as pensões aos reformados! Esta é a questão

Aplausos do PCP

Ia tirar esses «ovos» aos reformados e dá-los às seguradoras, porque são elas que estão interessadas.

V. Ex.^a vem dizer que o Sr. Ministro também já defendeu isso? Isso é um problema que ele tem de dirimir

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem, muito bem!

O Orador — Nós defendemos sempre o contrário e, de acordo com aquilo que ficará na lei — V. Ex.^a sabe-o muito bem e, por isso, esta sua irritação —, não é possível, de um momento para o outro ou sem qualquer razão, haver um plafonamento, pois é preciso, como aqui já foi lido hoje, que isso signifique um reforço da segurança social, do ponto de vista financeiro. Então aí, certamente, a situação será completamente diferente daquela que o CDS-PP pretende

Aplausos do PCP.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — A si considero-o coerente, ao Governo é que não!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr.^m e Srs Membros do Governo, Sr.^w e Srs Deputados: As pessoas, aquelas para quem o Sr Primeiro-Ministro uma vez disse que queria governar — lembra-se? —, estão zangadas. As suas condições de vida pioraram, os seus rendimentos diminuíram, a sua capacidade de fazer face à vida complicou-se. Em suma estão a censurá-lo e nós também, pois o senhor e o seu Governo merecem ser censurados, pelo que prometeram e não fizeram e pelo que fizeram e mal!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — Sr Primeiro-Ministro, o seu Governo não sabe prever, o seu Governo não sabe gerir, o seu Governo não sabe reformar. É verdade! O seu Governo não sabe prever para decidir. Basta pensar na previsão da descida das taxas de juro quando elas, justamente, aumentaram

Quem está pagando estes erros de previsão? Sempre os mesmos, ou seja, os contribuintes

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora — O seu Governo não sabe reformar. Aliás, já hoje aqui foi dado o exemplo acabado do que acabo de dizer

Mas há mais! O senhor anunciou, com pompa e circunstância, que iria entregar no Parlamento, na passada sexta-feira, a reforma fiscal sobre o rendimento das pessoas singulares. Mas o senhor chama àquela proposta de lei de autorização legislativa uma reforma fiscal?!

Olhe que não! Olhe que não!

Em substância, tal autorização contém apenas algumas afirmações de princípio e um conjunto vago e impreciso de ideias tendentes a combater a fraude e a evasão fiscal. Detalhando, Sr. Primeiro-Ministro, a primeira das afirmações é a do alargamento da base subjectiva de tributação

Estou de acordo consigo. É preciso trazer para o sistema todos os que nele não estão e os que, estando, pagam menos do que deviam. Mas o ponto é o de saber como se alcança este objectivo. Na sua reforma fiscal não encontramos o método que seja apto a alargar a dita base

O Sr Primeiro-Ministro está seriamente convencido de que é criando uma categoria residual de rendimentos, incluindo algumas mais-valias na determinação da matéria colectável e tributando duplamente os dividendos que faz crescer a arrecadação da receita?

Não é, Sr Primeiro Ministro! O método é o da diminuição dos impostos, é o da flexibilização da liquidação, é o do reforço das ações de fiscalização, é o da dotação dos serviços fiscais de meios humanos e técnicos para cumprir as suas missões. E isto não encontramos na sua proposta de lei de autorização legislativa.

Aplausos do CDS-PP.

A segunda é das suas afirmações é a do desagravamento da carga fiscal dos contribuintes. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me ler-lhe um pequeno extracto da sua proposta de

lei. «Modificar a forma de apuramento dos montantes da dedução dos sujeitos passivos, descendentes e ascendentes, que deverão passar a corresponder a percentagens de um indicador económico social relevante (...)» O que é isto?!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, o desagravamento fiscal dos contribuintes faz-se estabelecendo medidas concretas de diminuição da respectiva carga fiscal. Pagar menos impostos sem com isso significar arrecadar menos receita consegue-se através da introdução de mecanismos de ajustamento da tributação incidente sobre as famílias.

Deste mecanismo, por contraposição à omissão total no seu projecto de qualquer medida que não seja a do «tal indicador económico-social relevante» falaremos mais adiante.

Finalmente, no que se refere ao que o seu Governo chama de métodos de combate à fraude e à evasão fiscal, relembo aqui e agora que esta é uma das suas preocupações, que, aliás, aplaudo. Pena é que cada ano que passa as suas preocupações sejam as mesmas! Das duas, três: mantendo-se a preocupação, significa que ela existe porque não se combate a evasão!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

A Oradora — Mas vamos ao que importa. O seu Governo vem pedir, neste contexto e com este objectivo, uma autorização para determinação indirecta do rendimento, acesso à informação bancária, inversão do ónus da prova e informação detalhada do conjunto dos rendimentos de capitais pagos, mesmo os que já estão sujeitos a taxas liberatórias.

Quanto à determinação indirecta do rendimento, talvez o Sr Primeiro-Ministro não se lembre, mas eu lembro-me. Constava do Orçamento do Estado aprovado nesta Casa em 1995 e subordinado à mesma preocupação de combate à fraude e à evasão fiscal. O que fez e como utilizou o senhor esta prerrogativa? Aplicou-a? Se sim, com que resultados? Se não, porquê?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora — Quanto à inversão do ónus da prova, que é, como se sabe, uma excepção ao princípio geral da verdade declarativa, já existe. Está consagrado no n.º 2 do artigo 75º da Lei Geral Tributária que o seu Governo recentemente aprovou.

Finalmente, quanto ao acesso à informação bancária operado directamente pelo Director-Geral dos Impostos, entendamo-nos, em primeiro lugar, quanto ao objectivo desta medida. Estou e estamos de acordo em que, em alguns casos e circunstâncias, pode revelar-se essencial o acesso à informação bancária. A fraude fiscal deve e tem de ser combatida. A questão é a de saber em que casos e quem deve ter competência para decretar o referido levantamento do sigilo bancário.

Diga-nos, Sr. Primeiro-Ministro, porque não está claro na sua proposta de lei de autorização legislativa e ela não vem acompanhada de qualquer lei tipificadora desta medida em que contexto é que o levantamento do segredo vai ser aplicado? No âmbito das acções tendentes ao apuramento da matéria colectável? Isto é, no domínio dos poderes de fiscalização e de inspecção realizadas pelos serviços?

É que, para nós, mais uma vez repito, o levantamento do segredo bancário não é tabu, desde que, naturalmente, sejam observadas regras de verificação e de competência que legitimem a derrogação daquele princípio. Entre elas, destaco duas ou três, que passo a referir.

Em primeiro lugar, a recusa injustificada e ilegítima de facultar os dados e as informações que, nos termos da actual lei, devam ser prestadas à administração fiscal. Em segundo lugar, a destruição, ilegítima e ilegal, dos documentos e da contabilidade que, nos termos da actual lei, o contribuinte deva possuir para efeitos de controlo da matéria colectável. Estas podem ser, e porventura serão, algumas das causas legitimadoras do levantamento do segredo bancário.

Mas, Sr Primeiro-Ministro, para nós, esta decisão só pode, neste momento e nesta fase, ser tomada pelo juiz.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Admitindo que a razão essencial para que o Governo não consagre este meio judicial seja a de que o processo é moroso, resta-me sugerir-lhe que diga ao seu Ministro da Justiça para tomar as medidas adequadas para que o mesmo possa ser célere e eficaz.

Aplauso do CDS-PP

É simples, Sr Primeiro-Ministro basta que a lei seja modificada no sentido de classificar este tipo de processos como urgentes e o seu problema ficará, porventura, resolvido.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

A Oradora: — Sr Primeiro-Ministro, se não há que ter receios — e não há! — da imparcialidade e da justiça dos serviços fiscais, por que é que existirão receios dos tribunais e dos magistrados?

Aplausos do CDS-PP

Sr Primeiro-Ministro, a reforma do IRS que o seu Governo nos trouxe não é uma reforma, é uma forma!

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

A reforma do IRS é outra coisa. É pensar no sistema fiscal virado para as pessoas e, sobretudo, para as famílias. É pensar e regular os escalões e as taxas aplicáveis. É também reflectir e decidir quanto ao efectivo desagravamento fiscal dos agregados familiares.

É por isso que o meu partido o censura e é também por isso — porque, como já uma vez lhe disse, a alternativa é democrata-cristã — que temos uma ideia da reforma fiscal e a vamos dar a conhecer ao País.

Em primeiro lugar, quanto aos escalões e às taxas, a sua reforma, como já demonstrei, apenas diz que as vai rever Julgo, aliás, que serão revistas por alturas do próximo Orçamento do Estado, de acordo com o tal critério «dos indicadores económico-sociais relevantes», que, aliás, verdade seja dita, o senhor aqui procurou traduzir na passada sexta-feira.

Na proposta de reforma do IRS que o meu partido vai entregar no Parlamento, as nossas propostas são as seguintes: quanto aos escalões, actualização dos mesmos

entre 3% e 5%, quanto às taxas, vou passar a referir-me sucintamente A actual taxa de 14% passa para 13%; quem paga 15%, passará a pagar 14%; quem paga 25%, passará a pagar 23,5%; quem paga 35%, passará a pagar 33,5%; quem paga 40%, passará a pagar 39%.

Aplausos do CDS-PP

A introdução destes escalões e respectivas taxas que devem vigorar a partir do próximo ano e devem ser alteradas anualmente, em termos de actualização dos escalões, sempre acima da taxa da inflação e com redução anual de um ponto percentual nas respectivas taxas, vai efectivamente permitir o seguinte em primeiro lugar, diminuição da carga fiscal sobre as famílias, em segundo lugar, alargamento da base tributável e, em consequência, diminuição dos fenómenos da fraude e da evasão, sem que com isso se verifique menor arrecadação de receita

Quanto a uma verdadeira política fiscal para as famílias, Sr. Primeiro-Ministro — julgo que isto talvez lhe interesse —, na sua proposta de autorização não vislumbramos qualquer medida ou sequer indicio de que esta é ou pode ser uma preocupação do seu Governo. Para nós, ao contrário do seu Governo e do Partido Socialista, este ponto é fundamental

Não é possível o actual alheamento deste Governo face às condições de vida das famílias portuguesas Por isso, propomos a este Parlamento que discuta, aprofunde e melhore algumas das nossas propostas neste domínio, que passo a identificar

Em primeiro lugar, introdução de um mínimo de isenção pessoal e familiar, ou seja, concretização do princípio constitucional da capacidade contributiva, no sentido em que aos rendimentos conjuntos do agregado familiar deve ser atribuída, na base, uma isenção equivalente ao rendimento indisponível para efeitos de tributação

Esta isenção na base deve ser considerada por um valor que estimamos poder estar entre 1000 e 1200 contos por agregado Esta isenção deve ser majorada consoante o agregado seja composto por, respectivamente, dois, três ou mais dependentes Deve igualmente ser majorada por ascendente que viva em economia comum com a família E deve também ser aumentado em 50% sempre que haja deficientes a cargo da família

Aplausos do CDS-PP.

Sr Primeiro-Ministro, quanto ao combate à fraude e a evasão fiscal, o CDS propõe que o Governo aplique os mecanismos ao seu dispor para combater este fenómeno e que, em conformidade, informe o Parlamento destes resultados, de modo a que a diminuição dos impostos daqueles que os suportam possam continuar a baixar de forma sistemática

A informação bancária deve continuar a ser protegida pelo sigilo, mas, em casos tipificados na lei, como os que há pouco enunciiei, admitimos que possa haver derrogação do sigilo Como? Sempre devidamente ordenada pelo juiz, em processo de natureza urgente e com possibilidade de recurso, cuja natureza admitimos discutir.

Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr.º e Srs Deputados Nunca mais nos digam que, quando apresentam um reforma fiscal, que o CDS apresenta uma moção de censura! Avisámos da moção de censura há quatro meses, quando as sondagens ainda eram muito más!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Mas temos uma diferença o senhor demorou cinco anos a trazer uma proposta de lei autorização legislativa a este Parlamento e nós demorámos nove meses a entregar, o que fizemos com gosto, a nossa proposta de reforma fiscal. Respeite o nosso trabalho!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Joel Hasse Ferreira

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Sr Presidente, Sr.º Deputada Maria Celeste Cardona, V Ex.º falou do combate à fraude e à evasão fiscal, mas gostaria de lhe perguntar se não dá importância às centenas de milhares de novos contribuintes, cidadãos e empresas, que entraram no universo dos pagantes desde que o PS foi para o Governo em 1995

A Sr.º Deputada referiu a questão do IRS, dizendo que não é uma reforma Pois não! Sempre dissemos, desde há anos, que a reforma não se fazia de um dia para o outro, carregando num botão A reforma é um processo, com um conjunto de peças, e esta é uma peça importante nesse processo de reforma A Sr.º Deputada não entende isso, ou seja, para si, a reforma faz-se carregando num botão?! É o que parece, pois hoje apresentou um conjunto de propostas pontuais Ou será que essas propostas pontuais são já um contributo bem-vindo para a próxima proposta de Orçamento?

A terceira questão é a seguinte a Sr.º Deputada não reconhece — ou ter-se-á esquecido? — o importante esforço no sentido da harmonização fiscal que, conduzido pela presidência portuguesa, foi recentemente acertado na Cimeira de Santa Maria da Feira? A Sr.º Deputada não considera que o esforço feito durante a presidência portuguesa naquela Cimeira, nas reuniões do ECOFIN, em todo esse sentido, não é importante para o avanço da harmonização fiscal no quadro europeu, que é indispensável no processo de unificação monetária e de integração financeira que julgo que o seu partido vai gradualmente aceitando?

Quero agradecer-lhe a homenagem implícita que fez à Lei Geral Tributária, magnificamente elaborada pelo Governo do PS, que, de facto, traduz um equilíbrio entre as garantias dos contribuintes e os poderes da Administração

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não é preciso dizer «magnificamente»!

O Orador — Sr Deputado Paulo Portas, leia a Lei Geral Tributária e vai-me dizer se, de facto, não é magnífica!

Quero congratular-me com isso e pedir-lhe o seguinte a Sr.º Deputada, que vem da área tributária e que ainda lá está um pouco, pelo menos conceptualmente, tem de nos explicar bem, um dia, o porquê dessa desconfiança face à administração tributária e desse preconceito favorável aos juízes Explique-nos bem por que é que é absolutamente aceitável o juízes levantarem o sigilo bancário e é pecaminoso ser a administração tributária a fazê-lo!

Para terminar, quanto às suas propostas, será que ouvi bem?! A Sr.º Deputada disse que vai haver uma actualização anual, uma descida de um ponto nas ta-

xas? E como? Indefinidamente? Até chegar a zero? Os senhores terão a perspectiva de nunca mais virem a governar, o que até poderia ser pena, num sentido democrático? E, Sr^a Deputada, as propostas que vão apresentar têm alguma consistência? Por que é que essas propostas aparecem? Foi para reformular os quadros apresentados pelo Governo na proposta do IRS, para fazer umas parecidas e um bocadinho melhores? É isso, Sr^a Deputada?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Vá ver o nosso programa eleitoral!

O Orador — Eu sei que é o programa eleitoral, Sr. Deputado Paulo Portas! Por isso, para si, esta moção de hoje era, de facto, a abertura para a campanha eleitoral! Não sei é se o é também para a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona, dispondo de mais 4 minutos que lhe foram concedidos pelo Partido Socialista

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr Deputado Joel Hasse Ferreira, agradeço as suas questões e quero apenas dizer-lhe que, de facto, venho e sou da administração fiscal — com muito orgulho! — e, como disse, aliás, não é da administração fiscal que eu ou alguém deve ter medo.

Mas, Sr Deputado, diga-me uma coisa se assim é, por que não há-de ser o juiz, em processo urgente, a determinar aquilo que para nós ainda consta da Constituição e da lei como um princípio fundamental, ou seja, o direito ao sigilo, nomeadamente em matéria da respectiva privacidade?

Sr Deputado, se o Sr. Director-Geral dos Impostos tiver razão, como é provável que tenha, o Sr Dr Juiz dar-lha á e o segredo bancário será levantado, com maior segurança, maior transparência e maior celeridade para as respectivas funções

Aplausos do CDS-PP

Sobre as outras questões, Sr Deputado, julgo que sabe, porque as conhece, que as nossas propostas são credível e suficientemente fundamentadas para os senhores, esta Casa e este país as levarem em conta!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Obviamente, não está em causa o direito constitucional e regimental de qualquer partido representado nesta Câmara apresentar uma moção de censura ao Governo

Também não está em causa que a apresentação dessa moção de censura surja num determinado momento do debate político, nomeadamente na sequência do debate sobre o estado da Nação. Aliás, penso que a apresentação da moção de censura na sequência do debate do estado da Nação até tem alguma lógica, na medida em que é um novo debate do estado, só que não é o debate do estado da Nação mas, sim, o do estado da oposição! E,

sendo o debate do estado da oposição, o que ocorreu até agora permite-nos concluir que, infelizmente, o estado da oposição não é bom, o que também não é bom para o País e para a democracia portuguesa

Desde logo, a reacção perfeitamente insuspeita e invulgar, em termos de comportamento parlamentar — falavos um Deputado que já se senta nestas bancadas há cerca de 20 anos —, do líder do PSD. O líder do PSD excluiu-se deste debate e fê-lo em termos que levaram um analista da comunicação social a dizer, cinco minutos depois, estas palavras «Foi penoso vê-lo erguer o pescoço como virgem ofendida»

Foi efectivamente penoso ver o Deputado Durão Barroso erguer o pescoço neste debate como virgem ofendida! Mas não foi penoso para o Governo nem para o partido que o suporta, foi, sobretudo, penoso para o seu partido, Sr Deputado! Foi, sobretudo, penoso para o PSD verificar, especialmente, o comportamento da sua bancada quando o Deputado Durão Barroso falava! Se tem dúvidas, vá falar com muitos dos seus colegas de bancada, com muitos dos Deputados que, neste momento, nos corredores da Assembleia da República, criticam a intervenção do seu líder parlamentar! Isso é que foi penoso e deu a verdadeira dimensão do estado da oposição do tal partido estruturante que o Sr Primeiro-Ministro refere — e muito bem — e da preocupação que o estado do vosso partido provoca em relação ao nosso comportamento e ao estado da nossa democracia

Mas o CDS-PP apresentou uma moção de censura de forma legítima. Vale a pena, no entanto, verificar quais são os verdadeiros fundamentos e razões dessa moção de censura. Entre muitos outros, Sr. Deputado Paulo Portas, para a sua atitude identifiquei quatro linhas de argumentos

A primeira tem a ver com a criação de dificuldades ao PSD — aliás, já falei sobre isso. As dificuldades que V Ex^a causou ao PSD foram claras no comportamento do líder da bancada do PSD e, portanto, sobre isso não preciso de me pronunciar muito mais

Em segundo lugar, V Ex^a, pertencendo ao partido da direita portuguesa, quis, e já o conseguiu, pelo menos temporariamente, fixar a liderança desse espaço político e ideológico em Portugal. É realmente V Ex^a, neste momento, o líder da direita portuguesa e, portanto, esse segundo objectivo também esteve por trás da apresentação da sua moção de censura

Há, no entanto, um terceiro objectivo, muito importante mas que tem passado despercebido, que tem a ver com o desejo legítimo de V Ex^a e do seu partido em fixar definitivamente a verdadeira natureza ideológica do CDS-PP. O CDS-PP é um partido da direita portuguesa, mas havia algumas confusões em volta disso face ao seu populismo e demagogia e a apresentação da moção de censura, sobretudo muitos dos seus fundamentos, clarificaram definitivamente essa questão. Não pode haver dúvidas. V. Ex^a está no espaço ideológico que sempre foi o seu e, pelo menos nesse domínio, a clarificação será boa para a democracia portuguesa

Finalmente, a quarta ordem de razões tem a ver com o seu desejo de criar instabilidade política, que os portugueses não desejam, que os eleitores seguramente não legitimam, que seria, sobretudo, extremamente perigosa para a democracia portuguesa, para o desenvolvimento económico e social do País e para o próprio prestígio do Governo português e do País no estrangeiro e no contexto da União Europeia.

V. Ex^a deu-nos o melhor de si mesmo. Aliás, aconselho-o, já que nos aproximamos rapidamente do mês de Agosto, a descansar durante algum tempo. Estou a imaginá-lo, nas praias ou no campo, onde eventualmente passará as suas férias, a fazer propostas, por exemplo, de subvenção dos cremes contra a agressão solar ou dos guarda-sóis para as praias, porque V. Ex^a não perderá o vício de prometer a todos tudo o que querem ouvir, tudo e o seu contrário. Estou seguro de que V. Ex^a, mesmo em férias, não descansará.

O seu populismo e a sua demagogia começam a ser exagerados! Vou fundamentar esta minha acusação basicamente em quatro domínios, sendo o primeiro o das pensões degradadas da função pública.

Ouvimos um Deputado do seu partido — provavelmente esperando que estivéssemos distraídos — fazer afirmações extremamente graves e incorrectas sobre o estilo de compromisso que existe entre o Governo e a bancada do Partido Socialista, e depois com toda a Assembleia da República, quando aprovou o projecto de resolução O que foi aprovado nesta Casa, repito, em coordenação do Governo com a bancada socialista, foi um projecto de resolução que visa permitir iniciar o processo de recuperação das pensões degradadas no espaço de 60 dias, a contar da data em que o respectivo projecto de resolução foi aprovado.

Foi exactamente por obstaculização do partido de V. Ex^a, mas não só, que o projecto de resolução foi aprovado, na Assembleia da República, no dia 19 de Maio próximo passado. Isto significa que — como V. Ex^a sabe, mas provavelmente o Sr. Deputado Silvio Rui Cervan não saberá —, como existe a chamada *vacatio legis* e a data a partir da qual se começam a contar os 60 dias é a da publicação do respectivo projecto de resolução do *Diário da Assembleia da República*, portanto, dando de barato estas especificidades jurídicas, o prazo para o Governo cumprir o seu compromisso termina apenas no dia 18 de Agosto do ano corrente. Portanto, o Sr. Deputado, utilizando o seu estilo de demagogia e populismo, trouxe à Câmara uma falsidade, uma incorrecção!

Quanto à segunda questão, a da reforma fiscal, o que seria de esperar do seu partido, na linha do comportamento artificial que tem tido nos últimos tempos, em defesa de interesses relativamente generalistas da população portuguesa, era que aplaudisse com ambas as mãos as propostas de reforma fiscal ou, melhor, as propostas de aprofundamento da reforma fiscal, que — é preciso recordá-lo e prestar essa homenagem — começaram em 1989, com a criação do IRS e do IRC. Porquê? Porque essas propostas, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, são tão-só propostas orientadas em dois sentidos distintos mas ambos muito importantes para a justiça e equidade fiscais, questões absolutamente indispensáveis.

V. Ex^a citou, no seu discurso, um conjunto de medidas em que podia ser poupada alguma despesa pública mas, curiosamente, esqueceu-se de dizer «e já agora vão buscar receitas fiscais aos contribuintes que não geram receitas fiscais, que conseguem evadir-se às obrigações fiscais». Ora, foi exactamente para introduzir este tipo de justiça que as medidas foram apresentadas.

O Sr. José Barros Moura (PS) — Bem lembrado!

O Orador: — E V. Ex^a também não aplaude medidas que, basicamente, se orientam não para aumentar a receita

fiscal mas para produzir uma ruptura no modelo de recolha de receita fiscal que tem vindo a ser desenvolvido no País até agora. Se as medidas apresentadas recentemente forem aprovadas, Sr. Deputado, cerca de 90 milhões de contos serão devolvidos aos rendimentos das famílias, 90 milhões de contos desses que seriam pagos por famílias da classe média, portanto, da classe de que V. Ex.^a fala permanentemente de forma demagógica e perfeitamente artificial.

Portanto, não percebo por que é que critica a reforma fiscal. Não percebo por que é que passam a vida a reclamar reformas e quando há medidas que as aprofundam VV. Ex^a colocam-se contra elas!

Quanto à terceira questão, o rendimento mínimo garantido, devo dizer, reafirmando o que já disse várias vezes, que os senhores são contra o rendimento mínimo garantido, .

Vozes do CDS-PP — Outra vez?

tendo feito essa afirmação de forma muito clara no debate que houve a propósito desta questão e hoje mesmo o Sr. Deputado Paulo Portas fez uma proposta no sentido de ser diminuído o volume de receitas atribuído ao rendimento mínimo garantido. Se isto não é ser contra o rendimento mínimo garantido, o que é afinal ser contra este subsídio?

Finalmente, quanto à questão da política de segurança social, ainda bem que apresentaram a vossa moção de censura, com os respectivos fundamentos, pois assim os campos puderam ser perfeitamente demarcados. O que o Sr. Deputado Paulo Portas, o CDS-PP e a direita querem é um sistema de segurança social que não assegure à generalidade dos portugueses a manutenção das pensões de reforma, o que V. Ex.^a quer é transferir um volume muito significativo de recursos dos portugueses do sector público para o sector privado, tendo isto ficado clarificado com a vossa moção de censura.

Para terminar, Sr. Deputado Paulo Portas, como tive oportunidade de dizer e pelo menos na minha avaliação, o estado da oposição é mau, a oposição não é boa, não cumpre os seus objectivos. É mau que assim seja, porque é absolutamente fundamental que o Governo possa confrontar-se, em cada momento, com uma oposição ou com oposições suficientemente fortes e credíveis, porque a missão da oposição é opor-se ao Governo, mas com regras, com lisura e com transparência.

A vossa oposição não é uma boa oposição por várias razões. A primeira é porque não é uma oposição pró-activa. O Sr. Deputado Paulo Portas e o PSD não pró-agem, apenas reagem, chegando normalmente uma semana atrasados aos grandes debates nacionais. Por isso, seria bom que fossem pró-activos e não reactivos!

Por outro lado, a vossa oposição não é previsível. O Sr. Deputado Paulo Portas defendeu ontem o contrário do que defende hoje e seguramente defenderá amanhã o contrário do que defende hoje e do que defendeu ontem.

Em terceiro lugar, a sua oposição não é séria, Sr. Deputado Paulo Portas. O senhor engana os portugueses, tem conseguido enganá-los durante algum tempo mas esse estado de graça não lhe vai durar muito mais tempo, não tenha sobre isso qualquer dúvida. Portanto, uma oposição que não é séria não é, naturalmente, uma boa oposição!

Mas a sua oposição não é, também, condescendente, porque as oposições devem ser condescendentes, permi-

tindo que se consigam realizar ciclos de governação mínima para que as opiniões públicas possam fazer uma devida avaliação da situação governamental.

Como já disse, não é uma oposição coerente, já que o Sr Deputado Paulo Portas e outros defendem a diminuição da despesa pública mas passam a vida a apresentar medidas que, objectivamente, contribuiriam para o aumento exponencial dessa mesma despesa.

Finalmente, a última característica da sua oposição é que ela não é alternativa. Os portugueses não podem descansar em VV Ex.^a e não têm como alternativa ao actual Governo nenhum modelo ideológico, nenhum sistema de governo que lhes possa dar confiança e segurança.

Por isso, Sr Deputado Paulo Portas, a sua moção vai ser rejeitada e não vai sê-lo apenas pelos votos do Partido Socialista, vai ser rejeitada com uma maioria significativa desta Câmara.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para formular um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Sr. Presidente, trata-se da defesa da honra e da consideração da minha bancada, já que o Sr. Deputado Manuel dos Santos ofendeu a minha bancada De Lisboa a Vladivostok não terminou mais de falar em termos ofensivos!

Protestos do PS

O Sr Presidente. — Sr. Deputado, já é a terceira vez que invoca o instituto da defesa da honra, mas estive atento e constatei que não se foi além da vivacidade do diálogo. O máximo que o Sr. Deputado Manuel dos Santos disse foi que não era séria a sua argumentação, mas isso dizem os Srs. Deputados uns aos outros todos os dias. Como tal, tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr Deputado Manuel dos Santos, o Governo até hoje não entregou qualquer proposta em matéria de pensões degradadas e os trabalhos do Plenário fecham amanhã.

Em segundo lugar, o que critiquei foi que o Sr. Primeiro-Ministro ligasse a apresentação da moção de censura à apresentação da reforma fiscal do Governo, quando anunciamos, há quatro meses, que apresentaríamos a nossa moção de censura caso a reforma da segurança social seguisse um determinado caminho e, por isso, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Fizemos o nosso trabalho de casa e entregámos o nosso projecto de reforma fiscal e, por isso, peço que respeite o nosso trabalho, mesmo que não concorde com ele.

Em terceiro lugar, falei na correção da fraude e do abuso no rendimento mínimo garantido, não pedi para acabar com ele. Aliás, já disse que sou a favor, desde que seja uma prestação para encorajar o regresso à integração social e não a «subsidiodependência».

Por fim, devo dizer algo relativamente à questão política. Se o Partido Socialista e o Partido Comunista Português se entenderem, pode ter a certeza que é mais fácil o PSD e o CDS-PP entenderem-se.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr Deputado Manuel dos Santos, tem a palavra para contraprotestar, se quiser, dispondo de 2 minutos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Portas que, mais uma vez, não lhe ensinaram bem a lição. O Governo nada tem de apresentar à Assembleia da República.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ai não?!

O Orador — a Assembleia da República aprovou um projecto de resolução requerendo ao Governo que resolvesse um determinado problema, podendo fazê-lo por proposta de lei, e, portanto, nem sequer tem de apresentar nada à Assembleia da República. Mas mesmo que o tenha, será a partir do dia 18 de Agosto e não a partir deste momento.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Há bocado era 5 de Julho...

O Orador — Além do mais, o Sr Deputado Paulo Portas também não sabe que se trata de matéria que tem a ver com a contratação colectiva e que vai ter de ser objecto de envio para as associações patronais e sindicais, havendo uma tramitação que o Sr. Deputado desconhece completamente, utilizando isto como bandeira demagógica e populista, como, aliás, todas as outras coisas.

Quanto ao resto, o senhor aproveitou a minha intervenção para insistir nos seus chavões

Não vou, obviamente, responder-lhe a isso, excepto a um pequeno ponto. reafirmo — e reafirmá-lo-ei tantas vezes quantas VV. Ex.^a o afirmarem — que V. Ex.^a e o seu partido são contra o Rendimento Mínimo Garantido.

Aplausos do PS

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — É a frente de esquerda!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que hoje tem lugar nesta Câmara, pese embora as verdadeiras motivações daqueles que o suscitarão, pode desempenhar também a importante função de esclarecer os portugueses quanto à real vontade e empenho de cada partido político em contribuir para dotar o nosso País de uma melhor lei de bases da segurança social.

Já antes o disse, e volto a repetir, que a aprovação deste diploma constitui um instrumento de importância fundamental no processo contínuo de melhoria sustentada da protecção social em Portugal, dotando o nosso País de uma legislação moderna e adaptada aos desafios que o futuro nos coloca.

O Sr Artur Penedos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Conscientes desta realidade, colocámos, desde início, particular ênfase na procura de um consenso tão alargado quanto possível em torno da nova lei de bases, sublinhando o carácter aberto da proposta de lei apresenta-

da pelo Governo a esta Assembleia, e convidando todos os partidos com assento parlamentar a trabalhar conjuntamente na tarefa de superar as poucas, mas significativas, divergências que, à partida, nos separavam.

Foi precisamente dentro deste espírito que se desenrolaram os trabalhos em sede de discussão na especialidade, tendo sido apresentadas inúmeras, variadas, propostas de articulado, por parte de praticamente todos os partidos. Convém salientar que todas elas foram tomadas em devida conta e submetidas a um exercício de aproximação de posições e pontos de vista que, à partida, pareciam de difícil conciliação. Quero apresentar, pois, a todos os Srs Deputados que trabalharam seriamente para o consenso, e em particular ao Presidente da Comissão, o Deputado Artur Penedos, o meu reconhecimento, o reconhecimento do Governo.

Neste contexto, ao leremos com alguma atenção o texto aprovado em Comissão, e que amanhã será submetido à votação do Plenário, concluímos, ao confrontá-lo com a proposta de lei de bases inicialmente apresentada pelo Governo, que muitas daquelas propostas foram efectivamente acolhidas no texto final.

O Sr. Artur Penedos (PS). — Exactamente!

O Orador. — É um dado objectivo de que não se pretendeu aprovar uma lei contra ninguém mas, sim, com o contributo de todos. Estamos plenamente convencidos de que o ponto de chegada confirma cabalmente os propósitos que assumimos à partida.

Naturalmente, será fácil compreender que as concessões em prol de um consenso agregador são impossíveis e não se justificam, quando as alternativas colocadas padecem de irrerealismo crónico ou de pura demagogia.

Julgávamo ser claro para todos que a aprovação de um diploma desta natureza não poderia ficar prisioneira de posições extremistas com elevada carga ideológica que pusessem em causa os avanços que estamos em condições de concretizar. Lamentamos que alguns tenham simplesmente optado por se remeter a uma estratégia irredutível assente em afirmações de princípio e/ou em meras ambições de maior protagonismo mediático.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Não nos podemos desviar do nosso principal objectivo, que é o de melhorar a protecção social, fazendo-o de forma viável, responsável e sustentada. Este é também um compromisso que assumimos com os portugueses e uma lógica que não queremos e não podemos, de forma alguma, desvirtuar. Deste modo, não podemos encarar com seriedade algumas propostas que — estamos certos — poderão constituir eficazes *slogans* eleitoralistas, mas que não correspondem minimamente a soluções idóneas do ponto de vista das suas implicações financeiras ou mesmo da sua justeza e coerência internas.

O Sr Artur Penedos (PS) — Muito bem!

O Orador: — Estão precisamente nesta linha aquelas propostas que pretendem o recurso, sem quaisquer restrições, a mecanismos que diminuem, no imediato, a receita da segurança social e que, ao mesmo tempo, defendem a aplicação de regras que implicam um

incomportável sobre-esforço orçamental, na ordem das várias centenas de milhões de contos.

O Sr Artur Penedos (PS) — Bem lembrado!

O Orador — A defesa de uma política de redução das receitas da segurança social e o apelo simultâneo a um acréscimo substancial das suas despesas não é uma política de segurança social, é uma política contra a segurança social.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — O CDS-PP, desde o início deste processo, manifestou uma postura que efectivamente não pretendeu contribuir para a construção de uma lei de bases consentânea com as necessidades reais da segurança social. As suas propostas são, ao mesmo tempo, socialmente injustas, tecnicamente mal fundamentadas e financeiramente irresponsáveis.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Essa é boa!

O Orador — De facto, não se qualificar de outra forma uma posição que trata da mesma maneira cidadãos que contribuíram 14 anos para a segurança social e outros que nada contribuíram.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Ou cidadãos que descontaram durante 16 anos e outros que descontaram 40 anos. Aceitar esta posição corresponderia a dar um sinal fatal para a justiça social que tem de ser o pilar básico do sistema.

Aplausos do PS

E não tenhamos dúvidas de que aceitar um aumento das pensões mínimas que se traduz, em três anos, num acréscimo de custos de 450 milhões de contos significaria um golpe muito sério na sustentabilidade da segurança social e, a prazo curto, na sua própria credibilidade.

Não esperem, pois, da nossa parte que abdiquemos, a troco de puras ilusões, dos princípios básicos em que entendemos dever assentar um sistema que se deseja eficiente, equilibrado e, acima de tudo, justo e solidário. A benefício da transparéncia, seria decerto interessante perceber as razões do maior partido da oposição para o facto de — não obstante a aceitação expressa de grande parte dos seus contributos e sugestões, mesmo nas matérias consideradas de maior destaque — optar, agora, por votar contra a lei.

Seria igualmente interessante compreender, por exemplo, o que levará o líder do PSD a escrever, na terça-feira, no *Diário Económico*, um artigo com as suas propostas para a segurança social que são em tudo contraditórias com as posições apresentadas pelo PSD no grupo de trabalho da comissão respectiva.

O Sr Artur Penedos (PS) — Exactamente! Muito bem!

O Orador. — Bastaria ler esse mesmo artigo de opinião do Dr Durão Barroso para pressentir a profunda desorientação do PSD nesta matéria e as surpreendentes reviravoltas que vem dando. De facto, ao elencar uma serie

de alternativas para o sector, o Dr. Durão Barroso não se coíbe de referenciar algumas que entram em contradição com as propostas apresentadas pelo seu grupo parlamentar e apresentando outras que, ou já se encontram em vigor neste momento, ou tiveram acolhimento nesta nova lei de bases. É o caso do chamado plafonamento. Diz o Presidente do PSD, no artigo em causa, o seguinte: «precisamos de um sistema estruturado em três pilares. Primeiro pilar pensão universal, em regime de repartição, assente no valor máximo, definido por um *plafond* num montante a decidir, segundo pilar pensão complementar, em regime de capitalização de base contributiva obrigatória para os salários que excedam o *plafond* fixado, terceiro pilar esquemas complementares privados, etc».

Ora bem, não esqueçamos que o representante do PSD neste debate na generalidade foi de uma enorme clareza na rejeição do chamado plafonamento horizontal que agora o Dr. Durão Barroso defende.

O Sr Artur Penedos (PS) — Bem lembrado!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Não é verdade!

O Orador — Recapitulemos o que disse o Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa «outro problema importantíssimo é o de sabermos se deve existir ou não o chamado plafonamento». Depois, diz «para nós, PSD, afectar ao regime de capitalização contribuições para a segurança social que, até agora, são afectas ao regime de redistribuição, pode criar dois tipos de dificuldades. Por um lado, dificuldades de financiamento do sistema e, por outro, agravar a injustiça social».

E diz, mais à frente, o Deputado Pedro da Vinha Costa — reparem, no debate que os senhores agendaram da lei de bases da segurança social! «diferentemente, a questão da justiça social decorre do facto de, tendo o regime de capitalização uma taxa de rentabilidade superior ao regime de repartição, ser necessário garantir o acesso ao regime de capitalização a todos e não só, como alguns defendem, aos que auferem rendimentos acima de determinado montante».

Vozes do PS: — Ora ai está!

O Orador — Qualquer pessoa percebe que esta é uma posição totalmente contraditória com a posição expressa, no artigo do *Diário Económico*, pelo Sr Presidente do PSD, Dr Durão Barroso.

Como compreender que este partido, que desempenhou funções governativas na área da segurança social durante cerca de 11 anos, venha agora eleger como «cavalo de batalha» uma matéria, o chamado plafonamento, que já nessa altura se encontrava prevista e que optou por nunca concretizar? Também seria interessante e talvez ilustrativo, para compreender tudo isto, ler o Suplemento do *Povo Livre* n.º 1162, de Outubro de 1998, que publica a moção de estratégia para o congresso dos TSD, cujo primeiro subscritor é o Deputado Arménio Santos.

Risos do PSD.

Não se riem, porque estão nessa bancada Deputados que conhecem bem este Suplemento!

E o que é que diz o Deputado Arménio Santos sobre a segurança social? Diz o seguinte: «a preservação...» —

como objectivo para os TSD — «... do carácter público e universal da segurança social com recusa de qualquer tipo de plafonamento, mas incentivando o recurso complementar a fundos públicos e privados de pensões...» — coisa que é óbvia. Ou seja, em tão pouco tempo, o Presidente do PSD conseguiu exprimir publicamente, por escrito, uma posição que é totalmente contraditória com a posição do líder dos TSD, Deputado Arménio Santos, e, por sua vez, essas posições, em conjunto, são contraditórias com a posição expressa pelo Deputado Pedro da Vinha Costa. Assim vai o PSD em matéria de segurança social!

Estas são naturais perplexidades que se nos levantam ao fazermos o necessário balanço deste processo. E os portugueses não deixarão de questionar como é possível que, em tão pouco tempo, os grandes protagonistas do PSD no debate sobre a segurança social digam coisas absolutamente antagónicas e que o Presidente do PSD escreva o oposto do que disse o Deputado que representou o seu partido no próprio debate da generalidade da segurança social.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Estou absolutamente convicto de que o caminho que o Governo decidiu traçar é o mais ajustado e capaz de nos permitir ter esperanças no futuro.

Não adiámos, desde o primeiro momento, uma gestão reformadora do sistema. Procedeu-se ao reforço da protecção social, que se traduziu em várias medidas: na criação de novas prestações sociais (que era uma lacuna do nosso sistema), no desenvolvimento do princípio da diferenciação positiva, no alargamento da cobertura no desemprego, numa diferenciação positiva, na actualização de pensões, que privilegiou sempre as pensões mais baixas, mas valorizando os mais idosos e aqueles com maiores carreiras contributivas.

Por outro lado, conseguiu-se um reforço da sustentabilidade financeira do sistema, traduzido no cumprimento das responsabilidades do Orçamento do Estado com a segurança social, numa política responsável de evolução das despesas, num esforço permanente de combate à fraude e à evasão e num significativo aumento das receitas sem aumento de taxas contributivas.

Acresce ainda salientar a aposta na capitalização dos excedentes gerados pelos regimes contributivos, nunca antes alcançados em semelhante medida. De pouco mais de 50 milhões de contos em 1995 iremos chegar, em finais deste ano, com cerca ou quase 600 milhões de contos.

Ao contrário do que diz o Sr Deputado Paulo Portas, e agora peço também a sua atenção, o chamado plafonamento, segundo o *Livro Branco da Segurança Social*, que gosta tanto de citar mas de cujas conclusões se esqueceu de um pormenor, embora reduza o desequilíbrio, «() não permite...» — estou a falar do plafonamento — «... o equilíbrio financeiro do sistema no longo prazo, antecipando mesmo o início da sua derrapagem. (...)»

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Qual é o saldo?

O Orador — Esta é uma conclusão da chamada maioria da Comissão do *Livro Branco da Segurança Social*, de que o Sr Deputado Paulo Portas tanto gosta de falar.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Então, por que é que defendeu o *plafond*?

O Orador — Ao contrário do que diz o Sr. Deputado Paulo Portas, a nova lei de bases da segurança social admite a aplicação de limites aos valores considerados como base de incidência contributiva. Só que isso só se fará para defender a sustentabilidade do sistema e não para melhorar a sustentabilidade financeira de operadores privados,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E o que é que defendiam há dois anos?!

O Orador: — ... que têm a sua legitimidade mas que, efectivamente, Sr. Deputado Paulo Portas, não mandam neste Governo.

O impulso que a aprovação de uma nova lei de bases da solidariedade e segurança social dará à reforma já em curso deste sector constitui um importante auxílio para a resposta aos legítimos anseios dos cidadãos. Não deixaremos de responder a essas expectativas, procurando fazê-lo de forma justa e solidária, sem introduzir desnecessárias e perigosas fracturas entre gerações. Lamento que, desde o inicio do debate da nova lei de bases, o CDS-PP se tenha automarginalizado,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Isso queria o senhor!

O Orador: — ... lamento que, quase no fim desse mesmo debate, o PSD se tenha automarginalizado, mas, nesta Assembleia, Sr.^o e Srs. Deputados, não há partidos de primeira e partidos de segunda e estou convicto de que a nova lei de bases da segurança social, que espero seja aprovada amanhã, será um marco histórico e muito positivo para o futuro de Portugal e para o futuro dos portugueses.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. Rui Rio (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, começo por dizer o seguinte: V. Ex.^a fez um esforço no sentido de tentar confrontar aqui posições diferentes de diversas pessoas do PSD — e as posições não são assim tão diferentes como parecem,...

Risos do PS.

... aliás, vou provar-lho —, mas, Sr. Ministro, V. Ex.^a deveria ser até a última pessoa a fazer um exercício destes, porque pode confrontar posições de duas pessoas do PSD, mas nós confrontamos as posições do Sr. Ministro Ferro Rodrigues, que, V. Ex.^a, sim, disse duas coisas diferentes num dado espaço de tempo.

Aplausos do CDS-PP.

Quanto à possibilidade que o Ministro Ferro Rodrigues encara de haver quem diga coisas diferentes, nomeadamente de a nossa proposta ser diferente da posição expressa pelo Presidente do PSD num artigo de opinião que escreveu, quero dizer-lhe que aquilo que o Presidente do PSD escreveu foi o que está no nosso programa eleitoral, que é muito claro: «Introduzir um sistema de limitação de contribuições, favorecendo a conjugação com um sistema baseado na capitalização gerido por entidades privadas.»

O Sr. José Junqueiro (PS). — Ninguém percebeu nada!

O Sr. Artur Penedos (PS): — Explique de novo!

O Orador: — Isto é o que consta do nosso programa eleitoral!

Sr. Ministro Ferro Rodrigues, aquela que é a nossa proposta, em sede de comissão, é uma proposta que busca o consenso, é uma proposta bem intencionada, é uma proposta que atenua, um pouco, aquela posição, na tentativa de encontrarmos um consenso.

Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que a proposta que foi lida pelo Presidente do PSD não está lá. O Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a sabe bem que não está! Essa era a proposta que o PS ou o Governo apresentaram como uma solução de consenso, tentando unir o PSD e o PCP. Como isso não foi possível,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Não ficou lá!

O Orador: — ... os senhores regressaram à proposta anterior que, do nosso ponto de vista, é pior. Por isso é que o Sr. Primeiro-Ministro diz que aquela não está lá! Obviamente que não está! Só estaria lá se tivéssemos votado a favor! Isto é mais do que evidente!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Falta de seriedade!

O Orador: — Mas, Sr. Ministro Ferro Rodrigues e Sr. Primeiro-Ministro, é preciso ver uma coisa muito clara: o PCP está certo, o PSD está certo e o Governo também está certo! O Governo apresentou uma proposta e tinha de se definir entre as teses do PCP e do PSD, porque elas não eram conciliáveis. Portanto, ninguém agiu mal! Os senhores agram bem, nós agimos bem e o PCP agiu bem! Agora, politicamente, o Governo tem de assumir que, quando tentou apresentar um consenso, o apresentou direcionado às teses do PCP. Tudo bem! Os senhores têm esse direito! Mas ninguém esteve de má fé! Nem o PCP, nem o PSD, nem o PS, que fez a escolha que entendeu que devia fazer ligou-se ao PCP e não ao PSD! É tão simples quanto isto, Sr. Ministro Ferro Rodrigues.

Aplausos do PSD.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É só inveja!

O Sr. Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rio, começo por homenagear o seu esforço, não apenas hoje mas também em todo o trabalho, pois sei que foi um esforço sério, procurando conseguir um consenso alargado.

O Sr. Artur Penedos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas nunca, como sabe — e sei que o senhor sabe que eu sei —, houve um obstáculo de princípio sobre a questão do PCP.

Por consequência, aquilo que lhe quero dizer é que me limitei a enumerar uma coisa que me pareceu realmente extraordinária: que o Presidente do PSD tenha publicado ontem, num jornal importante para a formação da opinião

pública, um texto que não corresponde ao que o Sr. Deputado Rui Rio relatou mas, sim, à velha teoria, pura e simples, dos três pilares. E a verdade é que nunca foi essa teoria dos três pilares que os senhores defenderam no debate na generalidade e que os senhores apresentaram no vosso projecto de lei de bases da segurança social.

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — Portanto, há um manifesto desconhecimento do Presidente do PSD sobre qual é a própria linha do PSD em matéria de segurança social. Não obstante, vem dar-nos lições sobre alianças à direita ou à esquerda!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Como é evidente, não se trata aqui de má fé de ninguém, todos os partidos têm legitimidade para tomar as atitudes que entenderem e todos têm a possibilidade de ouvir aquilo que não gostam, que é aquilo que muitas vezes acontece.

Aplausos do PS

O Sr Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP). — Sr Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, muito rapidamente, o senhor, agora, adquiriu o estatuto para ser uma espécie de candidato a líder da nova «frente de esquerda» mas, antes, não era assim que o senhor pensava

A pergunta que lhe faço é muito simples. O senhor mantém ou não a seguinte afirmação, que veio publicada, em 1998, no *Diário de Notícias*. «As pessoas ficam avisadas de que quando chegarem a um determinado salário, da ordem dos 300 contos, não contribuirão acima desse valor mas também não receberão pensões superiores»? Mantém ou não esta afirmação, Sr. Ministro?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sim ou não!

O Sr Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, sobre essa questão, já tive ocasião, noutras debates nesta Assembleia, de ter considerado que eu próprio estive iludido, durante muito tempo, sobre a capacidade que o plafonamento teria para resolver os problemas de sustentabilidade financeira da segurança social.

Vozes do CDS-PP. — Ah!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para si são ilusões, os outros são demagogos!

O Orador — Acontece, Sr. Deputado! Acontece! É a forma de eu estar na política, Sr. Deputado, dizendo aquilo que penso e aquilo que sinto.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então, não chame demagogos aos outros!

O Orador — Não, não! Mas eu estou a fazer o contrário da demagogia estou a dizer que estive convencido, mas que me mostraram, facilmente, com vários estudos, que o plafonamento, além de não resolver qualquer problema de médio prazo, iria agravar imediatamente todos os problemas que temos. E o Sr. Deputado sabe muito bem que temos problemas de receitas não apenas com a segurança social mas com todo o sector público administrativo.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — O Deputado Artur Penedos conseguiu convencer o Ministro! Parabéns!

O Orador: — O Sr. Deputado Paulo Portas olha muito para a bancada da imprensa mas, de vez em quando, deve olhar também para o Orador, para ver se consigo olhá-lo nos olhos, quando estou a responder.

Aplausos do PS

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP). — Deixe-se de «folclore», Sr. Ministro!

O Orador — Portanto, aquilo que consta da lei de bases é correcto, porque, como já disse o Sr. Primeiro-Ministro, corresponde, no essencial, à proposta do Governo. E a proposta do Governo, nesse aspecto, é idêntica àquela que foi apresentada já na legislatura anterior.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Não, não é!

O Orador — .. — aliás, Sr. Deputado, na legislatura anterior, não o vi ter essa enorme demarcação em relação à proposta do Governo — e as alterações que foram introduzidas, em termos de metodologia e em termos de colocar a questão da sustentabilidade futura do sistema, são correctas e defendem os interesses não apenas da segurança social em si, que é uma entidade que pode ser um pouco abstracta, mas também os interesses concretos daqueles que estão hoje reformados, daqueles que estão hoje a trabalhar e que também deverão ter direito às suas reformas daqui a 15, 20 ou 30 anos

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há pequenos debates e debates maiores neste contexto. O Deputado Octávio Teixeira, com a elegância que o caracteriza, preferiu fazer um pequeno debate, dirigindo ao Bloco de Esquerda algumas observações que quero rapidamente comentar.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira veio citar-nos a autoridade do candidato presidencial do Bloco de Esquerda que hoje, num artigo publicado num jornal, criticou a ilusão de que há uma grande reforma fiscal em curso e, em consequência, a demagogia que leva a direita a dizer que há uma viragem à esquerda do Governo. Fez bem! O Bloco de Esquerda não se engana com nenhuma publicidade, muito menos com a que é veiculada pela direita da direita desta Assembleia!

Mas não estamos aqui a decidir a nossa apreciação sobre se o Governo virou à esquerda, porque, se estivéssemos, a resposta seria «não!»

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP). — Só o Ministro Ferro Rodrigues é que virou à esquerda!

O Orador: — Por isso nos opusemos ao Programa do Governo, votando contra ele, e por isso, se hoje tivéssemos de avaliar o Programa do Governo, voltariamos a votar contra ele, e se tivéssemos de avaliar o percurso do Governo desde então até agora, voltariamos a votar contra esses princípios políticos e programáticos.

O problema não é saber se o Governo virou à esquerda, o problema é saber que a direita está onde sempre esteve. E a intervenção do Partido Popular, a motivar a sua moção de censura, só merece, da parte da esquerda desta Assembleia, uma oposição clara quanto às suas motivações, às suas implicações e às suas opções políticas, que é o que está realmente em causa na nossa apreciação.

Por isso, o PCP diz, no discurso do Sr. Deputado Octávio Teixeira, e tem inteira razão, que esta posição nunca poderia ter o voto favorável do PCP. Pois claro! Tem o claro voto contra! Esperemos que sim! Mas, então, a moção não merece voto nenhum?! Como, naturalmente, o partido não sai da Sala no momento da votação e tem de votar de alguma forma, conclui: «(...) por isso nos abstemos. (...)» Abstemo-nos com o nosso claro voto contra!

Cada um considera como entender considerar esta posição, mas o Sr Presidente fica com uma situação muito difícil de ter de apelar ao voto, quando proceder às votações, para saber quem é contra, quem é a favor tendo dúvidas, quem é abstenção sendo contra, e quem é contra sendo abstenção, o que se torna relativamente complicado.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Nós somos contra!

O Orador — É que há aqui três votações a votação a favor de quem concorda com a motivação da direita, a votação contra de quem dela discorda e quem a ela quer fazer oposição e a votação de abstenção.

Naturalmente, o grande problema que está aqui em causa é a opção sobre o sistema de segurança social. E sucessivas intervenções tocaram na questão decisiva. A questão decisiva não é a de saber se o tecto contributivo está em 300 contos ou noutra plataforma qualquer, a questão decisiva é a de saber como se exerce o financiamento público, garantindo a exequibilidade do sistema, a questão decisiva é a de saber da continuidade do sistema de segurança social, mantendo o princípio fundamental da solidariedade intergeracional. E não é indiferente a este debate que um ex-Secretário de Estado — e foi um Secretário de Estado do Governo anterior do Engº Guterres! — tenha sistematicamente feito intervenções para lançar achas na fogueira a favor de um acordo com a direita justamente sobre esta questão.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — É demagogo e populista!

O Orador: — Não há solidariedade no meu contributo para a segurança social até aos 300 contos — e, a partir daí, penso em mim —, o que há é um princípio genérico de solidariedade e sobre ele estamos a fazer escolhas. E, por isso, a esquerda está contra a direita!

Para retomar o argumento do Partido Popular, o problema da «família do Dr. Oliveira», além dos muitos problemas e das dificuldades dos impostos, da falta de

clareza, da falta de justiça, da falta de equidade, talvez seja outro: é que há muitos «Drs. Oliveiras» que têm um *Jaguar* e declararam o salário mínimo nacional!

Aplausos do BE e do PS.

Há muitos «Drs. Oliveiras» que utilizam as taxas liberatórias! Há muitos «Drs. Oliveiras» que utilizam a Madeira para fazer a lavagem do dinheiro que não pagou o IRS a qualquer pretexto ou despretexo! E talvez o problema até seja o «Dr Oliveira», que também é presidente de um conselho de administração de uma empresa seguradora, porque quer que um fundo de pensões, alimentado pela massa enorme que deve garantir a pensão de reforma, seja utilizado na especulação internacional.

Srs. Deputados do Partido Popular, melhor fariam se tivessem ouvido um ex-Vice-Presidente do Banco Mundial que esteve esta semana em Lisboa, Joseph Stiglitz, a criticar as grandes opções para a destruição dos sistemas de segurança social que, utilizando a privatização, parcial que ela seja, a partir dos tais 300 contos, lançam massas enormes nesta especulação internacional, fazendo com que o dinheiro do desconto dos trabalhadores provoque desemprego noutros países. Aí estão a desgraça e a omisão mundiais!

Srs. Deputados, a solidariedade é a opção que temos, e nisso há diferença entre a esquerda e a direita!

Aplausos do BE e do PS.

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, inscreveu-se o Sr. Deputado Octávio Teixeira. No entanto, o Sr. Deputado Francisco Louçã já esgotou o tempo de que dispunha!

O Sr. Deputado Octávio Teixeira divide irmamente o seu tempo com o Sr. Deputado Francisco Louçã?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, irmamente também não! É um exagero!

Risos

Para já, cedo ao Sr. Deputado Francisco Louçã 48 segundos!

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr Presidente, peço esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Louçã para me referir às primeiras palavras que ele dirigiu à nossa bancada sobre o que eu disse há pouco.

Sr. Deputado Francisco Louçã, vamos ser claros V. Ex.^a não leu tudo!

Penso que se colocam diversas questões nesta moção de censura. Há a parte que é a «guerrilha» da direita, e eu disse que, nessa, não nos imiscuímos. Mas há, depois, outra parte...

Em relação à fundamentação da Lei de Bases da Segurança Social, somos claramente contra, mas não podemos esquecer aquilo que preocupou tanto um Deputado do Partido Socialista que o obrigou a escrever, hoje, um artigo para um jornal diário. Refiro-me à campanha que tem sido aproveitada pelo Governo, mas que tem sido desencadeada pelos proponentes da moção, dizendo que isto significa uma viragem à esquerda do Governo

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — E não é?!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Ainda tem dúvidas?!

O Orador — Não podemos meter a cabeça na areia! Se V. Ex.^a diz que, perante tudo isto, vota contra a moção de censura, pode ser acusado de não estar apenas contra a parte relativa à segurança social, mas de também estar contra a tese que é defendida pelo CDS-PP e pelo PSD — e também pelo Governo! —, que defendem que isto significa uma viragem à esquerda

V. Ex.^a estará de acordo com isto?! Ficará consigo! Eu estou contra, por isso não voto esta parte! E, nesse sentido, passo à abstenção!

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho) — É um bocado confuso!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr Deputado Octávio Teixeira, serei também muito breve

Começando por lhe agradecer a questão, dir-lhe-ei que creio que o Parlamento e o País conhecem as opções que temos a este respeito. O Bloco de Esquerda votará contra esta moção de censura, o Partido Comunista, pelas razões que explicitou, abster-se-á.

Nada nos influencia o artigo de um Deputado do Partido Socialista a este respeito. Se assim fosse, teríamos de tomar muitas posições em cada dia, porque há muitos Deputados socialistas que escrevem argumentos diferentes e, não poucas vezes, muito contraditórios.

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — São contradições secundárias!

O Orador — Não é essa a «música» pela qual «dançamos»! Escolhemos uma opção clara como disse, somos claramente contra! Esta é uma moção das seguradoras, é uma moção contra os reformados! Isto está escrito no seu discurso, Sr Deputado Octávio Teixeira, e dou-lhe inteira razão!

Ela pretende «branquear» a política de direita do Governo?! Não temos de a «branquear»! Por isso, intervenções aqui feitas valem pelo seu conteúdo e pela sua coerência. E, nessa base, parece-nos só termos uma opção votar contra, e não termos uma política de hesitação

Aplausos do BE.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia

A Sr^a Heloísa Apolónia (Os Verdes). — Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo, sobre a moção de censura ao Governo apresentada pelo Partido Popular, Os Verdes têm a dizer o seguinte: a reforma da segurança social foi o principal motor para que o PP apresentasse esta moção de censura. Não concordando Os Verdes com a privatização da segurança social que o PP pretende, entendendo nós que é fundamental garantir o regime público da segurança social, garantindo o futuro dos jovens de hoje e não lesando trabalhadores e reformados, como aceitar o principal argumento da moção de censura?

E como não estranhar o facto de ser o PP a apresentar esta moção de censura, quando foi tantas vezes o responsável, nesta e na anterior Legislatura, pela aprovação dos Orçamentos do Estado apresentados pelo Governo do PS? Por isso, esta iniciativa do PP será mais uma moção de arrependimento do que uma moção de censura!

Parece-nos claro também que, com esta moção, o PP quer estabelecer um jogo de forças sobre quem é que, na verdade, lidera a direita em Portugal. Os Verdes consideram que esse problema da liderança da direita não é problema nosso, não é problema dos portugueses, nem, tão-pouco, é problema da esquerda em Portugal.

Sr Presidente e Srs Deputados: Atendendo aos objectivos que estão na base da moção de censura, as razões que apresentei são bastantes para Os Verdes não aceitarem esta moção de censura do PP.

Não significa isto que a acção e a política prosseguidas pelo PS estejam isentas de críticas em muitos domínios: a submissão incondicional a este modelo de construção europeia que nos submete a regras indesejáveis, o tão afamado diálogo que deu lugar a muitas posturas arrogantes, conhecidas no passado, as muitas leis aprovadas nesta Casa que continuam a aguardar regulamentação e cumprimento, o facto de a sociedade civil ter deixado de merecer auscultação do Governo quando, por exemplo, este propõe uma reforma curricular e não ouve os estudantes, ou quando se dirigem comentários insultuosos às populações que se manifestam contra decisões tomadas, como fez o Sr. Ministro Sócrates a propósito das lutas contra a co-incineração. Também a omissão do Governo relativamente a soluções importantes para garantir e promover a qualidade de vida tem sido frequente.

Muitos têm sido os exemplos que Os Verdes têm trazido a esta Casa relativamente a esta forma de governação e muitos têm sido os alertas e as críticas à acção do Governo, sendo certo que não prescindimos do dever que temos, como grupo parlamentar, de fiscalização da acção do Governo, nem tão-pouco prescindimos do direito de apresentação de propostas, como temos feito, para garantir melhor bem-estar e mais qualidade de vida para as pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs Deputados: Existe hoje um sentimento de descontentamento mais generalizado. O Governo deve saber interpretar esse mal-estar e deve perceber que esse estado não será ultrapassado com as velhas soluções e receitas da direita, mas, sim, com a capacidade de ouvir e de acolher as reservas, as críticas e as propostas da esquerda.

Sr Presidente e Srs Deputados, não nos «colamos» à manobra de «politicique» do PP, nem nos «colamos» aos erros que o PS tem cometido. Portanto, perante tudo o que ficou dito sobre a base e o sentido da moção de censura e o que ficou dito sobre a acção do Governo, fica claro que o sentido de voto de Os Verdes será o da abstenção.

Vozes do PS — Oh!

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro e o Governo vieram aqui hoje fazer o discurso da estabilidade. Queria falar-vos agora um pouco da instabilidade que os nossos compatriotas vivem todos os dias nas ruas deste País.

O Sr Francisco de Assis (PS) — Não seja demagogo!

O Orador: — Para o CDS-Partido Popular, uma sociedade em que a segurança de pessoas e bens esteja seriamente ameaçada não é uma sociedade livre. Para nós, sem segurança não há liberdade e um cidadão que vive o medo diário da violência e o medo diário dos assaltos não pode plenamente viver a liberdade a que tem direito numa sociedade democrática e num Estado de direito.

Nos últimos nove meses, baseados em indicadores claros, nas estatísticas e em relatos que recolhemos, denunciámos incansavelmente o aumento da criminalidade e o clima de progressiva insegurança que se vive na sociedade portuguesa.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O Governo devia ter sido o primeiro a prevenir e a agir, mas, bem pelo contrário, foi sempre o último a perceber. E foi o último a perceber, porque, pura e simplesmente, não quis admitir a realidade. Perante as estatísticas e os números dos relatórios de segurança de 1999 — que revelam aumentos de 31% no roubo por esticão, de 39% nos assaltos na via pública ou de 53% nos roubos em postos de combustível —, o Governo só tinha uma atitude possível: a de, com humildade democrática, pedir desculpa, não a nós, CDS-PP, que passamos bem sem isso, mas aos milhares de portugueses que todos os dias sofrem a insegurança e a criminalidade nas ruas.

Aplausos do CDS-PP

Inquéritos de opinião levados a cabo por entidades insuspeitas, como é o caso da Universidade Católica, demonstram que 80% dos cidadãos nos grandes centros urbanos, em Lisboa e no Porto, se sentem inseguros e têm medo, mas é medo do crime e não medo da polícia.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — O Governo, e uma certa esquerda, em matéria de política de segurança, preferem ignorar esta realidade. Diria mesmo que a esquerda se arrepia, fica com uma espécie de «pele de galinha» sempre que se fala em mais segurança e em mais autoridade do Estado. Mas os cidadãos, esses, têm razão para ficar com os cabelos em pé quando o Governo erra sistematicamente no adversário, que, na política de segurança, são os ladrões e os criminosos e não os polícias e as polícias.

Aplausos do CDS-PP

O Governo cometeu inúmeros erros nesta área. E já nem volto a falar de Barrancos, da discoteca Luanda ou das declarações do Sr Ministro a propósito dos peixeiros de Matosinhos, porque não vale a pena falar em casos concretos para denunciar os grandes erros.

O Governo cometeu um grande erro quando transformou o debate da política de segurança numa discussão e num debate sobre as polícias, chegando ao limite de, na altura em que tinha o «PREC» instalado nas forças de segurança, querer negociar com as associações profissionais a política de segurança para o País.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — O Governo cometeu um segundo erro quando, tendo prometido às forças de segurança a melhoria do seu estatuto, designadamente os já tristemente célebres subsídios de turno e de piquete, não os paga, deixando-os ficar nas intenções, tal como deixa ficar nas intenções o subsídio de risco, que existe na lei, mas que nunca chegou aos bolsos dos agentes policiais.

Terceiro erro o pior que se pode fazer em matéria de política de segurança é diminuir o comando ou desautorizar a organização hierárquica, e é isso que tem acontecido. A ausência dessa cadeia hierárquica e a sua desautorização progressiva conduzem, forçosamente, a uma anarquia instalada. E o prejuízo é, mais uma vez, da eficácia da sua actuação e as vítimas são, mais uma vez, os cidadãos, que têm direito a uma melhor protecção. Nessa matéria, diga-se que o actual Governo será reaccionário. No entanto, porque talvez esta expressão tenha uma conotação ideológica, será preferível dizer que o Governo é reactivo, já que foram necessários 160 assaltos a postos de combustível em pouco mais de dois meses para que o Governo fosse reactivo e reagisse.

Aplausos do CDS-PP

Foi necessário que, por duas vezes numa semana, *gangs* assaltassem os comboios da linha de Cascais e um hipermercado em Lisboa para que o Governo — reactivo — percebesse que há um problema sério de delinquência juvenil e que os 60 agentes da PSP responsáveis pela vigilância dos comboios são claramente insuficientes! Há largos meses que vinhamos alertando para a existência de novas formas de criminalidade e para a necessidade de encontrar resposta para um tipo de criminalidade em que cada vez mais crimes são cometidos por criminosos cada vez mais novos.

Mas que fique claro não somos, ao contrário do que dizem alguns Srs Deputados da maioria, meramente críticos. Temos um outro modelo, temos políticas e temos propostas, e é precisamente porque temos políticas e propostas que as tais sondagens nos dão cada vez mais confiança, sendo directa a transferência das intenções de voto do Partido Socialista para o CDS-Partido Popular!

Aplausos do CDS-PP

Temos uma nova política de segurança, e essa política passa, forçosamente, pelo reforço dos efectivos e dos meios. É necessário ter mais polícias nas ruas, o que significa menos polícia a perder o seu tempo em tarefas burocráticas e de secretaria. Chamo a atenção para o facto de, só em 1999, a GNR e a PSP, em conjunto, terem feito cerca de 900 000 notificações judiciais. É preciso também, e por outro lado, dar aos polícias que estão na rua mais meios e mais condições para o desempenho das suas funções.

Uma nova política de segurança passa também por uma melhor coordenação institucional a nível central, mas também a nível distrital e no terreno, na actuação das várias forças policiais. Caso contrário, o que vai acontecer é que esta lógica fará com que as polícias, em vez de cooperarem, choquem entre si. As polícias passam a concorrer entre si, em vez de, conjugadamente, colaborarem no combate ao crime.

Aplausos do CDS-PP

É também necessário apoiar e prestar, inquestionavelmente, as forças de segurança e os seus agentes. É necessário que eles sintam que têm o respeito, o apreço e o apoio do poder político. Mas também, ao mesmo tempo que se apoiam as polícias e os agentes, é necessário fazer sentir que há critérios de mérito, que há critérios de exigência e que há critérios de valor. É por isso que defendemos um sistema de avaliação regular nas forças de segurança e a introdução entre nós das folhas de serviço e do historial profissional. Esta é a forma de valorizar e de dignificar a polícia, responsabilizando, ao mesmo tempo, os seus agentes.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — A partir daí, quem fizer melhor trabalho, quem for mais empenhado, quem trabalhar mais, terá mais reconhecimento, seja na carreira, seja no salário, seja em condecorações!

Aplausos do CDS-PP.

É ainda indispensável defender, sem reservas, a hierarquia policial. Como dissemos, o papel da política e do Governo deve ser o da concepção de opções globais. O resto deve competir aos comandos policiais e devem ser eles a decidir.

É necessário que haja um efectivo conceito de proximidade. O modelo das super-esquadras terá falhado, mas este patrulhamento de passagem é insuficiente e está a falhar todos os dias.

Por último, é necessária uma política dirigida aos principais crimes. Uma boa política de segurança é aquela que previne e dirige os meios para os principais fenómenos de insegurança. Se há crimes que estão a aumentar, é aí que têm de estar concentrados o esforço e os meios policiais.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem! Olhem para Espanha!

O Orador — Tal como é indispensável mais cruzamento de informação.

O que é que propomos? Melhor coordenação das forças policiais, reforço dos efectivos, concentração nos principais crimes, efectiva polícia de proximidade, prestígio e valorização dos corpos policiais, critérios de avaliação e de mérito, cruzamento de informações e respeito e valorização das hierarquias. Estes são os pressupostos de uma nova política de segurança, se é que existe política de segurança! E não é preciso atravessar o Atlântico para perceber que, tal como aqui ao lado, na vizinha Espanha, é este tipo de soluções que tem estado a dar resultado e a fazer baixar a criminalidade.

Aplausos do CDS-PP

Terminei dizendo que, de outra forma, o Governo pode vir aqui fazer o discurso da estabilidade, o Governo estará estável e tranquilo, o Sr Ministro da Administração Interna estará tranquilo e até instalado, mas os portugueses, esses, estão instáveis, estão intranquilos e têm razão para isso! É tempo de mudar! Se não for de política, que seja de Ministro ou mesmo de Governo!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna.

O Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna (Fernando Gomes) — Sr Presidente, Srs Deputados. Temos ouvido ultimamente o CDS-PP, pela voz do seu líder ou pela voz do Sr Deputado Telmo Correia, dirigir invectivas contra a política de segurança interna no nosso país. Podia desmentir muitas das coisas que hoje aqui foram ditas, nomeadamente afirmando que os quadros das forças da PSP e da GNR, pela primeira vez, vão ficar preenchidos este ano, em Julho, com cerca de 2000 novos agentes e guardas. Podia dizer-lhe, por exemplo, que diminuiu a criminalidade global dos jovens, ao contrário do que disse aqui o Sr Deputado Telmo Correia, podia dizer-lhe que diminuíram os homicídios em Portugal e todo um conjunto de outras coisas que desmentiriam muitas das coisas que aqui foram ditas.

Numa questão, pelo menos, estamos de acordo. Os problemas da segurança interna não podem deixar de nos preocupar e não podemos deixar de fazer o melhor possível para os resolver.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Podia dizer-lhes muitas destas coisas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então diga, Sr Ministro!

O Orador — mas preferia enveredar por outro caminho para vos responder.

Em 1979, o prestigadíssimo Centre National de Recherches, um instituto francês que se dedica à investigação, resolveu lançar uma grande investigação sobre as questões da segurança urbana e dos comportamentos sociais e publicou, em 1983, este trabalho, que foi dirigido por uma equipa de investigadores e que tem várias conclusões. Eu permito-me aqui ler três das várias conclusões que esse estudo tem:

Primeira conclusão: «A matéria de segurança interna, pela sua natureza, terá de abordar-se com uma postura de grande responsabilidade, o que implica o não envolvimento de quem a discute num mero debate estatístico ou contabilístico usado como arma de arremesso político».

Segunda conclusão: «Um discurso alarmista e irresponsável da insegurança contribui para aumentar o sentimento de insegurança dos cidadãos».

Terceira conclusão: «Quando uma instância política não tem outro objectivo se não chegar ao poder, quando não tem projecto para a sociedade, serve-se do discurso da insegurança» (1983, *Imaginaire de l'Insegurité*).

Sem acrimónia e com simpatia, aconselho-lhes esta leitura de férias.

Aplausos do PS

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Para pedir esclarecimentos, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Sr Deputado, lamento não poder dar-lhe a palavra, mas não dispõe de tempo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs Deputados. O Partido Social Democrata disponibilizou-se para compartilhar este esforço conjunto de construir uma nova lei de bases da segurança social. Trata-se de uma vontade que nos entusiasma a todos, atendendo à consideração e à importância que tem um sistema de segurança social.

O Partido Social Democrata percebia perfeitamente que, dadas as novas circunstâncias demográficas, económicas e sociais que travejam toda a sociedade portuguesa e europeia, este novo desafio tem de ser respondido também com uma nova lei de bases que seja verdadeiramente a pedra angular do sistema de segurança social. Assumimos, por isso, neste contexto, as nossas responsabilidades e, por isso também, vimos consagrada uma proposta do PSD, que é a que refere que, até 2003, as pensões mínimas serão, pelo menos, de 40 000\$. Naturalmente que, noutras aspectos, não foi possível vermos as nossas ideias e os nossos propósitos consagrados.

Vimos, aliás, um Partido Socialista que se resignou face a propostas essenciais do Partido Comunista e que acabou por incorporar uma daquelas que é, sem dúvida alguma, o elemento básico e estruturante para o futuro do sistema de segurança social, tal como nós o vemos, que é a questão do plafonamento e da possível capitalização, vimos que o Partido Socialista se resignou e se entregou nas mãos do Partido Comunista, anunciando, porventura, um novo tempo e uma nova realidade político-partidária na sociedade portuguesa.

Para terminar, Sr Presidente, lamentavelmente temos pena que o Partido Socialista não tenha querido construir um processo conducente a uma nova lei de bases da segurança social, articulando-se ao centro do espectro político português, e tenha construído, assim, uma lógica de radicalização das políticas na segurança social.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Artur Penedos.

O Sr Artur Penedos (PS) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs. Deputados. É com profunda tristeza que me vejo forçado a fazer esta intervenção, porque não houve, no seio do PSD, a solidariedade de que era devida ao Sr. Deputado que agora teve de fazer uma intervenção.

Vozes do PS: — Também é verdade!

O Orador. — . que teve, na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no grupo de trabalho a que eu presidi, um comportamento exemplar na defesa dos princípios e das posições do PSD. Daí que seja absolutamente indispensável que sejamos capazes de prestar essa honra a este Deputado,...

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — ... que o seu próprio partido «lançou para as feras» no momento em que o mandou fazer uma intervenção.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Quando a esmola é muita o pobre desconfia!...

O Orador — E isto por uma razão muito simples, Sr Deputado: é que no grupo de trabalho, em que interviveram o PSD, o PCP e o PS, o PSD votou contra um artigo e meio, votou a favor de 108 artigos.

O Sr Guilherme Silva (PSD). — Isso não se mede a metro, Sr Deputado!

O Orador — Só na Madeira é que se mede a metro, Sr Deputado! Certamente, na Madeira mede-se a metro!

O Sr Guilherme Silva (PSD). — O que vale é o conteúdo!

O Orador: — Mas já lhe vou dar o conteúdo!

Como eu estava a dizer, o PSD votou contra um artigo e meio, votou a favor de 108 artigos e absteve-se em nove artigos.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Isso é a solução de alfaiate!

O Orador — O senhor é que me saiu cá um alfaiate, que não lhe digo nada!

O PSD apresentou apenas e só quatro propostas de alteração ao texto da proposta de lei e, dessas quatro propostas, três foram consagradas, porquanto fomos capazes de encontrar o consenso necessário para que o PS, o PCP e o próprio PP encontrassem as melhores soluções em relação a esta matéria. O PSD apenas e só não conseguiu fazer vingar a tese do plafonamento vertical. Provavelmente este é um palavrão que o seu líder não conhece, mas o plafonamento que era defendido pelo PSD era um plafonamento vertical, porquanto visava criar condições para que todos os cidadãos dentro do sistema pudessem fazer, eles próprios, a opção de levarem uma parcela das suas contribuições para um outro saco, que não o da segurança social pública.

Aquilo que o Sr Deputado Durão Barroso defende no seu artigo, como já aqui foi dito pelo Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, tem a ver com o plafonamento horizontal, onde aquilo que se diz claramente é que, acima de um determinado valor, não há descontos, não há contribuições.

Portanto, a única coisa que não foi consagrada nos termos solicitados pelo PSD foi exactamente este artigo. Mas podemos dizer que há dezenas e dezenas de outros artigos que o PSD continha no seu projecto, designadamente ao nível dos princípios, que foram consagrados também nesta proposta de lei. Aliás, o texto final, que amanhã teremos oportunidade de aqui votar, reflecte cerca de 70% a 80% do conjunto de posições de cada um dos partidos que foi possível verter para este texto.

Aquilo que o Governo pretendeu como pacto de regime, que não foi possível, porque só o PCP se disponibilizou para aceder a esse pacto, vai transformar-se amanhã, quer queiram quer não, em realidade, porquanto neste mesmo texto, que amanhã aqui será votado em votação final global, aquilo que poderemos encontrar serão dezenas e dezenas de artigos de todos vós.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Artur Penedos, gostaria de lhe colocar duas ou três questões, muito rapidamente, porque o tempo esgota-se.

Primeira questão na segunda-feira, à noite, quando iniciámos uma votação sobre o documento apurado, essa votação era ou não meramente indicativa?

Segunda questão, dirigi-me ou não a V. Ex.^a dizendo que não estava em condições de proceder, naquela noite, àquela votação, mesmo indicativa, tendo pedido para levar o documento para, depois, encontrarmos a formulação final para a votação? Esta questão é muito importante, porque não pode chegar-se aqui e transformar aquilo que era um conceito de uma votação meramente indicativa numa consagração de votação final! Neste sofisma não podemos cair, Sr. Deputado!

Terceira questão, ou seja, o facto de votarmos contra um artigo e meio a questão deve ser colocada em termos qualitativos ou em termos quantitativos? É que, na nossa perspectiva, o que conta é a essência dos artigos, o que conta é o conteúdo dos artigos, o que conta é a densidade estruturante que cada artigo traz em si e não a questão da quantidade!

A quarta pergunta, Sr. Deputado, tem a ver com o seguinte concordo com V. Ex.^a quando diz que algumas das propostas defendidas pelo PSD estão também consagradas na versão final Daí perguntar-lhe se é ou não verdade que, por exemplo, os 40 000\$ de pensão mínima, até 2003, resultaram de uma proposta do PSD.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Penedos.

O Sr. Artur Penedos (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Adão Silva, à sua pergunta terei naturalmente de responder com outra pergunta, o senhor votou em nome do PSD ou não? Como sabe, o senhor votou Com sentido meramente indicativo, ou não, foi feita a votação naquela noite. E o Sr. Deputado Durão Barroso, no dia em que, nesta Assembleia, decidiu dizer que, em função de uma proposta que tinha sido apresentada no grupo de trabalho, se afastava do processo — disse-o V. Ex.^a na passada sexta-feira —, cometeu mais um erro político, uma vez que essa mesma proposta tinha sido formulada na noite anterior e tinha sido solicitado a todos os grupos parlamentares que analisassem a mesma, se revissem ou não nela e apresentassem ou não propostas de alteração à mesma. Nada foi feito! V. Ex.^a chegou aqui e disse: não aceito nada disto!

Ora, a partir do momento em que V. Ex.^a toma uma atitude destas, aquilo que faz é deixar sem rosto o que foi o rosto do seu partido na Comissão

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra, em representação do Governo, o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo, no final deste debate, quase que acaba por dizer «bem-vinda tenha sido esta moção de censura!»

Aplausos do PS.

Em especial em relação ao CDS-PP, que, aliás, começou por ter hoje uma grande dificuldade em explicar por que é que tinha apresentado a moção de censura

Mas é fácil compreender por que é que o CDS-PP tem uma grande dificuldade em explicar esta moção de censura. O CDS-PP optou por apresentar a moção de censura pelo deslumbramento contra a maturidade. Deslumbramento com as sondagens do líder contra a maturidade requerida por um calendário político necessariamente longo.

O CDS-PP optou pela politiquice contra o sentido de Estado,..

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Oh, Dr. Jaime Gama!

O Orador — ... isto é, optou pelos efeitos fáceis, pelos efeitos de curto prazo, não apenas no Governo mas também numa outra bancada parlamentar Portanto, centrou-se muito no curto prazo e não no sentido de Estado, que exige uma dimensão mais dilatada da percepção dos fenómenos políticos

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Era o sentido de Estado que vocês não tinham quando apresentaram a moção de censura!

O Orador: — Optou até, no caso do seu líder, pela incoerência contra a previsibilidade, visto que o seu líder veio aqui, a propósito da justificação da moção de censura,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Citá-lo a si!

O Orador. — .. dizer precisamente o contrário daquilo que tem dito ao longo de outros debates, como o do Programa do Governo e o do Orçamento do Estado, e que talvez, um dia, ainda tenha de voltar a dizer

Risos do PS

O CDS-PP optou também por aquilo que é claramente o populismo, em detrimento de uma verdadeira agenda social

Vozes do CDS-PP — Ah, sim?!

O Orador. — Uma agenda social é aquela que consegue, em quatro anos, aumentar as pensões sociais em 34%, as pensões dos trabalhadores rurais em mais de 20%, a pensão mínima do regime geral em mais de 30%, e, desde Dezembro do ano passado, fazer dois aumentos aos trabalhadores rurais de mais de 30%

O Sr. Cruz Silva (PSD) — Que maravilha!

O Orador. — Isso é que é uma agenda social! Na nuvem de palavreado do Sr. Deputado Paulo Portas,

Risos do CDS-PP.

.. é preciso que fique claro aquilo que é o verdadeiro conteúdo social das suas propostas, a sua agenda social. E a moção de censura teve o mérito de pôr a claro a verdadeira agenda social do CDS-PP.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador: — É que ficou claro que o objectivo do Sr. Deputado Paulo Portas não é outro senão o de perturbar a capitalização razoável do sistema de segurança social, na sua programação a prazo,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — O meu objectivo é o que vocês defendiam há dois anos!

O Orador: — .. para, naturalmente, gerar uma situação de reformas a descoberto para as gerações vindouras.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — Isto é, o Sr Deputado Paulo Portas defende, hoje, aumentos máximos das pensões, para que, amanhã, nem se possam fazer aumentos mínimos

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Defendo o que vocês defendiam!

O Orador: — Essa é, precisamente, a política que distingue o populismo, que é a demagogia por excelência em torno dos problemas sociais, de uma verdadeira agenda social responsável, como é aquela em que está empenhado o Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Com pensões de 25 000\$!

O Orador: — O Sr Deputado Paulo Portas também escolheu o pior momento, porque, quando víhamos discutir o estado da Nação e o Governo arrancava com outra reforma estruturante, a reforma fiscal, o Sr. Deputado Paulo Portas, por razões de mero jogo político, veio criar o factor da moção de censura, como se uma queda do Governo, neste momento, para satisfazer o seu capricho de haver governos a mudar de nove em nove meses e não governos de legislatura....

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Estão lá há cinco anos!

O Orador: — .. viesse contribuir em alguma coisa para resolver os problemas da segurança social, que o Sr. Deputado tanto diz defender, e também para viabilizar uma reforma fiscal, na qual ainda não desistimos de ver também o seu partido empenhado, em nome, igualmente, de uma agenda social.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Não ouviu!

O Orador — Pois bem, a moção de censura, Sr. Deputado Paulo Portas, é para si também uma lição, a lição de, com ela, ter sido permitido testar a verdadeira natureza do pensamento social do seu partido e de V. Ex^a.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — É que V. Ex^a pretendeu encobrir com uma grande frase, a de que o PS e o Governo estavam a virar à esquerda...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não é evidente?!

O Orador: — .. a realidade daquilo a que, na verdade, se estava a opor e, sobretudo, a realidade daquilo com que pretendia vir a desfigurar um sistema de segurança social sustentável. Portanto, a moção de censura foi também um excelente exercício para objectivar mais o conteúdo da sua política populista — esse foi um exercício importante, aqui feito pelo Parlamento.

Esperávamos outra maturidade da parte do principal partido da oposição,..

O Sr Cruz Silva (PSD): — Maturidade?!

O Orador: — .. mas isso foi impossível, em relação à iniciativa política da moção de censura e também em relação ao conteúdo explícito de uma política de segurança social, como, aliás, se viu na fase final do debate da moção de censura. É que o PSD revelou um desnorte absoluto,..

Protestos do PSD.

quer na forma como geriu a apresentação da moção de censura apresentada pelo CDS-PP, quer também na forma como explicitou as suas posições no debate sobre a reforma da Lei de Bases da Segurança Social.

Ficamos por compreender em absoluto, e o País também ficou por compreender, o que o PSD quer em matéria de Lei de Bases da Segurança Social.

Aplausos do PS

Também na semana passada, aquando o debate do estado da Nação, houve um desnorte absoluto do PSD Depois, houve um fim-de-semana de agressividade injustificada por parte do seu líder e, agora, há como que um silêncio e um abandono do próprio debate, devido à não explicitação dos objectivos do PSD numa matéria tão relevante para uma política reformista e um partido social democrata.

Protestos do PSD

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O «florentinismo» da moção de censura do CDS-PP demonstrou que os censuradores escolheram um tema, um *timing* e um procedimento que também são susceptíveis de serem censurados e é por isso que não vão fazer o pleno possível dos seus objectivos políticos na Assembleia da República

Protestos do CDS-PP.

A operação da moção de censura mostrou, aliás, que o Governo não reduziu o seu espaço político no Parlamento e que, pelo contrário, acaba a Sessão Legislativa de forma relativamente confortável.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Com uma frente de esquerda!

O Orador: — O Governo agradece a iniciativa política que o permitiu. E tanto o debate sobre o estado da Nação como este debate mostraram, claramente, ao Governo e à maioria a importância de seguir em frente, a importância de manter o rumo, a importância de corrigir e de melhorar

O Sr Presidente — Sr Ministro, faça a favor de terminar

O Orador — o que deve ser corrigido e a importância de existir estabilidade política no período da legislatura para que reformas como a da segurança social, que amanhã se concretizará, e a fiscal se realizem

Aplausos do PS, de pé

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção de encerramento do debate da moção de censura, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr " e Srs Deputados. A moção de censura do CDS-PP é apresentada num quadro político substancialmente diferente daquele que vigorou, em Portugal, até às eleições legislativas de 1995 e de 1999

Com efeito, o Governo saído das eleições legislativas de 1995 correspondeu a uma clara opção política do Partido Socialista de actuar ao centro da vida política portuguesa cativando para o seu projecto várias personalidades e novos eleitores não alinhados com a esquerda, em geral, e com o socialismo, em particular

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — Os Estados Gerais então promovidos pelo Partido Socialista foram o reflexo claro dessa opção e neles participaram um conjunto de técnicos e de políticos, alguns mais próximos da doutrina social cristã do que do socialismo democrático

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — A promessa feita reiteradamente ao eleitorado pelo Sr Engº Guterres foi a de governar para todos os portugueses com moderação e equilíbrio, de acordo com as linhas personalistas sempre invocadas perante o País

É certo que esse Governo se escusou, com raras exceções, a encarar séria e decididamente os problemas estruturais da nossa administração pública e da nossa economia

É certo que esse Governo demonstrou uma dificuldade crescente em tomar decisões, ultrapassando sistematicamente, sem as resolver, as questões controversas que lhe eram colocadas

É certo que esse Governo fez do diálogo um fim em si mesmo para dar de si próprio uma imagem de simpatia e de tolerância, contrastante com a excessiva secura e auto-suficiência da governação anterior

Mas a verdade é que a maioria dos portugueses estava ocupada a pôr em dia a satisfação, até aí adiada, de algumas das suas mais legítimas aspirações

A sociedade portuguesa viveu assim uma época de facilitismo e de falsa abundância em que o Governo não cumpriu o elementar dever de prevenir os cidadãos e as famílias da necessidade de se precaverem contra uma, já então mais do que provável, inversão do ciclo económico

Aplausos do CDS-PP

Porém, o virtual aumento do poder de compra de largos estratos da população, aliado à imagem de moderação do Primeiro-Ministro e à sua veemente recusa de qualquer aliança com os comunistas, fez com que o eleitorado confiasse no Engenheiro António Guterres e desse ao Partido Socialista metade dos Deputados desta Câmara

Mostrou-se pois acertada a opção do Secretário Geral do Partido Socialista ao rejeitar o Congresso «Portugal Que Futuro», organizado para facilitar a convergência entre socialistas e comunistas, para, em alternativa, promover os Estados Gerais, visando cativar o centro e até alguma direita

Aplausos do CDS-PP

Por tudo isto, o Governo do Partido Socialista saído das eleições de 1995 cumpriu os quatro anos do seu mandato em estabilidade e o Primeiro-Ministro usufruiu de apreciáveis índices de popularidade

A partir das eleições de 1999 tudo ou quase tudo começou a mudar. Desde logo um Governo que dizia governar para todos, que enfatizava a célebre frase do Primeiro-Ministro «*no jobs for the boys*», foi substituído por um Governo virado exclusivamente para dentro do Partido Socialista

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Daí que, na composição do novo Governo, os independentes, que davam abrangência e credibilidade ao Executivo, se vissem substituídos por fiéis do Primeiro-Ministro ou por representantes do aparelho, meros executantes da célebre «lei de bronze da oligarquia partidária»

Simultaneamente, o Primeiro-Ministro, absorvido por compromissos externos, descurou a governação e afastou-se do País real e dos problemas das pessoas e das famílias, como neste debate ficou amplamente comprovado

Aplausos do CDS-PP

E isto, Sr Presidente e Srs Deputados, quando as legítimas expectativas de uma vida melhor começaram a «morrer» por efeito das sistemáticas subidas das taxas de juro, que o Governo não soube prever e que recentemente, ao descer as bonificações, ainda quis agravar

Entretanto, a autoridade do Estado foi-se desmoronando com as forças de segurança desautorizadas e desmotivadas e as próprias Forças Armadas a darem evidentes sinais de cansaço por não serem devidamente ouvidas e respeitadas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador: — A sociedade portuguesa, por seu lado, vive momentos de perplexidade e desorientação. Não é só a insecuridade gerada por um aumento nunca visto da criminalidade, é também a sociabilização de comportamentos que sempre mereceram a reprovação dos costumes e da lei

A descriminalização do consumo de drogas, no que ela simboliza, nos efeitos que dela decorrem, na fractura social que origina e na rejeição do referendo para a sua adopção, é, por si só, uma prova gritante de que estes não são o Primeiro-Ministro e o Partido Socialista que ganharam as últimas eleições

Aplausos do CDS-PP

O mesmo se passa com a economia nacional. Há dias, o Dr João Salgueiro, conhecido pela ponderação dos seus juízos, dizia que este Governo trai os portugueses ao transformar Portugal numa simples região sem que os cidadãos disso se apercebam. Com efeito, em sectores estratégicos da nossa economia, há centros de decisão que estão a ser transferidos para o estrangeiro com evidente risco para o bem-estar dos portugueses e para a própria soberania nacional.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Como vão longe os tempos em que o Sr Engº António Guterres, dirigindo-se ao então Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva, em moção de censura que lhe apresentou, em Outubro de 1989, dizia textualmente «Estamos a assistir a um volume perigoso de vendas de terras a estrangeiros e ao risco de que as privatizações se traduzam numa indesejável transferência para o exterior de centros de decisão fundamentais da nossa economia». Como a memória é curta!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Bem lembrado!

O Orador — Agora, o modelo adoptado e que está a ser posto em prática é o da aliança entre o capitalismo de Estado e os grandes investidores estrangeiros,

Aplausos do CDS-PP

... com evidente desqualificação dos empresários portugueses, cada vez mais empurrados para se transformarem em meros capitalistas ou em especuladores financeiros.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Por isso, a nossa produção agrícola e industrial não pára de descer e a nossa dependência do estrangeiro não pára de aumentar.

O CDS-PP, que por razões de estrito interesse nacional começou por dar o benefício da dúvida a este Executivo, tem particular legitimidade para constatar agora as profundas mudanças no comportamento político do Governo e do Partido Socialista que justificam amplamente esta censura, que, antes de ser apresentada pelo meu partido, já era feita todos os dias pela maioria do povo português.

Aplausos do CDS-PP

Sr Presidente, Srs Deputados e Sr Dr Jaime Gama. O Governo é hoje exclusivamente sustentado, nesta Câmara, pelos comunistas e pelo Bloco de Esquerda!

Aplausos do CDS-PP

Risos do PCP e do BE

É verdade! Aliás, é claríssimo que, nesta Câmara, o Governo é sustentado pelos comunistas e pelo Bloco de Esquerda!

Aplausos do CDS-PP

Tanto bastaria para imediatamente se concluir que não foram este Governo, este Primeiro-Ministro ou este Partido Socialista os votados pelo eleitorado nas últimas eleições.

Aplausos do CDS-PP.

Se o Sr. Engº António Guterres tivesse dito aos portugueses que iria fazer a reforma da segurança social com o Partido Comunista Português e a lei da descriminalização da droga com o Bloco de Esquerda não estaria, seguramente, aqui, hoje, como Primeiro-Ministro!

Aplausos do CDS-PP

Por tudo isto, o País político é outro hoje, bem diferente do escrutinado pelo eleitorado nas últimas eleições.

À esquerda constata-se a convergência entre socialistas e comunistas, algo ainda há pouco tempo impensável com o Engenheiro António Guterres à frente do Partido Socialista, ao centro e à direita verifica-se, novamente, a existência de dois partidos de governo, o PSD e o CDS-PP, que, de acordo com todas as sondagens, têm hoje um peso eleitoral superior ao do partido do Governo.

Aplausos do CDS-PP

A «nova maioria» transforma-se na velha minoria!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O CDS, na leitura que faz do interesse nacional, considera que é urgente as forças políticas e sociais organizarem e estruturarem uma alternativa global a esta esquerda que nos desgoverna e compromete o nosso futuro.

Aplausos do CDS-PP

Uma alternativa que corporize um projecto político motivador, capaz de mobilizar todos os que querem um Portugal moderno, liberto de políticas anquilosadas, ainda que mascaradas de progressistas, dotado de uma sociedade preocupada com a justiça e com a igualdade de oportunidades e servido por um Estado respeitável e respeitado.

O Sr Presidente — Terminou o seu tempo, Sr Deputado Agradeço que conclua

O Orador — Terminei já, Sr Presidente.

Sr Presidente, Srs Deputados. O CDS-PP abriu, hoje e aqui, uma porta para o futuro! Vamos transpô-la com serena determinação, sentido da responsabilidade e, sobretudo, com a confiança dos portugueses!

Aplausos do CDS-PP, de pé

O Sr Presidente: — Srs Deputados, chegámos ao fim do debate da moção de censura nº 1/VIII, apresentada pelo CDS-PP, e, visto nenhum grupo parlamentar ter requerido o intervalo de uma hora para meditação e reflexão sobre o sentido de voto, vamos proceder à sua votação.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do BE, votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PCP e de Os Verdes

Aplausos do PS, de pé

Srs Deputados, terminámos a nossa ordem de trabalhos de hoje

A próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, pelas 15 horas, constando de um período da ordem do dia com um debate sobre a Presidência da União Europeia

Srs Deputados, está encerrada a sessão

Eram 20 horas e 15 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

José Carlos das Dores Zorrinho

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho

Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa

Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas

Partido Comunista Português (PCP)

Maria Odete dos Santos

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Fernando Marques Ribeiro Reis
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge

Partido Social Democrata (PSD):

Domíngos Duarte Lima
José de Almeida Cesário
Maria Natália Guterres V Carrascalão da Conceição
Antunes
Pedro Manuel Cruz Roseta

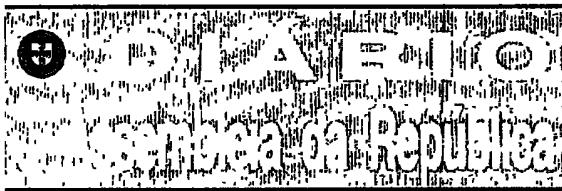
Partido Comunista Português (PCP):

Bernardino José Torrão Soares

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

José Miguel Nunes Anacoreta Correia
Narana Sinai Coissoró

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 520\$00 (IVA INCLUIDO 5%)